

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL
MESTRADO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Liliane Costa de Barros

**IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DOS RESÍDUOS SÓLIDOS EM
ASSENTAMENTOS NO MEIO RURAL: UMA ANÁLISE SOB A MEDIAÇÃO DA
EDUCAÇÃO AMBIENTAL SOBRE O MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL/RS**

RIO GRANDE
2014

Liliane Costa de Barros

**IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DOS RESÍDUOS SÓLIDOS EM
ASSENTAMENTOS NO MEIO RURAL: UMA ANÁLISE SOB A MEDIAÇÃO DA
EDUCAÇÃO AMBIENTAL SOBRE O MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL/RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Ambiental.

Orientadora: Vanessa Hernandez Caporlingua

RIO GRANDE
2014

Dedicatória

À Alberto, Breu, Luna e Heroína, porque, ao chegarem, deixaram-me completa.

AGRADECIMENTOS

À Deus, por ter me dado forças quando mais precisei.

Aos meus pais (*in memoriam*).

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, pela oportunidade de aprendizado e crescimento.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de estudos.

À Profa. Dra. Vanessa H. Caporlingua, pela amizade, conselhos, orientações e ajuda durante todo o período em que cursei o Mestrado. E, também, pela paciência em me ouvir quando a necessidade de desabafar era imensa!

Ao Prof. Dr. Toshio Nishijima, por ter me guiado nos primeiros passos sobre esse tema que aprecio tanto e pelas contribuições sugeridas no exame de qualificação.

Ao Prof. Dr. Gianpaolo Adomilli, pela atenção, questionamentos e por aceitar participar da banca de avaliação desta dissertação.

Aos colegas, pesquisadores e amigos do Grupo de Pesquisa Direito e Educação Ambiental (GPDEA): Simone Freire, Thaisa Caporlingua, Janaína Braido e Cesar Costa, pela troca de conhecimento adquirida em cada reunião que participamos.

Aos amigos que fizeram parte desses dois anos de caminhada pela Educação Ambiental: Alexandre, Thaíssa, Caio, Marcela, Anacirema, Tami, Alana e Gitana.

À Gabriela Dambros, companheira de escritas, inquietações, indagações, “vaquejadas” e pela amizade. Tenho certeza que fiz as melhores escolhas depois de ter ouvido teus conselhos!

Aos amigos: Toni, Zidane, Tica, Volpato, Iana, Formiga, Gabriela e Jose, pela conversa e incentivo.

À Ritinha e Angelo, obrigada pela correção e formatação!

À Ana Lúcia e Luiz Alberto, pelo apoio psicológico, financeiro e por terem me dado o segundo melhor presente do mundo!

Ao meu irmão e minha cunhada, Luciano e Vanessa, pelas ligações, conversas e apoio.

Ao Breu e Heroína, meus escudeiros e companheiros. Desculpem minha ausência e falta de paciência!

Ao Alberto ou “Betinho”, por todo amor, amizade, ajuda e compreensão. Pela disponibilidade, paciência e entrega. Principalmente, pelo melhor presente do mundo!

À Luna, por ter dado sentido a tudo que passei até agora, e por ter chegado até aqui. Obrigada, filha!

“Muitos dirão que sou aventureiro e sou mesmo, só que de um tipo diferente, daqueles que entregam a própria pele para demonstrar suas verdades.”

Che Guevara

RESUMO

A presente dissertação busca analisar, sob a mediação da Educação Ambiental, os impactos socioambientais dos resíduos sólidos nos assentamentos de reforma agrária vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no interior do município de São Gabriel, RS. Mais especificamente, realizou-se um estudo caracterizando e compreendendo a necessidade de adequação da destinação dos resíduos das unidades de produção agrícola localizadas no interior dos assentamentos que produzem alimentos orgânicos; investigar a potencialidade da Educação Ambiental como mediadora na solução de problemas relacionados à destinação dos resíduos sólidos no meio rural; e analisar junto à comunidade dos assentamentos as possíveis ações a serem desenvolvidas pela administração local, a fim de proporcionar as condições necessárias para o descarte adequado dos resíduos sólidos. O trabalho justifica-se pelo fato de que os problemas causados pelo lixo, quando descartado em locais impróprios, causam danos à saúde e comprometem a qualidade de vida da população do meio rural, por meio da contaminação do solo, água, ar e pelo não reaproveitamento dos resíduos sólidos, que é um elemento que pode contribuir no desenvolvimento econômico local. Para tanto foi usada uma abordagem metodológica qualitativa de estudo de caso, pois é através dela que se tem a melhor compreensão dos fenômenos sociais estudados. Realizou-se pesquisa teórica bibliográfica e documental, bem como entrevistas semiestruturadas. Os resultados obtidos revelaram que o problema principal dos resíduos nos assentamentos consiste nos resíduos sólidos inorgânicos, pois como não há coleta seletiva, os assentados queimam esses resíduos. Também se destaca a importância da Educação Ambiental como mediadora nessa questão, para que ao final do processo sejam alteradas atitudes equivocadas presentes no meio rural e que prejudicam o meio ambiente. E, por fim, a compreensão de que os resultados desta dissertação poderão ser utilizados como uma ferramenta de reivindicação para a melhoria da qualidade de vida dos assentamentos.

Palavra-chave: Assentamento. Educação Ambiental. Meio Rural. Resíduos Sólidos. São Gabriel.

RESUMEN

Esta tesis tiene como objetivo analizar, bajo la mediación de la educación ambiental, los impactos sociales y ambientales de los residuos sólidos en los asentamientos de la reforma agraria, vinculadas al Movimiento de los Trabajadores Sin Tierra (MST) en el municipio de São Gabriel, RS. Visando con interés particular realizar un estudio de caracterización y comprensión de la necesidad de una disposición adecuada de los residuos procedentes de las unidades de producción agrícola ubicadas dentro de los asentamientos que producen alimentos orgánicos; Investigar el potencial de la educación ambiental como mediadora en la resolución de problemas relacionados con la eliminación de residuos sólidos en las zonas rurales; y analizar conjuntamente a las comunidades de los asentamientos, posibles acciones a ser tomadas por el gobierno local para proporcionar las condiciones necesaria para una eliminación correcta de los residuos sólidos. El trabajo se justifica por el hecho de que los problemas de contaminación de suelo, agua y aire son generados cuando no se realiza reciclaje y se desechan los residuos en lugares inadecuados, trayendo consigo daños a la salud y a la calidad de vida de la población rural, que es un elemento que puede afectar al desarrollo económico local. El estudio utilizo como enfoque metodológico de la investigación cualitativa, el estudio de caso, ya que es a través de ella tenemos una mejor comprensión de los fenómenos sociales estudiados. También se utilizó la investigación teórica, bibliográfica y documental, así como entrevistas semi-estructuradas. Los resultados revelaron que el principal problema de los residuos en los asentamientos formados son los residuos sólidos inorgánicos, al no haber recolección selectiva, estos son incinerados a cielo abierto por los colonos. También se destaca la importancia de la educación ambiental como mediadora en este problema, buscando cambiar aquellas actitudes equivocadas presentes en estas actividades productivas de las zonas rurales que dañan el medio ambiente. Y finalmente, que los resultados de esta investigación puedan utilizarse como una herramienta la reivindicación y mejorara de la calidad de vida de estos asentamientos.

Palabra-clave: Asentamiento. Educación Ambiental. Medio Rural. Residuos Sólidos. São Gabriel.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa de localização do município de São Gabriel/RS.....	16
Figura 2 - Alguns selos de qualidade utilizados em produtos orgânicos	29
Figura 3 - Saída de Campo Sodré, Projeto Lixo Rural.....	35
Figura 4 - Embalagens de agrotóxicos encontradas jogadas em plantação de mamão	42
Figura 5 - Dom Félix de Azara, fundador de São Gabriel (RS).....	57
Figura 6 - Marechal Hermes da Fonseca, Marechal Mascarenhas de Moraes e Coronel José Plácido de Castro	58
Figura 7 - Panfleto distribuído por ruralistas de São Gabriel, conhecido como “Carta aos Ratos”	63
Figura 8 - Agradecimento a comunidade de São Gabriel	64
Figura 9 - Promessas não Cumpridas	68
Figura 10 - Gráfico demonstrativo da utilização das terras no meio rural de São Gabriel.....	70
Figura 11 – Desconstrução e Reconstrução da Análise Textual Discursiva.....	93
Figura 12 - Ciclo da Análise Textual Discursiva	94
Figura 13 - Análise Textual Discursiva	96
Figura 14 - Metatexto.....	96

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Origem e produção dos resíduos sólidos.....	30
Tabela 2 - Separação de resíduos sólidos.....	31
Tabela 3 - Assentamentos em São Gabriel.....	71
Tabela 4 - Descrição dos sujeitos entrevistados durante a pesquisa.....	92

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1	22
IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS PROVOCADOS PELO INADEQUADO DESCARTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS.....	22
1.1 Uso dos resíduos sólidos na produção de alimentos orgânicos.....	25
1.2 Manejo de resíduos sólidos.....	29
1.3 Aterro sanitário em São Gabriel	32
1.4 A modernização do campo no Brasil e sua correlação com os impactos socioambientais dos resíduos sólidos	36
CAPÍTULO 2	44
O HISTÓRICO DA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL, O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA E OS ASSENTAMENTOS NO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL/RS.....	44
2.1 Histórico da reforma agrária no Brasil	45
2.2 Movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST)	48
2.3 Assentamentos de reforma agrária.....	51
2.4 Breve histórico de São Gabriel (RS): a “Terra dos Marechais”	54
2.5 Os dois lados da disputa pela terra: a conquista do assentamento.....	57
2.6 A realidade das políticas públicas nos assentamentos de reforma agrária em São Gabriel.....	64
CAPÍTULO 3	72
EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO MODO DE MINIMIZAR OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS PROVOCADOS PELO INADEQUADO DESCARTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS NOS ASSENTAMENTOS.....	72
3.1 Sensibilização e educação ambiental.....	73
3.2 Educação ambiental crítica transformadora e emancipatória.....	77
3.3 Educação ambiental e educação do campo: contribuições para um desenvolvimento rural sustentável	81
CAPÍTULO 4.....	85
EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA TRATAR OS RESÍDUOS SÓLIDOS A PARTIR DOS SABERES DAS MULHERES ASSENTADAS	85
4.1 – Contar o caminho das trilhas compartilhadas.....	86
4.2 Sentir, saber e fazer na emergência das compreensões das mulheres assentadas no município de São Gabriel	96
4.2.2 Resíduos sólidos orgânicos e inorgânicos: separação, descarte, coleta e responsabilidade.....	99

4.2.3 A história e realidade do assentamento: preocupação com o local e a luta por direitos.....	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS.....	112
APÊNDICE.....	120

INTRODUÇÃO

“A menos que modifiquemos a nossa maneira de pensar, não seremos capazes de resolver os problemas causados pela forma como nos acostumamos a ver o mundo.”

(Albert Einstein)

O homem utiliza o que está disponível na natureza para atender suas demandas, sejam elas para suprir suas necessidades básicas de sobrevivência ou para minimizar suas carências. Ao retirar matéria prima do ambiente e transformá-la em objeto, o homem transforma e também é transformado. Vygotsky (1991, p.69) destaca que “a conduta humana não é apenas o produto de evolução biológica, graças à qual se formou o tipo humano com todas as suas funções psicofisiológicas a ele inerentes, mas também o produto do desenvolvimento histórico e cultural”.

Ao estudarmos a historicidade do homem, precisamos compreendê-lo através de seu ambiente natural e cultural, para que exista uma melhor interpretação das mudanças que ocorreram ao longo do tempo.

A história do homem é acompanhada pela produção de materiais e, conseqüentemente, pela produção de resíduos, o que acontece é que esses resíduos são descartados novamente na natureza. Esse ciclo nos acompanha desde o nosso nascimento até a morte, dessa forma, o que se propõe com esse estudo não é acabar com esse ciclo, uma vez que isso seria inviável e completamente errado. O que se irá propor aqui é minimizar o consumo para que o resultado final seja a diminuição de resíduos sólidos no ambiente.

O modo de produção capitalista e a mídia vêm impondo que para sermos felizes precisamos basicamente de duas coisas: acumular riquezas e consumir. A parcela da população que possui maior renda também é a maior consumidora, e aqui encontramos o segundo ciclo. Nesse ciclo, acumulam-se riquezas, aumenta-se o consumo, há a apresentação de novos produtos (melhores, mais bonitos e com formatos diferentes dos antigos) e, novamente, há o consumo. Loureiro (2012, p.21) ressalta que as conseqüências desse consumo são inviáveis para a sustentabilidade do planeta:

A consequência é catastrófica: a velocidade da produção e consumo de mercadoria, que se expande pelo mundo, é incompatível com os tempos de recomposição da natureza, principalmente em relação aos materiais considerados primários ao desenvolvimento econômico (solo, água, cobertura vegetal, minérios, etc.). Nessa sociedade, milhões têm suas vidas condenadas à indigência, outras espécies são destroçadas pelos caprichos das elites e seus imorais sentidos estéticos, enquanto alguns regozijam a opulência dos bens materiais gerados em nome do desperdício e do prazer fútil imediato.

A diferenciação entre resíduos sólidos e lixo abordada durante esse trabalho acontece quando entende-se que lixo “orgânico” possui fácil desintegração e pode vir a servir como adubo (para solos e plantas). O lixo inorgânico, tratado aqui como “resíduos sólidos”, tem sua degradação mais lenta e aumenta o índice de poluição.

Os resíduos sólidos, oriundos desse processo, constituem um dos assuntos mais debatidos na atualidade, em que se afirma que a natureza não possui mais capacidade para suportar esse material.

Nas cidades, a coleta de lixo, que inclui o recolhimento dos resíduos sólidos, acontece diariamente e os aterros sanitários encontram-se afastados dos centros urbanos.

O meio rural é muitas vezes “esquecido” quando se trata da coleta de resíduos sólidos e pouco se sabe sobre como o Poder Público trabalha com esse tema em assentamentos de reforma agrária. Dessa forma, em assentamentos a coleta de lixo poderá ou não ser efetuada, quem define se de fato isso irá ocorrer e a frequência com que essa coleta será realizada é a Prefeitura do município. Isso faz com que, em muitos assentamentos, práticas inadequadas de destinação final de resíduos sólidos sejam incorporadas, em que jogar o lixo em rios, queimá-lo e/ou enterrá-lo sejam exercícios cotidianos. Essas práticas acabam gerando impactos econômicos, sociais e ambientais.

Desse modo, surge a necessidade de sensibilização¹ e conscientização dos assentados no que diz respeito ao descarte de resíduos sólidos, uma vez que, através da problematização e reflexão dos problemas ambientais causados pelos resíduos, há o processo de tomada de consciência. Assim, a Educação Ambiental atua na busca de mediação de conflitos entre os atores que estão agindo no

¹Entendida aqui como o processo inicial de transmissão de informação que tem o intuito de chamar atenção para o problema que está em questão, nesse caso, os impactos socioambientais causados pelos resíduos sólidos em assentamentos de reforma agrária.

ambiente e propõe novas práticas de gestão de resíduos sólidos, promovendo a preservação do ambiente para melhorar as condições de vida da população rural.

Por acreditar que o tema sobre resíduos sólidos deverá ser amplamente debatido, durante meu processo acadêmico deparei-me com três grandes trabalhos de extensão: o primeiro foi realizado dentro da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e tratava sobre os limites e as possibilidades de realizar a coleta seletiva de resíduos sólidos dentro da UFSM, nesse momento tive clareza desse grande problema socioambiental, visto por muitos como um assunto “cansativo” e ultrapassado.

Cansativo, porque esse assunto é muitas vezes abordado sem a necessária problematização sobre a origem desses resíduos, como se a questão fosse independente dos agentes que estão inseridos no meio ambiente e em que as práticas sociais não tenham influência alguma sobre o local.

Em vários momentos, percebe-se que, quando há um trabalho sobre Educação Ambiental, a abordagem de temas é limitada aos resíduos sólidos ou à água (ambos muito importantes, no entanto pouco aprofundados) de forma tradicional, em que é o professor é quem detém o conhecimento transmitido de forma unidirecional e conservadora, ou seja, pautando que a mudança em benefício de um meio ambiente saudável se dará através de uma ação individual, não considerado que o homem está inserido na realidade local e que carrega com ele sua história e sua cultura.

É justamente essa falta de diálogo que torna o assunto cansativo, ultrapassado e preocupante, salientando que este fato ocorre tendo em vista a forma como o governo se relaciona com as comunidades em geral.

No entanto, sabe-se que no cotidiano da população está incorporado o uso constante dos recursos naturais, seja para atender suas vontades ou para a concretização de suas atividades. O homem retira matéria prima do ambiente natural para produzir seus objetos e também nesse meio são lançados os resíduos que resultam dessa atividade. Loureiro (2012, p. 23) destaca que

A velocidade da produção e consumo de mercadorias, que se expande pelo mundo, é incompatível com os tempos de recomposição da natureza, principalmente em relação aos materiais considerados primários ao desenvolvimento econômico (solo, água, cobertura vegetal, minérios, etc).

O segundo trabalho realizado foi uma análise sobre os impactos ambientais causados pelo aterro sanitário da cidade de São Gabriel, localizado no Estado do Rio Grande do Sul (RS). A cidade de São Gabriel (Figura 1) localiza-se na fronteira oeste do RS, na Campanha Gaúcha. Ficando distante 320 KM da capital Porto Alegre. Segundo o IBGE, o município tem uma população de 60.425 pessoas, das quais 53.775 são residentes no meio urbano e 6.650 no meio rural². Sua história está fortemente marcada na arquitetura do município. A economia desta cidade baseia-se nos setores agroindustrial, agropecuário e no comércio (Prefeitura Municipal de São Gabriel).

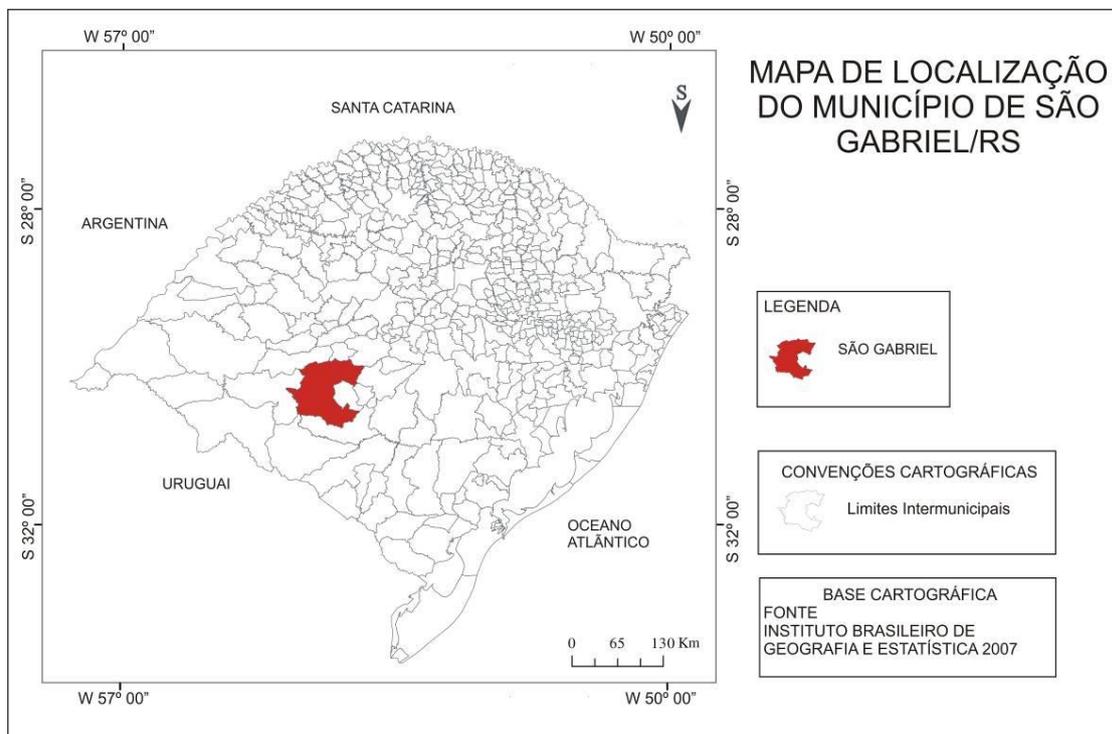


Figura 1: mapa de localização do município de São Gabriel/RS.
Org.: Barros, L. C. de, 2011.

No decorrer do referido trabalho ficou evidente que a coleta seletiva, realizada pela prefeitura do município, estava bem avançada. A população pode obter informações sobre o dia e horário que o caminhão de lixo passa na sua rua acessando o site da empresa, assim seu lixo não precisa ficar nas calçadas da cidade, evitando que animais o espalhem pelas ruas.

² Censo demográfico 2010.

A Secretaria de Serviços Urbanos também monitora os caminhões de lixo via internet, através do programa “Coleta Online”. Na cidade de São Gabriel, a coleta já gerou 45 empregos, sendo que 23 são diretos (19 homens e 4 mulheres) (Prefeitura Municipal de São Gabriel, 2012).

O último trabalho realizado tratou a respeito do Estágio Interdisciplinar de Vivências (EIV), que teve por objetivo conhecer a realidade da Reforma Agrária dentro dos Assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Durante o estágio de vivência, pode-se perceber que não havia a coleta de lixo dentro do assentamento, nesse momento surgiram alguns questionamentos:

- Quais as pesquisas que já estão sendo feitas sobre a questão de resíduos sólidos no meio rural?

- Sabe-se que o tema de resíduos sólidos é amplamente discutido no meio urbano de São Gabriel/RS, mas o que está sendo feito sobre essa questão no meio rural?

Nesse momento, surgiu o problema desta pesquisa de Mestrado em Educação Ambiental. Assim, o município de São Gabriel foi escolhido por apresentar grande luta no que se refere à disputa pela terra, de um lado estava o MST, de outro a polícia e a população local, que era contra a ocupação de terras. Nesse confronto houve o assassinato de um militante do MST, de acordo com Pinheiro (2011, p.10):

Nos últimos dez anos, São Gabriel esteve no foco entre os principais locais com conflitos por disputa pela terra, com destaque à ocupação da Fazenda Southall, onde houveram diversos conflitos, culminando com o assassinato de Elton Brum, militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), pela polícia local. Quanto à implantação de Projetos de Assentamento (PAs) no município, existiu muita resistência por parte da população local, principalmente pelos representantes dos proprietários de grandes imóveis rurais.

Nesse município existem 8 assentamentos, onde há a produção (ou potencial para a produção) de arroz irrigado. Alguns assentamentos possuem estrutura de secagem e armazenamento de grãos, essa estrutura já existia nos imóveis rurais antes de se tornarem assentamentos, e são satisfatórias para atender à produção interna. Desta forma, existe uma expectativa de que esta região se torne um polo de produção de arroz orgânico em assentamentos, tal como se observa na região metropolitana do RS (PINHEIRO, 2011).

Nos assentamentos as condições naturais são adequadas e com grande potencial para atender o desenvolvimento da agricultura, porém se ressalva que, apesar destas condições favoráveis, grande parte das famílias vive em condição de miséria. Este problema está diretamente ligado ao afastamento desses assentamentos e à falta de políticas públicas adequadas. Para Pinheiro (2011, p.11):

A implantação de diversos PAs está causando um impacto, de ordem econômica, cultural e administrativa nesses municípios. A chegada de um grande número de famílias para o meio rural do município, sem um planejamento adequado, tanto por parte do INCRA quanto por parte da administração municipal, esta sendo refletida na realidade das famílias assentadas.

Assim, a Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos (COPTec), que possui uma equipe técnica prestando assessoria nos assentamentos da região, busca alternativas para a geração de renda destas famílias. Entre as ações realizadas pela COPTec, algumas estão direcionadas ao desenvolvimento da produção de arroz orgânico nesses assentamentos, contando também com o apoio do IRGA, COOTAP, INCRA e ConFIE. Pinheiro (2011, p. 11) ressalta:

O consumo de alimentos orgânicos vem crescendo consideravelmente neste último período no Brasil, devendo-se esse fato a vários fatores, entre os quais se destacam a busca das pessoas por uma alimentação mais saudável e o crescimento da conscientização da população quanto à conservação ambiental. Os alimentos produzidos sem o uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos, apesar de apresentarem, em média, menores produtividades que os alimentos produzidos com estes produtos, apresentam várias vantagens se comparado com os outros alimentos. Para os agricultores, essa tendência se apresenta como uma alternativa de geração de renda.

Desse modo, o trabalho justifica-se pelo fato de que os problemas causados pelo lixo, quando descartado em locais impróprios, são fatores que causam danos à saúde e comprometem a qualidade de vida da população do meio rural, por meio da contaminação do solo, água, ar e pelo não reaproveitamento dos resíduos sólidos, que é um elemento que pode contribuir no desenvolvimento econômico local.

A Educação Ambiental caracteriza-se como um potencial mediador na solução de problemas relacionados à destinação dos resíduos sólidos, uma vez que ela é voltada para a sustentabilidade do ambiente e da sociedade, e por meio dela os problemas ambientais podem ser revertidos e/ou modificados. Dessa forma, a

mudança de hábitos constitui-se no principal objetivo para a melhoria da qualidade de vida da população.

Com o aumento da produção, surgiu a necessidade de discussões de como conservar áreas – representativas – da vida natural na Terra, iniciando pela necessidade de um consumo sustentável. Para Furriela (2001, p.34):

Entende-se por consumo sustentável o consumo de bens e serviços promovido com respeito aos recursos ambientais, que se dá de forma que garanta o atendimento das necessidades das presentes gerações, sem comprometer o atendimento das necessidades das futuras gerações. A promoção do consumo sustentável depende da conscientização dos indivíduos da importância de tornarem-se consumidores responsáveis. Depende ainda de um trabalho voltado para a formação de um “consumidor-cidadão”.

No município de São Gabriel, existem 8 assentamentos de reforma agrária, nos quais cerca de 500 famílias residem e retiram seu sustento através da atividade agrícola (INCRA, 2011). Para esses assentamentos, baseado nas experiências que já são desenvolvidas na região metropolitana de Porto Alegre (CAMPOS & MEDEIROS, 2012) e de outras regiões, está se tentando consolidar uma produção de alimentos orgânicos. Nesse sentido, faz-se necessário realizar um estudo para verificar as condições locais a fim de atender as demandas exigidas para a certificação dos alimentos produzidos pelos agricultores, referentes à destinação dos resíduos sólidos das unidades de produção.

Através da Instrução Normativa nº 046 de 06 de outubro de 2011 (MAPA, 2011), ficam instituídas as normas para que os produtos orgânicos sejam certificados. Desse modo, a unidade de produção agrícola de produtos orgânicos deverá ter uma preocupação maior com o controle de resíduos sólidos e lixo produzidos no local.

No município de São Gabriel/RS, nos últimos dez anos, houve a implantação de diversos projetos de assentamentos de reforma agrária. Com isso, cerca de 800 famílias foram assentadas no meio rural do município. Nesses locais, é de grande importância que se realize um estudo diagnóstico que identifique quais são os destinos que estão sendo dados aos resíduos produzidos.

Esse estudo é importante, pois além de estar diretamente relacionado com a qualidade de vida das pessoas, existe uma expectativa de que São Gabriel se torne, tal como a região metropolitana de Porto Alegre (CAMPOS; MEDEIROS, 2012), uma referência na produção de alimentos orgânicos em assentamentos, sendo que isso

leva a um novo problema, pois de acordo com a Instrução Normativa nº 046 de 06 de outubro de 2011, que institui as normas para a certificação de produtos orgânicos, a unidade de produção agrícola de produtos orgânicos deve ter um manejo especial para o lixo e os resíduos gerados no local.

Nas comunidades rurais, a problemática em torno dos resíduos sólidos e do lixo deverá ser considerada a partir da visão das condições que são proporcionadas pela administração (estadual, municipal e local) e pelas políticas públicas que regem a questão do lixo no meio rural.

Nessa perspectiva, a problemática de pesquisa está relacionada à questão da destinação dos resíduos nos assentamentos de reforma agrária vinculados ao MST, no interior do município de São Gabriel – RS. Ressalta-se que a Educação Ambiental na gestão de resíduos sólidos nos assentamentos é de grande relevância no que se refere à geração de resíduos, reciclagem e diminuição dos impactos no ambiente. Atualmente, essa discussão ganha destaque devido aos altos índices de deterioração do ambiente oriundos da produção de lixo e de resíduos e o respectivo descarte em local impróprio, desperdício no aproveitamento dos resíduos (orgânico e inorgânico), falta de reciclagem, bem como a relação com os hábitos de consumo doméstico e com o padrão das práticas agrícolas.

Dessa forma, como objetivo geral neste trabalho busca-se analisar, sob a mediação da Educação Ambiental, os impactos socioambientais provocados pelos resíduos sólidos nos assentamentos de Reforma Agrária vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no interior do município de São Gabriel, RS.

Mais especificamente, pretende-se realizar um estudo caracterizando e compreendendo a necessidade de adequação da destinação dos resíduos das unidades de produção agrícola localizadas no interior dos assentamentos que produzem alimentos orgânicos; investigar a potencialidade da Educação Ambiental como mediadora na solução de problemas relacionados à destinação dos resíduos sólidos no meio rural; por fim, analisar, junto à comunidade dos assentamentos, as possíveis ações a serem desenvolvidas pela administração local, a fim de proporcionar as condições necessárias para o descarte adequado dos resíduos sólidos.

Afim de que os objetivos propostos nesse trabalho fossem atingidos, optou-se pela pesquisa qualitativa, pois é através dela que se tem a melhor compreensão dos

fenômenos sociais estudados. Para a fundamentação teórica, foram realizadas leituras e análises documentais. Os levantamentos de dados foram inicialmente realizados em fontes secundárias (IBGE, *site* da Prefeitura de São Gabriel, entre outros). Por tratar-se de uma pesquisa, cuja característica principal se destaca pela particularidade do tema, o impacto socioambiental dos resíduos sólidos em um assentamento em específico, optou-se pela pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso. Nesse sentido, foram realizadas três entrevistas e como método de análise utilizou-se a análise textual discursiva.

Para melhor organização, a pesquisa foi estruturada em três capítulos.

O primeiro capítulo, intitulado como “Impactos socioambientais provocados pelo inadequado descarte de resíduos sólidos”, apresenta como os resíduos sólidos poderão ser utilizados na produção de alimentos orgânicos em forma de adubo; o manejo de resíduos sólidos e como se apresenta a situação do aterro sanitário em São Gabriel (RS). Como forma de finalizar esse capítulo, foram abordados temas sobre como a modernização conservadora do campo brasileiro influenciou fortemente o agravamento dos impactos socioambientais existentes no meio rural.

O segundo capítulo, “O histórico da reforma agrária no Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e os assentamentos no município de São Gabriel/RS”, aborda um breve histórico da reforma agrária brasileira e como ocorreu a fundação do MST, citando o motivo de suas lutas e a importância dos assentamentos. Esse capítulo também abrange a história do município, desde sua fundação até a atualidade, destacando ainda a disputa pela terra e a realidade em que se encontram os assentamentos rurais vinculados ao MST, que estão situados no município.

Para finalizar, o terceiro capítulo nomeado “Educação Ambiental como modo de minimizar os impactos socioambientais provocados pelo inadequado descarte de resíduos sólidos nos assentamentos”, traz em seu conteúdo a importância da sensibilização como forma inicial de chamar a atenção para um problema, a qual poderá ser aliada a Educação Ambiental para mudança de realidade. Nesse momento, também foi realizado um estudo teórico onde destacou-se a importância da Educação Ambiental para uma sociedade rural sustentável, tendo em vista que a transformação da realidade passa através da sociedade em espaços formais e não formais.

CAPÍTULO 1

IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS PROVOCADOS PELO INADEQUADO DESCARTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS

“Onde está o arvoredor? Desapareceu.
Onde está a água? Desapareceu.
É o final da vida e o início da sobrevivência”
Chefe Seattle

Com a globalização, a expansão capitalista e a necessidade de ganho de produtividade, as grandes empresas buscam o aumento do consumo pela população. Sabe-se que quanto maior o poder aquisitivo de uma determinada população, maior será o perfil de consumo e, da mesma forma, quanto maior a quantidade de produtos industrializados, maior será a produção de resíduos. Para Barbosa; Furtado (2008, p 62):

Este modelo de desenvolvimento econômico capitalista se fundamenta no lucro, a qualquer custo, e está atrelado à lógica do aumento da produção (em que os recursos naturais são utilizados sem nenhum critério; em que o ambiente é visto como um grande supermercado gratuito, com reposição infinita de estoque). Para que essa produção crescente seja absorvida, o consumo é estimulado pela mídia – especialista em criar necessidades desnecessárias – tornando as pessoas amarguradas ao desejarem ardentemente algo que não podem comprar, sem perceber que vivem muito bem sem aquele objeto de consumo.

Os resíduos sólidos resultantes da atividade diária do homem possuem três fatores principais que conduzem sua origem e produção: aumento da produção, intensidade da industrialização e o consumo por aqueles que tem maior poder aquisitivo. Com o aumento da produção e do consumo, utiliza-se maior quantidade dos recursos naturais (água, solo, etc). Os resíduos gerados durante esse processo (e que são descartados no ambiente sem nenhuma forma de controle) trazem como consequência uma perda na qualidade de vida da população, gerando danos socioambientais como, por exemplo, a falta de saneamento básico (tratamento da água e esgotos), que causa condições inadequadas de moradia.

Percebe-se que o problema não está em utilizar os recursos naturais para atender às necessidades de sobrevivência (alimentação, moradia, etc), mas no modo de produção capitalista que busca a apropriação dos recursos naturais para

transformá-los em produtos (gerando produção e consumo) e, por fim, acumular riquezas. Para Loureiro (2012, p.24):

Entender isso é decisivo. Afinal, criar meios de vida é uma exigência para a manutenção de nossa espécie, e colocar da causa destruição nesse ponto é recair no paradoxo de ter que se defender o fim da humanidade para que o planeta continue a existir.

A falta de planejamento nas comunidades rurais brasileiras faz com que práticas inadequadas de destinação final de resíduos sólidos sejam comuns (jogar resíduos diretamente no solo ou em corpos d'água, queima, etc), provocando impactos socioambientais. Desta maneira, os resíduos sólidos apresentam-se como fonte de poluição, uma vez que possuem características iguais (ou similares) aos presentes nas cidades, no entanto, sem nenhuma forma de controle.

Nesse sentido, incorporar a coleta seletiva é de grande importância. Barbosa e Furtado (2008, p.63), salientam que a coleta seletiva é um sistema de recolhimento de materiais recicláveis previamente separados na fonte geradora e que podem ser reutilizados ou reciclados. Logo, os aterros sanitários teriam melhor aproveitamento.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS (Lei nº 12.305/2010) tem como um de seus princípios a visão sistêmica na gestão de resíduos sólidos em que são consideradas as variáveis ambientais, sociais, culturais, econômicas, tecnológicas e de saúde pública. Também traz em um de seus objetivos a não geração, redução, reutilização, reciclagem e disposição final ambientalmente adequada de resíduos. Ademais, a coleta seletiva é de responsabilidade compartilhada.

Assim, a coleta seletiva torna-se importante, uma vez que, após a separação dos materiais de acordo com suas características físico-químicas, estes poderão ter a destinação adequada (reutilização/reciclagem). Com a reciclagem há o retorno do material para a cadeia produtiva, diminuindo a quantidade de exploração de recursos naturais e o descarte em aterros.

Dessa forma, ao considerar-se a responsabilidade pela gestão de resíduos sólidos compartilhada entre os diversos atores sociais que participam durante o ciclo completo destes materiais, admite-se que a solução para alcançar um correto manejo destes resíduos não seja, de fato, único. Logo, como ressaltam Silva; Rohlfs (2012, p.16), são necessárias diversas medidas para que a PNRS obtenha êxito nas

diversas esferas responsáveis pela sua implantação, sendo imprescindíveis as ações de Educação Ambiental nesse processo.

Portanto, destaca-se que a Educação Ambiental é vista como mediadora dos problemas socioambientais causados pela destinação de resíduos sólidos nos assentamentos, tendo por objetivo sensibilizar os assentados sobre a produção, consumo e descarte desse material.

No que tange o descarte de resíduos sólidos orgânicos (cascas de árvores e/ou frutas, folhas, etc), poderão ser utilizados, em unidades de produção agrícola, como forma de adubo, muitas vezes esse procedimento é realizado através da compostagem. Dessa forma, ocorrerá a maior fertilização e diminuirá a erosão do solo.

Por possuírem diferentes características, os resíduos sólidos deverão ter destinações diferentes. Assim como o resíduo sólido orgânico poderá retornar a natureza como forma de adubo, o resíduo sólido inorgânico poderá ter como destino final a reciclagem ou sua reutilização.

Outros resíduos não poderão ser reutilizados ou reciclados, por exemplo, papel higiênico, fraldas, cigarros, entre outros. Já pneus, pilhas, baterias, latas (tintas/agrotóxicos) deverão ter uma destinação final específica, garantindo assim o seu descarte final correto.

As diferentes fases de manejo: produção, separação, coleta, transporte e destinação final, devem ser pensadas por todos os moradores do local, uma vez que ao trabalharem em conjunto ocorrerá, ao final, uma melhoria do ambiente.

Posteriormente a separação dos resíduos, necessita-se adotar práticas conscientes sobre a destinação final do material separado. Quando os resíduos são descartados em locais impróprios causam danos ao ambiente e a população. Por esse motivo, a Prefeitura Municipal de São Gabriel organizou a campanha “Lixo tem horário”, afim de que a população fosse informada sobre a hora em que passa o caminhão que recolhe os resíduos.

Em São Gabriel (RS), houve a necessidade de instalação de um aterro sanitário e, para isso, foram consideradas questões como tipo de solo e drenagem de águas pluviais (em forma de valetas).

Outro problema provocado pelos resíduos sólidos tem sua origem durante a colonização do território brasileiro, que ocorreu pela doação de sesmarias, o que originou os latifúndios escravistas.

Durante a Revolução Verde, existiu a adoção de tecnologia na agricultura, o que ocasionou a substituição do trabalho dos camponeses por máquinas. Com o aumento das atividades comerciais e da agricultura houve a necessidade de exportação. Desta forma, o século XX, foi marcado pela modernização conservadora no meio rural. Esse foi o principal motivo pelo aumento da população no meio urbano, processo também conhecido por êxodo rural.

A modernização do campo teve seu ápice quando foi incentivada, pelo Estado, a compra de adubos químicos, materiais genéticos de maior produtividade e maquinários com a finalidade de aumentar a tecnologia no meio rural, o que provocou impactos negativos na sociedade, uma vez que com a passagem da agricultura tradicional para a agricultura moderna houve o aumento da utilização de adubos químicos e maquinários, gerando a acumulação de resíduos sólidos.

1.1 Uso dos resíduos sólidos na produção de alimentos orgânicos

Ao iniciar esse tópico, será feita a distinção entre a agricultura convencional e a agricultura orgânica, uma vez que será abordado somente o que se refere à agricultura orgânica.

A agricultura convencional visa a produção intensiva de alimentos, para isso, utilizam-se produtos químicos em grandes quantidades, estes compostos alteram as propriedades do solo e contaminam o alimento. Ressalta-se que o uso indiscriminado de agrotóxicos ocasiona a presença do produto no alimento, o que traz como consequências como surgimento de novas pragas e doenças que são mais resistentes aos produtos utilizados anteriormente. Assim, os alimentos oriundos da produção convencional apresentam resíduos de compostos químicos e acabam possibilitando riscos à saúde e ao ambiente.

Com o intuito de produzir alimentos ecologicamente sustentáveis, viáveis economicamente e socialmente justos, a produção orgânica se contrapõe ao modelo convencional. Assim sendo, a agricultura orgânica propõe a melhoria do ciclo biológico, aumentando e mantendo a fertilidade do solo. Nesse sistema de produção não é permitido o uso de produtos agrotóxicos, transgênicos e fertilizantes sintéticos solúveis que coloquem em risco a saúde humana e do ambiente.

O produto para ser considerado orgânico deverá ser produzido conforme legislação específica, em que sejam utilizados manejos que contemplem o uso do solo, água, ar, ou seja, dos recursos naturais. Deve-se também respeitar as relações culturais e sociais existentes no local.

Em outras palavras, para ser considerada produção orgânica, deve-se estar de acordo com a Instrução Normativa nº 007, de 17 de maio de 1999, e a Lei 659-A de 2000 (Ministério do Meio Ambiente), em que,

“considera-se sistema orgânico de produção agropecuária e industrial, todo aquele em que se adotam tecnologias que otimizem o uso de recursos naturais e socioeconômicos, respeitando a integridade cultural e tendo por objetivo a auto-sustentação no tempo e no espaço, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energias não renováveis e a eliminação do emprego de agrotóxicos e outros insumos artificiais tóxicos, organismos geneticamente modificados - OGM/transgênicos ou radiações ionizantes em qualquer fase do processo de produção, armazenamento e de consumo, e entre os mesmos, privilegiando a preservação da saúde ambiental e humana, assegurando a transparência em todos os estágios da produção e da transformação, visando: a) a oferta de produtos saudáveis e de elevado valor nutricional, isentos de qualquer tipo de contaminantes que ponham em risco a saúde do consumidor, do agricultor e do meio ambiente; b) a preservação e a ampliação da biodiversidade dos ecossistemas, natural ou transformado, em que se insere o sistema produtivo; c) a conservação das condições físicas, químicas e biológicas do solo, da água e do ar; d) o fomento da integração efetiva entre agricultor e consumidor final de produtos orgânicos, e o incentivo à regionalização da produção desses produtos orgânicos para os mercados locais.”

A agricultura orgânica tem sua origem na agricultura tradicional, envolvendo comunidades rurais e aldeias, e o conhecimento adquirido entre eles acaba sendo repassado através das gerações. Como, por exemplo, o uso de resíduos quando utilizados como adubo.

De acordo com o Anexo II, da Instrução Normativa nº 007, de 17 de maio de 1999 (Ministério do Meio Ambiente, 1999) é permitido o uso de adubos e condicionadores, da própria unidade de produção (desde que não estejam contaminados). Entre eles estão os compostos orgânicos, vermicompostos, restos orgânicos, esterco (sólido/líquido), restos de cultura, adubação verde, biofertilizantes, fezes humanas (após compostadas e não poderão ser utilizadas no cultivo de olerícolas) e microorganismos benéficos ou enzimas (não podem ser geneticamente modificados/ transgênicos).

Em propriedades rurais a produção de adubo é feita através dos resíduos orgânicos, sejam eles provenientes do lixo doméstico ou de folhas, ramos, cascas, etc. Essa técnica é chamada de compostagem.

A produção de adubo, através da compostagem, melhora a fertilidade do solo, retém água e reduz a erosão provocada pela chuva. Santos e Monteiro (2004, p.84) destacam a importância da compostagem porque

Para diminuir o risco de contaminação dos alimentos, a técnica recomendada é a compostagem, um processo biológico de decomposição de matéria orgânica na qual podem estar contido restos de origem animal ou vegetal. O produto obtido ao final do processo de compostagem pode ser considerado como um elemento enriquecedor do solo, ou seja, ele poderá ser aplicado para melhorar a suas características, sem que haja uma contaminação do meio ambiente.

O agricultor, para ter seu produto considerado como “orgânico”, passará por várias etapas de um processo onde serão fiscalizadas as condições de seu estabelecimento, assim, serão investigados o ambiente e a potencialidade para a produção orgânica. Após essa etapa, ocorre a certificação dos produtos orgânicos, que é realizada através de entidades certificadoras que possuem diretrizes próprias. Se o produto está conforme as normas, as entidades emitem um certificado onde constará a autorização para que, juntamente à marca de cada produtor, seja utilizado um “selo de qualidade³”. A figura abaixo (Figura 2) apresenta alguns selos de qualidade que são fornecidos pelas certificadoras.

³ Os selos de qualidade são atestados pela certificadora que estão credenciadas junto Colegiado Nacional para a Produção Orgânica (CNPOrg).



Figura 2: Alguns selos de qualidade utilizados em produtos orgânicos

Fonte: <<http://www.bioorganicos.com.br/certificacoes>>.

No entanto, o que dificulta a inserção do produto orgânico na dieta diária da população é o fato que o preço final atribuído a ele o torna mais alto do que o produto convencional, pois o produtor deverá pagar pelo certificado e pela assistência técnica efetuada pelos consultores (que são credenciados pelas certificadoras), porém esse fato não se dá de maneira isolada. Para Santos e Monteiro (2004, p.89) o principal impedimento são os altos custos de mão de obra e a baixa escala de produção:

O principal entrave da produção de alimentos orgânicos é a baixa escala de produção, o que implica maiores custos (mão-de-obra, insumos) por unidade de produto, seguida da falta de recursos dos produtores e de treinamento, da desorganização do sistema de produção (falta de planejamento) e do processo de comercialização, além da embalagem que pode encarecer o produto em cerca de R\$ 0,15/unidade.

No que se referem às embalagens, elas servem para proteger o produto orgânico, evitando com isso que eles sejam contaminados por outros alimentos, e são as mesmas utilizadas por alimentos convencionais (isopor, plásticos...). Santos e Monteiro (2004, p. 91) reforçam a ideia de que as embalagens são essenciais, mas que elas também representam um ônus adicional aos produtores e consumidores.

Desta forma, as embalagens deverão ser descartadas juntamente com os demais resíduos sólidos, por exemplo, juntamente com outros plásticos. Já os

resíduos orgânicos, que resultarem do produto orgânico, poderão ser utilizados como adubo, retornando assim ao ciclo (resíduos orgânicos, compostagem, adubo).

1.2 Manejo de resíduos sólidos

Aquele resíduo que não apresenta utilidade para quem o descarta é chamado de “lixo”, no entanto, esse mesmo resíduo poderá tornar-se matéria prima para um novo produto, passando a ser chamado de “resíduo sólido”. Ao ser incorporada a palavra “sólido”, faz-se a distinção entre líquidos e gases. A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) via NBR⁴ 10.004 (1987) atribui a seguinte definição aos resíduos sólidos:

[...] todos aqueles resíduos no estado sólido e semi-sólido que resultam da atividade da comunidade de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, de serviços, de varrição ou agrícola. Incluem-se os lodos de Estações de Tratamento de Água (ETAs) e Estações de Esgotos (ETEs), resíduos gerados em equipamentos e instalações de controle da poluição e líquidos que não possam ser lançados na rede pública de esgotos, em função de suas particularidades.

Os resíduos sólidos possuem diferentes características que deverão ser consideradas para que ocorra a forma correta de destinação. Como já citado anteriormente de acordo com sua composição química os resíduos poderão ser classificados em orgânicos e inorgânicos, no entanto no que se refere origem e produção os resíduos poderão ser classificados de acordo com a tabela 1.

Tabela 1: Origem e Produção dos Resíduos Sólidos

Domiciliares	Restos de alimentos, jornais, revistas, papel higiênico, etc.
Hospitalares	Seringas, agulhas, algodão, gazes, bandagens, meio de cultura, sangue coagulado, etc.
Comerciais	Embalagens, plásticos, papéis diversos, etc.

⁴Normas Brasileiras Registradas.

Industriais	Lodo, resíduos de cinzas, substâncias corrosivas, etc.
Agrícolas	Ração, restos de colheitas, esterco, embalagens de agrotóxicos, etc.
Construção Civil	Restos de tijolos, sobras de cerâmicas, sucatas, etc.
Limpeza Pública	Resíduos oriundos da limpeza de vias públicas, podas de árvores, etc.

Org.: BARROS, L.C. (2013)

O manejo de resíduos sólidos abrange diferentes fases: produção, separação, coleta, transporte, tratamento, disposição final, planejamento e fiscalização, assim, faz-se necessário que todos os moradores do local estejam dispostos a participar de todas as fases do manejo, pois ao participarem de forma integrada o processo se fortalecerá e ao final se conseguirá atingir o bem estar socioambiental.

Afim de que se possa diminuir a quantidade de resíduos produzidos cotidianamente, primeiramente deve-se pensar sobre a necessidade de comprá-lo ou não, ou seja, diminuir o consumo é o início para que se reduza a quantidade de resíduos sólidos. Após utilizar esses materiais, deverá ser realizada a separação dos resíduos conforme suas características, para que todo o material separado possa ser reciclado⁵ ou reaproveitado⁶. Os resíduos sólidos poderão ser separados de acordo com a tabela 2.

Tabela 2: Separação de Resíduos Sólidos

Papéis	Jornais, revistas, papelões, embalagens longa vida, caixas de papel, folhas de caderno.
Plásticos	Potes, tubos, canos, garrafas pet, sacolas, potes de creme...
Vidros	Garrafas, potes, jarras, vidros de conservas..
Metais	Latas de cerveja (refrigerante), arames, pregos, fios...

Org: BARROS, L.C. (2013)

⁵ Reciclar: As matérias do produto serão utilizados como matéria prima de um novo produto.

⁶ Reutilização : Utilizar um produto com diferente finalidade.

Destaca-se que alguns resíduos não são passíveis de reciclagem, tais como papel higiênico, lenços umedecidos, bitucas de cigarros, fraldas, absorventes. Ressalta-se também que pilhas, baterias, pneus e embalagens de agrotóxicos e latas de tintas deverão ser descartados em locais apropriados para que seja feito o descarte correto desses resíduos.

Durante a fase de coleta os resíduos precisarão estar bem acondicionados, salienta-se que nessa fase a comunidade deverá ser informada do local onde o material deverá ser depositado, dia, horário e itinerário de coleta. Articulado com as fases já citadas anteriormente está o transporte, uma vez que para que ele seja eficaz a comunidade deverá estar informada sobre o planejamento e gerenciamento dos resíduos.

Segundo Zanta e Ferreira (2003), algumas características dos resíduos poderão ser alteradas, pois há a diferença entre comunidades; tais fatores como sociais, culturais, geográficos, climáticos, econômicos e aspectos biológicos e químicos são exemplos de como o conhecimento de determinadas características permitirão a escolha de uma alternativa mais apropriada ao escolhermos o tratamento e técnicas para a disposição final dos resíduos.

Como já citado anteriormente, quando uma região tem forte desenvolvimento econômico também terá uma grande produção de resíduos, o que acaba por comprometer a saúde das comunidades e dos trabalhadores rurais. Mais uma vez destaca-se que é de suma importância que sejam incorporadas políticas públicas que busquem resolver a gestão e disposição final de resíduos sólidos no ambiente rural.

A diversidade ambiental, social e cultural é ameaçada quando há o indevido controle de resíduos sólidos no interior dos municípios, pois comprometem a saúde pública e a qualidade de vida das populações rurais. No entanto, deve-se considerar se o material que está sendo recolhido pela administração pública está tendo a gestão final adequada, caso contrário, acabaria por degradar mais o ambiente e não estaria cumprindo seu papel inicial.

A Educação Ambiental se torna eficaz no manejo de resíduos sólidos, pois é através dela que iniciará o processo de mudança de hábitos afim de que se possa ter uma destinação correta dos resíduos, da mesma forma que será através dela que o indivíduo será sensibilizado sobre a importância do meio ambiente para a vida.

1.3 Aterro sanitário em São Gabriel

Após o processo de separação entre resíduos sólidos, deve-se tomar maior cuidado no que se refere à sua destinação final. As práticas inadequadas são compreendidas quando o lançamento desse material é feito em locais impróprios (terrenos vazios, áreas alagadas), aterros controlados ou queima a céu aberto.

Nesse sentido, é de suma importância o serviço de coleta de lixo, pois apresenta expressivas melhorias para o meio ambiente (reduz vetores e diretamente diminui as doenças que o lixo pode causar), elimina os efeitos ambientais nocivos oriundos da má destinação do lixo (tais como poluição do solo e água através do chorume). Layrargues (2009, p 28) afirma que

Programas de Educação Ambiental que implementam campanhas de coleta seletiva e reciclagem, por exemplo, e que são planejados sem essa contextualização, tendem a gerar o desenvolvimento de uma consciência ecológica sem compromisso social, uma vez que reforçam a cultura consumista e os mecanismos de concentração de renda e exclusão social.

O tratamento do lixo arrecadado é condição essencial para a preservação da qualidade ambiental e da população. De acordo com o Plano de Saneamento Básico de São Gabriel (Prefeitura Municipal de São Gabriel, 2012) a coleta de lixo merece destaque pois,

Associado a outras informações ambientais e socioeconômicas, incluindo serviços de abastecimento de água, saneamento ambiental, saúde, educação e renda, é um bom indicador de desenvolvimento humano. Trata-se de um indicador muito importante tanto para a caracterização básica da qualidade de vida da população residente em um território e das atividades usuárias dos solos e das águas dos corpos receptores, quanto para o acompanhamento das políticas públicas e saneamento básico e ambiental.

Assim, entende-se que a forma adequada de destinação de lixo se dá quando, após realizada a triagem e a reciclagem e/ou compostagem, sua disposição final é feita em aterros sanitários ou através de equipamentos próprios para a incineração.

O Aterro Sanitário de São Gabriel está localizado nas proximidades do Trevo de acesso ao Bairro Universitário, em direção a Rosário do Sul. Para chegar ao Aterro é necessário andar 1,8 km em estrada de chão.

O local escolhido para a instalação do aterro foi selecionado por possuir características específicas, conforme (DAMBROS; LOUZADA; BARROS, 2010, p.222),

Para a instalação do Aterro Sanitário fez-se necessário selecionar o local onde este foi implantado, possuindo características que permitissem o controle de riscos de contaminação da água, ar e do solo, esse local também está próximo de áreas que possibilitam o maior número de fluxo, para que comporte o transporte do lixo coletado em todo o município. Foi considerado o risco de contaminação das águas subterrâneas, contaminação dos mananciais superficiais, geração de maus odores, espalhamento de resíduos urbanos pela ação dos ventos, aspecto visual desconfortável e a proliferação de macro e micro vetores.

No mesmo momento, surgiu a necessidade de que para a instalação do aterro fosse considerado o tipo de solo, e que fosse realizada a execução da drenagem de águas pluviais em forma de valeta. Essa operação foi feita visando desviar da área de operação as águas pluviais que podem provocar transtornos operacionais e aumentar assim a produção de líquido percolado (DAMBROS; LOUZADA; BARROS, 2010, p. 222). Esse local também deveria ser afastado do perímetro urbano, afim de que a população “urbana” fosse poupada do desconforto visual e dos riscos à saúde pública.

Uma vez que houve a necessidade de afastar o aterro sanitário do meio urbano, surge o questionamento sobre o que o município de São Gabriel realiza para recolher os resíduos sólidos do meio rural, pois a população que reside no interior de São Gabriel não deverá sofrer os danos causados pelo meio urbano, pelo simples fato de viver no meio rural. De acordo com Deivid Carvalho⁷:

Entretanto, o lixo rural merece atenção especial, devido ao fato de conter resíduos tóxicos, provenientes do descarte de embalagens de agrotóxicos, fertilizantes e medicamentos veterinários. Contudo, no município de São Gabriel as propriedades rurais não são assistidas pela coleta municipal de lixo, ficando a cargo dos moradores o destino final do mesmo. Geralmente, os resíduos são queimados, atirados nos corpos d’água, jogados no campo entre a vegetação ou colocados em covas próximo às casas, originando micro-lixões.

Diante deste fato, durante o ano de 2009, foi criado o Projeto “Lixo Rural”, desenvolvido por acadêmicos de Biologia da Universidade da Região da Campanha

⁷As citações em nome de Deivid Carvalho são referentes ao texto “**Lixo no meio rural: produção consciente e solução inteligente**”. Disponível em: <<http://biourcamp.blogspot.com.br/2009/09/lixo-no-meio-rural-producao-consciente.html>>.

(URCAMP), este projeto contou com a participação da Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente (Prefeitura Municipal de São Gabriel, 2012).

O projeto teve três fases distintas. A primeira delas foi a realização do contato com o público alvo (moradores do meio rural), a segunda fase foi a realização de um relatório em que a realidade do local merecia destaque.



Figura 3: Saída de Campo Sodré, Projeto Lixo Rural.

Fonte: Deivid Carvalho.

Disponível

em:

<<http://picasaweb.google.com/108155949378723292468/SaidaACampoSodreProjetoLixoRural1Visita?feat=directlink&gsessionid=H8tC0v61JRj1LRSq1yO3fw#5385779403101742>>.

Na última etapa, foi realizada a orientação sobre os problemas causados pelo lixo no meio rural. De acordo com dados apresentados no site da Prefeitura de São Gabriel (2012), a bióloga Lurdes da Rosa destaca que

[...] o objetivo principal do Projeto é levar instruções e orientações sobre a coleta, seleção e tratamento do lixo no meio rural. “Na terceira fase do Projeto, que está sendo executado no Distrito de Azevedo Sodré, na Escola Polo Maria Manoela da Cunha Teixeira. O trabalho desenvolvido também nas propriedades rurais, leva opções alternativas como uso de desinfetante natural, feito a partir da flora do local e sabão caseiro, que não poluem, mas que atuam com a mesma eficácia.

Os resultados obtidos nessa pesquisa mostraram o quanto a população realiza de forma errônea o destino do lixo e dos resíduos sólidos, Deivid Carvalho

divulga em seu blog, dados obtidos no projeto “Lixo no meio rural: produção consciente e solução inteligente”:

Os dados coletados demonstraram que, em relação aos resíduos sólidos gerados, 100% das propriedades geram vidros, plásticos, pilhas, baterias e lixo orgânico; 82% óleos e graxas; 73% papel; 64% calçados, corda e lã; 55% lâmpadas e embalagens metálicas; 45% tecidos e restos de madeiras e ferragem; 18% sobras de construção e embalagens de produtos agroindustriais. Sendo que na maioria das propriedades, 45%, o lixo é queimado, em 25% ele é jogado no terreno e em 20% é comum à prática de enterrar os resíduos.

De acordo com dados fornecidos pelo *site* da Prefeitura Municipal de São Gabriel (2012), a ex Secretária Municipal da Educação, Denise Chagas destaca a importância do projeto:

[...] a importância do Projeto está na questão da Educação Ambiental, tema atualíssimo e na divulgação do município, cuja economia básica é o setor primário, ‘pois o lixo no meio rural é sem dúvidas o novo desafio para questões de preservação’.

Deivid Carvalho aponta, em seu blog, que “acredita-se que uma política de manejo de resíduos que não contemple as comunidades rurais, certamente, não cumpre sua função de manter o bem estar e a saúde pública”.

Nesse sentido, investigou-se, através de contato por telefone e via *web* com a Prefeitura Municipal de São Gabriel, como a coleta de resíduos é feita em assentamentos da reforma agrária no interior do município de São Gabriel, porém nenhuma informação foi dada pela Prefeitura Municipal; o que demonstra a existência da dificuldade em obter dados sobre a coleta de resíduos sólidos nos assentamentos rurais.

Uma das formas para ajudar a resolver esse problema poderá ser incorporar a Educação Ambiental crítica nos hábitos cotidianos dos assentados, visando melhorar a qualidade de vida (social e ambiental) da população do campo.

Para Layrargues (2009, p.26), outra dificuldade encontrada no que se refere à Educação Ambiental e à instituição de políticas públicas é quanto à forma de entender a “Educação Ambiental”, uma vez que a palavra “ambiental” é compreendida de forma equivocada como sinônimo de “ecológico”, pois as questões ambientais e sociais não podem e não devem ser separadas.

A realidade foi simplificada e acabamos nos acostumando a ver limitadamente, por um lado, as questões sociais, e por outro, as questões

ambientais. Por se tratar de uma outra visão da realidade, é perfeitamente compreensível a dificuldade de se ver questões sociais e ambientais associadas. (LAYRARGUES 2009, p.26)

Assim, a Educação Ambiental que visa o compromisso social deve levar a politização do debate ambiental para situar os sujeitos envolvidos nas contradições da realidade em que estão inseridos, motivando-os a lutar por seus direitos.

1.4 A modernização do campo no Brasil e sua correlação com os impactos socioambientais dos resíduos sólidos

A modernização do campo no Brasil se deu majoritariamente no decorrer do século XX. A maior intensidade desse processo se deu na chamada Revolução Verde, que consistiu na adoção de uma série de aportes tecnológicos da indústria para a agricultura, tais como tratores, colhedoras, pulverizadores, adubos químicos, agrotóxicos, entre outros. Esse processo não se deu isoladamente no Brasil. Ruscheinsky e de Vargas (2002, p. 166) afirmam que

[...] A partir da segunda metade do século XX, em escala mundial, ocorre a difusão do chamado “Pacote Tecnológico da Revolução Verde”. O referido modelo representou uma profunda modificação na agricultura praticada nos países de terceiro mundo, entre outros aspectos: com a mecanização, o uso intensivo de insumos químicos, a difusão de novas variedades genéticas “mais produtivas”, a expansão dos sistemas de irrigação, intensificação da degradação ambiental e a produção de riscos.

A Revolução Verde foi o principal promotor de uma série de mudanças ocorridas no país durante o século passado, entre elas, a excessiva e desorganizada urbanização mediante a migração de camponeses para as cidades, fenômeno conhecido como êxodo rural.

Nesse sentido, cabe trazer aqui alguns aspectos da modernização do campo, relacionando-os com a atual problemática dos resíduos sólidos. Desde já, destaca-se que a problemática ambiental não surgiu em função ou no contexto da Revolução Verde, porém este a potencializou muito, de forma que torna-se especialmente importante para a compreensão da evolução da problemática central deste trabalho, a dos resíduos sólidos no meio rural. Em outras palavras, a Revolução Verde é mais

uma etapa do processo de desenvolvimento capitalista no rural brasileiro, de forma que se manteve constante a estrutura social desigual existente desde o Brasil Colônia e permaneceu-se degradando o ambiente natural através de uma prática agrícola ecologicamente insustentável, porém com intensidade muito superior. Da mesma forma, a modernização do campo tem especial importância na formação social dos assentados da reforma agrária, atores participantes da pesquisa, bem como da reforma agrária enquanto um todo.

Desde o princípio da colonização europeia, a constituição da estrutura socioeconômica do território brasileiro se deu essencialmente agrária. Sobre esse aspecto, Graziano da Silva (1980, p. 9) destaca:

O início da colonização do território brasileiro se fez com a doação de grandes extensões de terras a particulares, denominadas de sesmarias. Daí surgiram os latifúndios escravistas. A necessidade de cortar em grande escala e escassez de mão de obra na colônia uniu-se à existência de um rentável mercado de tráfico de escravos. Todas as atividades produtivas da colônia giravam em torno da agricultura e do comércio, praticamente não havendo indústrias. O latifúndio escravista produzia para exportar, essa era a sua finalidade básica.

A modernização, dentro do contexto histórico do desenvolvimento capitalista, nada mais é que a etapa fundamental da passagem de uma sociedade feudal para uma sociedade capitalista. No caso brasileiro, embora desde o princípio da colonização europeia o objetivo da colônia era a exportação de produtos agropecuários, minerais e extrativistas, algumas características como a estrutura social, essencialmente agrária e determinada pela posse de grandes extensões de terras, configuravam traços marcantes do feudalismo naquela sociedade.

Com o objetivo de desenvolver a então república, inicia-se um processo de instauração da indústria nacional. Como já foi afirmado anteriormente, esse processo se deu majoritariamente durante o século XX, porém, é necessário destacar que as condições históricas se deram através de gradativas mudanças ocorridas principalmente no Século XIX. Essas condições foram determinantes, sobretudo, para a formação da mão-de-obra livre necessária para a indústria. Entre os fatos ocorridos que se destacam nesse sentido podem ser citados a Lei de Terras (1850) e a abolição da escravatura (1888).⁸

⁸ Esses dois fatos serão retomados mais adiante, na discussão sobre o caráter conservador da modernização do campo.

Graziano da Silva (1980, p. 12) destaca que, apesar da iniciativa de instauração de um parque industrial nacional, haveria de se estabelecer um mercado para o que fosse produzido e que, na configuração global de comércio daquele período, o Brasil, com sua indústria ainda incipiente, não teria condições de concorrer livremente com os outros mercados. A partir dessa constatação, a indústria nacional estabeleceu-se objetivando atender a demanda do mercado interno. Dessa forma, inicialmente estabeleceu-se que a indústria deveria produzir para substituir as importações, tal como afirma ainda Graziano da Silva (1980, p. 11):

Durante essa fase, a industrialização se faz pela "substituição das importações": um determinado produto que era comprado no exterior, passa a ter sua produção estimulada no país através de barreiras alfandegárias, que incluíam desde impostos elevados até a própria proibição da importação.

Sendo assim, nesse período inicial se buscou consolidar a indústria pesada no país: siderúrgica, petroquímica, material elétrico, etc. Esse período durou de 1955 a 1961 (GRAZIANO DA SILVA, 1980, p. 11). Após a instalação da indústria pesada no país, passaram-se a se instalar indústrias de fabricação de bens de produção para a agricultura. Sobre esse aspecto, Graziano da Silva (1980, p. 11) afirma:

Assim, por exemplo, são implantadas indústrias de tratores e equipamentos agrícolas (arados, grades, etc.), fertilizantes químicos, rações e medicamentos veterinários, etc. Evidentemente a indústria de fertilizantes e defensivos químicos só poderia se instalar depois de constituída a indústria petroquímica; a indústria de tratores e equipamentos agrícolas, depois de implantada a siderurgia; e assim por diante.

A consolidação da modernização do campo, por sua vez, deu-se através da intervenção do Estado para o fortalecimento do mercado para essa indústria nacional. Assim, como destaca Graziano da Silva (1980, p. 11):

[...] o Estado implementou um conjunto de políticas agrícolas destinadas a incentivar a aquisição dos produtos desses novos ramos da indústria, acelerando o processo de incorporação de modernas tecnologias pelos produtores rurais.

Um dos incentivos governamentais que se consolidou nesse período foi o fornecimento de crédito subsidiado para a agricultura⁹. Sobre esse aspecto, Palmeira (1989, p. 87) afirma que

[...] o setor agrícola, a partir de finais dos anos 60, absorveu quantidades crescentes de crédito agrícola, incorporou os chamados "insumos modernos" ao seu processo produtivo, tecnificando e mecanizando a produção, e integrou-se aos modernos circuitos de comercialização.

Sobre essas ações desenvolvidas pelo Estado, cabe destacar a consolidação de um serviço público de assistência técnica e extensão rural, com o qual se objetivava, para além da difusão de tecnologias modernas, a gestão e o incentivo para o uso desse crédito subsidiado.

A formação das condições necessárias para a modernização da agricultura iniciou, como já mencionado anteriormente, no decorrer do Século XIX. Esses fatores dizem respeito, principalmente ao estabelecimento dos fatores necessários ao desenvolvimento capitalista, tais como, trabalho assalariado, estoque de mão de obra livre e industrialização.

Dentro desse contexto, a "Lei de Terras"¹⁰ de 1850, que estabeleceu o pagamento em dinheiro ou a herança como as únicas formas de acesso à terra, a abolição da escravatura em 1888, e as várias migrações, principalmente de europeus pobres para o Brasil, foram de fundamental importância para a constituição de um estoque de mão de obra para o desenvolvimento capitalista.

Entretanto, essa liberação de mão de obra foi muito superior à capacidade de absorção da indústria. Assim, a combinação disso tudo a outros dois fatores (a não realização de uma reforma agrária ampla¹¹ e a não incorporação dos pequenos

⁹Política essa que permanece até os dias atuais, sob a forma do "Plano Safra", lançado anualmente pelo governo federal.

¹⁰ Lei Nº601, DE 18 de SETEMBRO DE 1850. Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm.

¹¹ Nesse sentido, é imprescindível destacar aqui que a correlação de forças na sociedade brasileira no período da modernização transitava entre os capitalistas industriais (urbanos) e a "velha oligarquia rural", concentrando nesse segundo grupo ainda grande parte do poder político e econômico. Logo, a realização de uma reforma agrária ampla, que viesse a interferir sobre a posse de terras dos grandes latifundiários, foi de imediato inviabilizada. (N.A.)

agricultores no processo de modernização) acabaram por fortalecer o processo de migração do campo para as cidades. Palmeira (1980, p.88) afirma que:

Nos últimos quarenta anos, o perfil da distribuição espacial da população brasileira sofreu profunda alteração. Entre 1940 e 1980, inverteram-se os percentuais das populações rural e urbana, a primeira caindo de aproximadamente 70% da população total para cerca de 30%, enquanto a segunda aumentava de 30% para 70%.

Essa migração foi provocada para liberar a mão de obra necessária à indústria, tal como preconiza o desenvolvimento capitalista. Dessa forma, como afirma Graziano da Silva (1980, p. 16), para além da liberação da mão de obra para a indústria, amplia-se o mercado interno dos mais variados produtos através da proletarianização dos camponeses, transformando-os em miseráveis boias-frias.

Visto que a modernização no Brasil se deu conservando diversos aspectos da desigualdade social, vários autores, como Palmeira e Graziano da Silva, referem-se a esse processo como “modernização conservadora” do campo. Palmeira (1989, p. 87) deixa isso bastante claro:

Essa modernização, que se fez sem que a estrutura da propriedade rural fosse alterada, teve, no dizer dos economistas, “efeitos perversos”: a propriedade tornou-se mais concentrada, as disparidades de renda aumentaram, o êxodo rural acentuou-se, aumentou a taxa de exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas, cresceu a taxa de auto-exploração nas propriedades menores, piorou a qualidade de vida da população trabalhadora do campo. Por isso, os autores gostam de usar a expressão “modernização conservadora”.

Enfim, cabe destacar a afirmação de Graziano da Silva (1980, p.17), de que o desenvolvimento capitalista é sempre um processo cheio de contradições, e que não seria diferente no caso brasileiro, em que essas contradições foram ainda mais marcantes pela extrema desigualdade entre as regiões e a presença marcante do Estado nesse processo.

A “Revolução Verde” provocou um forte impacto em toda a sociedade brasileira, tanto rural quanto urbana. Com relação aos resíduos sólidos, pode-se afirmar que a modernização da agricultura foi fundamental para que estes se tornassem uma problemática.

A passagem de uma agricultura tradicional, com pouca utilização de insumos externos à propriedade para uma agricultura moderna, necessariamente dependente de insumos externos (adubos químicos, agrotóxicos, sementes melhoradas, etc.) e

maquinários pesados, possibilitou a acumulação de diversos materiais residuais. Certamente, dos mais marcantes são as embalagens de agrotóxicos, não só em função das diversas campanhas massivas para a destinação adequada desses materiais, mas também pelos riscos potenciais à saúde que estes oferecem.



Figura 4: Embalagens de agrotóxicos encontradas jogadas em plantação de mamão.

Fonte: Rodrigo Carvalho (2010).

Disponível em: <<http://limoeironorte.blogspot.com.br/2010/08/venda-de-agrotoxicos-e-fiscalizada-em.html>>..

Porém, cabe ressaltar que a geração excessiva de resíduos sólidos a partir do advento da modernização se dá não só na produção agrícola. A especialização na produção de monoculturas provocou, direta e indiretamente, uma erosão cultural dos padrões alimentares, ou seja, alguns gêneros alimentícios e outros de uso doméstico, que anteriormente eram produzidos pelos agricultores para seu próprio sustento, deixaram de ser produzidos e passaram a ser comprados em supermercados, industrializados e embalados. Como afirmam Balem; Silveira:

O processo de industrialização e modernização da agricultura se apropriou da cultura dos agricultores e de tal forma influenciou nos hábitos alimentares, que muitas atividades que nasceram no seio da agricultura familiar hoje são ícones de grandes empresas alimentares e a elas somente é atribuído o “mérito”. Isto é facilmente observado nos produtos processados como leite, doces, geléias, derivados do leite, embutidos cárneos, etc... Os consumidores não vinculam os alimentos derivados da agroindústria aos processos naturais que produziram a matéria prima. E os agricultores, dentro dos conceitos de moderno igual a “bom”, “preferem” consumir produtos industrializados em vez de naturais e produzidos por eles. Um exemplo forte é o refrigerante em vez do suco natural produzido com frutas dos pomares domésticos, e não raro o leite longa vida fazendo parte da alimentação do agricultor.

Assim, a modernização da agricultura, em um mesmo aspecto, gera tanto problemas ambientais como o relacionado aos resíduos sólidos, como também relacionado à própria condição de soberania alimentar das famílias rurais. A problemática dos resíduos sólidos, assim como uma série de outras problemáticas de ordem social, ambiental e econômica, deixa de ser vista apenas como “causa” da degradação ambiental no meio rural, mas passa também a ser considerada como mais uma consequência do processo de modernização ou do desenvolvimento capitalista.

O aumento da produção gera maior utilização de recursos naturais, pois o modo de produção capitalista utiliza estes recursos, afim de, transformá-los em produtos, com a finalidade de que sejam acumuladas riquezas.

Deste modo, destaca-se que como aumento da produtividade e maior renda acontecem, proporcionalmente, o aumento de consumo e de resíduos sólidos, ou seja, os resíduos sólidos são resultados de produção diária.

Os produtos utilizados no meio rural são iguais aos produzidos nas cidades, porém a falta de planejamento resulta em descartes inadequados de resíduos sólidos, gerando impactos socioambientais.

Assim, a coleta seletiva torna-se essencial, uma vez que a separação de acordo com suas características físicas e químicas resultará em uma destinação correta, seja ela como forma de reciclagem, reutilização ou reaproveitamento.

Os resíduos sólidos orgânicos serão facilmente aproveitados pela natureza, pois servirão como adubo na produção orgânica, que busca produzir alimentos viáveis economicamente, socialmente justos e ecologicamente sustentáveis. No entanto, o resíduo sólido inorgânico é o que causa maiores problemas ao meio ambiente, pois por possuírem diferentes composições químicas tem diferentes tipos de decomposição.

A destinação final correta ocorrerá quando os resíduos sólidos forem coletados e após serem reciclados ou reutilizados recebam como destinação final o aterro sanitário.

Durante ao século XX, ocorreu a Revolução Verde, fase onde ocorreram a implementação de alta tecnologia, tais como maquinários, adubos químicos e agrotóxicos. Com o aumento da tecnologia houve a substituição dos trabalhadores camponeses por maquinários, o que ocasionou o êxodo rural, outro fator que deve

ser destacado refere-se ao fato de que o aumento de produtos ocasionou o maior número de resíduos sólidos.

Esse processo de modernização conservadora fez com que as propriedades rurais se tornassem mais concentradas, gerando desigualdade de renda, exploração do trabalho em pequenas propriedades e menor qualidade de vida para a população rural.

O capítulo a seguir, abordará como as ocupações do território brasileiro e a expulsão dos camponeses do meio rural influenciaram a modificação da geografia do território rural brasileiro, pois com a migração da população rural aos centros urbanos, ocorreram o aumento da miséria e a não garantia de condições mínimas para seu sustento.

Acontecimentos estes que levaram a fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a criação dos assentamentos da reforma agrária.

Nesse momento também serão destacados a história de fundação do município de São Gabriel (RS), o modo como esses processos influenciaram a instalação dos assentamentos do município e a maneira que as políticas públicas influenciam a realidade da vida dos assentados.

CAPÍTULO 2

O HISTÓRICO DA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL, O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA E OS ASSENTAMENTOS NO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL/RS

“Do rio que tudo arrasta se diz que é violento.
Mas ninguém diz violentas as margens que o comprimem.”
Bertolt Brecht

O aumento da produção, maior poder aquisitivo e consumo levam ao acréscimo significativo de resíduos sólidos. O modo como foram incorporadas no meio rural a alta tecnologia e a expulsão de mão de obra camponesa geraram a indignação dos trabalhadores rurais, que foram obrigados a buscar empregos nas cidades, porém nos centros urbanos não encontraram condições dignas de sobrevivência.

A forma como aconteceu a expulsão dos camponeses do seu local de origem remete a um processo histórico, que ocorre desde a invasão do território brasileiro, quando houve a distribuição de terras aos que estavam em situação de privilégio em Portugal.

Os fatos expostos acima mostram o início do latifúndio, consolidado sobre as mesmas bases até hoje: grandes extensões de terra e exportação de produtos.

Desta forma, esse capítulo abordará o histórico da reforma agrária no Brasil, desde sua invasão até fatos atuais como, por exemplo, a realidade dos assentamentos em São Gabriel. Serão expostos os motivos que levaram os trabalhadores rurais a iniciarem sua organização na busca pela terra, moradia e melhores condições de vida. Fatos de suma importância e que levaram, em 1984, à fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Entretanto, grandes latifundiários, contrários a desapropriação de terras, formaram um movimento contrário às bandeiras defendidas pelo MST, com isso ocorreu a criminalização do Movimento.

Em diferentes momentos, conforme o MST aumentava sua abrangência de luta pela terra, enfrentava resistência e com grandes dificuldades foram criados assentamentos de reforma agrária em diversas partes do país.

Um dos locais onde há assentamentos de reforma agrária vinculados ao MST é São Gabriel (RS), cidade também conhecida devido a sua história, como “Terra dos Marechais”. O mito de fundação e a forma como ocorreu a ocupação do território do município fez com que o MST lhe desse o título de “Coração do Latifúndio”. Após brigas entre grandes proprietários de terra e militantes do Movimento, a não aceitação dos assentamentos e assentados na cidade, houve a morte de Elton Brum, fato marcante na história do município e do MST.

Atualmente, os assentamentos instalados em São Gabriel enfrentam dificuldades, pois, embora recebam ajuda do governo, possuem mais demandas do que políticas públicas.

2.1 Histórico da reforma agrária no Brasil

No Brasil, a invasão do território por estrangeiros acontece desde 1500. A partir desse momento, a apropriação e a distribuição das terras pertenciam a quem estava em situação de privilégio.

Por possuir grande extensão de terras, o Brasil oferecia uma ótima oportunidade para que essas fossem exploradas. Assim, os portugueses que vieram para o Brasil buscando aproveitar a matéria-prima que era oferecida aqui poderiam exportar as riquezas do país. Para Akcelrud (1987, p. 15), desse modo, os novos territórios e suas populações são forçosamente destinados à agricultura de exportação. O latifúndio que se estabelecia no Brasil tinha como única e exclusiva finalidade a produção para o mercado externo.

O latifúndio se caracteriza não apenas pela grande extensão de terras que possui, mas também porque está (desde sua origem) ligado ao interesse externo, não atendendo às demandas da população local, apenas lhe reservando mão de obra.

A consolidação desse processo se deu, em grande parte, com as doações de sesmarias (extensões de terras doadas pela Coroa Portuguesa a fidalgos que mantinham com a Corte alguma atividade de suma importância). Deste modo, a divisão de terras ficou fortemente marcada devido ao fato das terras que eram exploradas (principalmente a produção de cana de açúcar e pecuária extensiva)

serem feitas sob o modo de produção escravista, e gerarem lucro para Portugal. Sobre esses aspectos, Graziano da Silva afirma que

O início da colonização do território brasileiro se fez com a doação de grandes extensões de terras particulares. Denominadas de sesmarias. Daí surgiram os latifúndios escravistas. A necessidade de cortar em grande escala e escassez de mão de obra na colônia uniu-se à existência de um rentável mercado de tráfico de escravos. Todas as atividades produtivas da colônia giravam em torno da agricultura e do comércio, praticamente não havendo indústrias. O latifúndio escravista produzia para exportar, essa era a sua finalidade básica. (GRAZIANO DA SILVA, 1980, p. 9)

Quando as terras brasileiras foram distribuídas em sesmarias, os proprietários destas terras tinham seus direitos garantidos se produzissem no prazo máximo de cinco anos. Já o pequeno proprietário de terras dependia da boa vontade dos grandes proprietários, pois estes invadiam suas terras em busca de aumentar – ainda mais – suas propriedades.

Após a Independência do Brasil, os grandes proprietários de terra foram privilegiados ganhando títulos, tornaram-se duques, condes e barões. Esses títulos não apenas distanciavam os grandes latifundiários da outra parte da população, mas também acentuavam o fato destes possuírem influência política (permanecendo até os dias atuais).

Durante a metade do século XIX, no momento em que se tornou mais vantajoso ter um mercado consumidor para os produtos manufaturados da Inglaterra, os grandes latifundiários foram pressionados a terminar com o mercado escravo. Por esse motivo, em 1850, a elite brasileira e a aristocracia rural estabeleceram a “Lei das Terras de 1850”, em que apenas poderia possuir terras quem tivesse condições de comprá-las. Desta forma, as camadas mais pobres da população foram mais uma vez logradas do acesso a terra para produção, com destaque para os escravos (libertos), pois não obtinham recursos para a compra de terras. Esse foi outro fato marcante para o processo de formação social no Brasil e, principalmente, para a formação da questão agrária brasileira.

Com a Proclamação da República, os quartéis começaram a expandir seus interesses indo ao encontro do latifúndio, deste modo, barravam qualquer tipo de protesto. Toda forma de expressão e movimento que reivindicasse a posse pela terra era encarado como rebelião monarquista. Akcelrud (1987, p. 2) comenta que a “força armada” sempre esteve ligada ao latifúndio:

Aqui, o latifúndio sempre viveu de armas na mão. Tinha que caçar e subjugar os índios, destruindo-lhes a cultura, violentando-lhes hábitos, costumes e modo de vida. Tinha que vigiar a escravaria negra, proteger as fazendas contra o prestígio e o contágio dos quilombos. Tinha que mover combate aos motins e rebeliões que fermentavam continuamente e agrupavam multidões em torno de apóstolos messiânicos, caudilhos ou bandoleiros na quase guerrilha do cangaço. Daí é que deriva a vocação militar do latifúndio.

Pode-se observar então que de um lado estavam os camponeses, lutando para terem suas propriedades de terras, e do outro estavam os movimentos de resistência (Estado). Como destaca Akcelrud (1987, p. 25) “O Estado tinha que intervir com forças regulares para preservar a ordem, isto é, o latifúndio”.

Com o passar do tempo, os trabalhadores do campo foram se fortalecendo e ganharam visibilidade nacional. Nesse momento, diversos movimentos sociais que contestavam essa forma de aquisição de terras começaram a se organizar, desde os primeiros quilombos passando pelas Ligas Camponesas¹² até a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

O ambientalismo está vinculado às lutas camponesas, operárias e populares e pela defesa da terra e do trabalho e de suas condições gerais de vida. Para Leff (2012, p. 102):

Os movimentos ecológicos ou ambientalistas não emergem numa arena política deserta. Seus propósitos convergem e se somam aos de muitas causas populares e movimentos sociais que surgem em resposta à administração pública setorializada, tecnocrática e antidemocrática, e a regimes políticos centralizados e totalitários.

Por tanto, em todos esses movimentos sociais há o debate ambiental presente, pois o debate ambiental não pode ser pensado como secundário dentro dos movimentos sociais. Para Loureiro (2012, p. 48):

Afinal só há sustentabilidade com dignidade de vida para todos, ou esta vira um discurso vazio visto que fundado na desigualdade e na destruição. Desconsiderar as lutas dos movimentos sociais vistos como clássicos, que denunciam as mazelas do capitalismo, é um grave equívoco que despolitiza o debate e estabelece uma leitura evolucionista da sociedade, pouco compatível com a dinâmica contraditória do real e com as necessidades materiais que perduram para a maioria absoluta das pessoas(...)

¹² As Ligas Camponesas desenvolveram em Pernambuco uma abrangência organizativa maior espalhando-se por diversos estados do Brasil (MARTINS, 1981; AZEVEDO, 1982 apud DA ROS, 2002).

Ressalta-se que os movimentos sociais, embora não utilizem categorias ambientalistas ou tragam elas em suas bandeiras, ao terem como enfoque a mudança da sociedade, carregam consigo uma forma diferente de elo com o ambiente.

2.2 Movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST)

Na década de 1970, a chamada “modernização conservadora da agricultura”, implantada no território nacional, acabou gerando, entre outros problemas, a expulsão do campo de uma grande parte das famílias sem ou com pouca terra, pois sua força de trabalho fora substituída pelas máquinas nas grandes fazendas. Essas famílias acabaram migrando para as cidades, no fenômeno chamado “Êxodo Rural” e, com isso, em poucos anos, o que se observou foi um inchaço nos centros urbanos. As pessoas que fizeram esta migração, desde antes desprovidas de condições mínimas para seu sustento, acabavam (muitas delas) por aumentar seu grau de miséria na medida em que não encontravam postos para vender sua força de trabalho.

Em 1978, esses trabalhadores rurais acompanharam a greve dos metalúrgicos do ABC paulista. Akcelrud (1987, p 46), ressalta que os trabalhadores rurais não foram apenas observadores do que estava acontecendo ao redor deles, eles também lutavam por seus interesses:

Os trabalhadores rurais não foram testemunha passiva desses acontecimentos. Entraram na batalha, iniciando sua organização para conquistar a terra em suas regiões de moradia, resistindo ao êxodo e à migração, denunciando a concentração da terra. Estouraram lutas em vários Estados, retomando a iniciativa e o combate.

Nesse sentido, devido aos grandes problemas gerados pelas políticas públicas implantadas no meio rural nesse período, em várias partes do país, camponeses organizados em torno de conflitos que reclamavam o acesso à terra para produção foram dando corpo ao que mais tarde se tornaria o MST.

O MST foi fundado em 1984, em Cascavel no Paraná, quando trabalhadores rurais resolveram lutar pela terra e pela reforma agrária (e pelas mudanças sociais

que o país necessita). De acordo com dados disponíveis no *site* do MST (<http://www.mst.org.br/node/7702>):

Mas seria injusto dizer que começamos ali. A semente para o surgimento do MST talvez já estivesse lançada quando os primeiros indígenas levantaram-se contra a mercantilização e apropriação pelos invasores portugueses do que era comum e coletivo: a terra, bem da natureza. Como imaginar o Movimento Sem Terra hoje, sem o exemplo de Sepé Tiarajú e da comunidade Guarani em defesa de sua terra sem Males. Ou da resistência coletiva dos quilombos ou de Canudos? Da indignação organizada de Contestado? Como imaginar nosso movimento sem o aprendizado e a experiência das Ligas Camponesas ou do Movimento de Agricultores Sem Terra - Master. Por tudo isso, nos sentimos herdeiros e continuadores de suas lutas.

Nesse momento intensificam-se as lutas pela reforma agrária no país e, durante o período de redemocratização, avançam os debates dentro das vias institucionais, através da concepção do Primeiro Plano Nacional da Reforma Agrária (I PNRA), em 1985, no governo Sarney, organizado por um grupo de intelectuais e estudiosos da questão agrária e liderados por José Gomes da Silva (SILVA, 1987; SILVA 1989 apud FERNANDES, 2008). Assim, as diferentes lutas, com o intuito de democratizar radicalmente a sociedade, contemplam às questões ambientais. Loureiro (2012, p 50), frisa que

No meu entendimento, é nesse momento que a relevância da categoria “conflito ambiental” para os movimentos sociais se explicita. Esta qualifica e integra a ação organizada em defesa de justiça social e do direito à vida emancipada, saudável e sustentável, uma vez que trata das relações estabelecidas nos processos antagônicos de interesses entre agentes que disputam recursos naturais e buscam legitimar seus modos de vida.

Porém, devido ao forte movimento contrário à desapropriação de áreas de terras pertencentes a grandes latifundiários, organizado, exercido e fomentado, em grande parte pela União Democrática Ruralista (UDR), o movimento em prol da reforma agrária é desacelerado, o MST sofre represálias e é fortemente criminalizado pelos governantes que sucederam Sarney.

Em 1995, durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), ocorre o massacre de Corumbiara (Rondônia). Valdir Fernandez, coordenador da Central Única dos Trabalhadores (CUT), na coluna “Ponto de Vista”, publicada na página da CUT na *web*¹³, comenta que os sem-terra estavam acampados, mas a polícia,

¹³ Massacre de Corumbiara. Disponível em: <<http://www.cut.org.br/ponto-de-vista/artigos/4713/massacre-de-corumbiara-17-anos-de-injustica>>.

governo e judiciário planejam “atacá-los” durante a madrugada, uma vez que os sem-terra não teriam chance de defesa. Ele também enfatiza:

Os sem-terra perceberam a chegada da polícia e, ao primeiro grito de socorro, ouvem-se tiros e mais tiros. Foi a verdadeira covardia! A polícia invade o acampamento, atira para todos os lados e sem pudor. 11 sem-terra mortos, incluindo uma menina de 7 anos, de nome Vanessa, que, ao susto dos tiros, levanta-se e tenta fugir. Além deles, dois policiais são encontrados mortos. Como sempre, parte da mídia tenta desconstruir, mas o movimento católico, o movimento sindical rural e as famílias que estavam acampadas clamaram por socorro e assim que os primeiros integrantes de movimentos de direitos humanos chegam a Corumbiara, percebem a desgraça que a polícia fez.

De acordo com dados do Jornal Sem Terra (www.mst.org.br/book/export/html) em 1996, no Pará, houve outro massacre, conhecido como Massacre de Eldorado dos Carajás, envolvendo policiais e manifestantes do MST. Com o intuito de conseguirem maior visibilidade, os manifestantes optaram por impedir o tráfico em uma estrada estadual. O bloqueio ocorreu porque os manifestantes estavam insatisfeitos com a demora do poder público em assentar famílias do MST. Porém, este fato não agradou Almir Gabriel (que era governador do estado), que naquele momento ordenou que a polícia fosse até o local onde estavam os manifestantes para desocupar a estrada. Ao chegarem ao local, os policiais foram recebidos por pedras e paus e responderam com gás lacrimogênio e, ao perceberem que os manifestantes não estavam recuando, começaram a atirar.

De acordo com Rodrigo Ken, do *site* Histórica (<http://historica.com.br/hoje-na-historia/massacre-de-eldorado-dos-carajas>), esse foi mais um fato negativo para a história do Brasil, pois houve um grande número de mortos e feridos. Porém, os responsáveis pelo massacre ficaram impunes:

Segundo a perícia feita nos falecidos, a maioria deles foi morta com características de execução, sendo encontrados ferimentos graves feitos por armas brancas, os quais são relacionados aos policiais envolvidos. No total, 19 manifestantes foram mortos e cerca de 60 ficaram feridos. Dos 155 policiais envolvidos no confronto, 146 foram indiciados criminalmente. Em 1999 o coronel Mário Pantoja, o major José Maria Oliveira e o capitão Raimundo Almendra foram absolvidos pelo júri, que foi anulado. Em 2002 dos 146 envolvidos somente 2 foram condenados: Pantoja (228 anos de prisão) e Oliveira (154 anos de prisão). Com o benefício de recorrer da decisão em liberdade, foram presos somente em 2004, para em 2005 serem libertados devido ao habeas corpus emitido pelo Supremo Tribunal Federal.

A reforma agrária no país entra novamente em pauta com a chegada de Luís Inácio Lula da Silva à presidência do Brasil. Recomeçam as discussões de um

Segundo Plano Nacional da Reforma Agrária (II PNRA), liderados por Plínio de Arruda Sampaio (FERNANDES, 2008). Porém, mais uma vez o Plano Nacional de Reforma Agrária não obteve sucesso, uma vez que a conciliação de classes entre setores do agronegócio prejudica o andamento do projeto.

Durante o processo de redemocratização no país, ocorre a criação de assentamentos de reforma agrária (pequenos lotes de terras) onde as famílias passam a criar condições de sobrevivência, que garantam seu próprio sustento, e devem reproduzir relações sociais.

2.3 Assentamentos de reforma agrária

Após a abordagem do histórico da reforma agrária no Brasil e a fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), faz-se necessário abordar o que são assentamentos e qual sua importância para a reforma agrária.

Para Furtado, R. e Furtado, E. (2000, p. 180) os assentamentos podem ser entendidos como espaço onde estão fixados os trabalhadores. Com isso, os autores também fazem uma crítica no que se refere à intencionalidade do termo, constatando que este traz em seu conceito uma negação dos processos de luta ocorridos anteriormente ao assentamento.

O termo assentamento, introduzido pelos órgãos oficiais, dá idéia de alocação, de fixação dos trabalhadores na agricultura, daí o surgimento de uma nova categoria no espaço rural, o assentado. Esta terminologia tenta ocultar uma ação anterior dos trabalhadores que lutaram com denodo pelo direito à terra. Esses bóias-frias, posseiros, meeiros, arrendatários ou pequenos proprietários que perderam suas terras, posições ocupadas antes do assentamento, jamais foram lembrados pelos tecnocratas como ocupantes, pois, assim fazendo, os estariam considerando sujeitos do processo e não beneficiários como são cognominados

De acordo com o *site* do MST (2009), os assentamentos são espaços complexos e que são formados a partir da desapropriação de latifúndios improdutivos:

A expressão "assentamento" é utilizada para identificar não apenas uma área de terra no âmbito dos processos de Reforma Agrária, destinada à produção agropecuária e ou extrativista. É também um espaço heterogêneo de grupos sociais constituídos por famílias camponesas, que ganha vida

depois de desapropriado ou adquirido pelos governos federal e ou estaduais, com o fim de cumprir as disposições constitucionais e legais relativas à Reforma Agrária.

Logo, o assentamento configura o fechamento do processo político-social em que o latifúndio e a luta pela terra são superados e inicia-se a construção de uma nova sistematização ambiental, social e política, em que há uma enorme diversidade social de família camponesa. Por isso, devem-se compreender os assentamentos como expressão da luta social, onde há a união do homem à terra e nela desenvolvendo o trabalho com sua família (MST, 2009).

As necessidades reais das famílias assentadas são consideradas para que exista a busca pela solução de problemas e para que sejam criadas condições de trabalho, moradia, organização da economia e das dimensões de vida social, cultural e educacional.

Com o compromisso de promover agroecologia¹⁴, em que há a busca constante de rever a forma de relação do homem com a natureza, as famílias assentadas buscam unir o conhecimento empírico e o técnico-científico, com isso, eleva-se a melhor produtividade do solo, valoriza-se o trabalho das famílias e nega-se o capitalismo, desta maneira, estimula-se a diversidade da produção, modifica-se a relação homem e natureza e alteram-se hábitos de consumo e alimentação.

Na conjuntura atual, em que a exportação de alimentos é prioridade no Brasil e incentiva-se a produção em grandes áreas, os assentamentos não conseguiram consolidar inteiramente seu potencial. Para o MST (2009):

Por outro lado, em um contexto de avanço do modelo agro-exportador com prioridade à produção em grandes áreas para exportação, os assentamentos não conseguiram materializar plenamente suas potencialidades. Infelizmente, os assentamentos não se constituem como expressão de uma política ampla e massiva de democratização da terra no Brasil nem fazem parte de uma estratégia de desenvolvimento focado no mercado interno, tendo na reforma agrária um de seus elementos estruturadores.

Nos últimos tempos, a reforma agrária vem passando por um momento de descrédito, devido ao fato de que as políticas assistencialistas (do governo Lula)

¹⁴ Caporal; Costabeber (2002) definem agroecologia como um enfoque científico destinado a apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencionais para estilos de desenvolvimento rural e de agriculturas sustentáveis.

fizeram com que parte do público que estava no movimento desistisse de ganhar seu lote de terra.

Contudo, sabe-se que as políticas públicas para os assentamentos de reforma agrária avançaram, cita-se nesse sentido o Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental aos assentamentos de reforma agrária (ATES), Programa Nacional de Fortalecimento na Agricultura Familiar (PRONAF), entre outros. No entanto, essas políticas públicas não foram suficientes para acabar com a desigualdade social vivenciada pelos assentados.

De acordo com Bergamasco; Norder (2008, p. 58), as políticas de financiamento de diversificação da produção, os programas de crédito de custeio e as políticas sociais apresentam ineficácia, instabilidade, lentidão e descontinuidade.

O MST tem ocupado uma posição privilegiada no que se refere à organização de famílias assentadas, porque é através dele que há maior conquista de território. Desta forma, ressalta-se que os assentados constroem-se politicamente, economicamente e socioculturalmente no local onde se encontram.

Devido ao fato de que o Estado não atende imediatamente as necessidades estruturais das famílias assentadas, elas passam por dificuldades, pois chegam ao lote e não possuem condições de construir sua moradia, o que acaba gerando outros problemas como más condições higiênicas, técnicas, etc. Leff (2012, p.100) destaca que

A incorporação das classes trabalhadoras e das populações rurais ao progresso e à modernidade significou a degradação de suas condições de vida: exploração econômica, desemprego, marginalização social, inacessibilidade aos serviços públicos, desarraigamento cultural, emigração territorial, destruição de seus recursos naturais, abandono de suas práticas tradicionais e perda de seus meios de subsistência.

Diante dos problemas enfrentados nos assentamentos, torna-se indispensável propor novas opções que promovam o desenvolvimento e independência, uma vez que as políticas públicas precisam estar de acordo com as situações reais vivenciadas pelos assentados, para que estes possam ter uma vida digna, com condições de gerar renda e sustentar suas famílias.

De acordo com Lerner (2005), os primeiros assentamentos do Rio Grande do Sul (RS) surgiram em 1979, quando se destacaram as ocupações das Fazendas Macalli e Brilhante. Em 1981, 700 famílias acamparam em Encruzilhada Natalina no município de Ronda Alta.

Entre 1984 e 1988, 21 assentamentos foram implantados, segundo Navarro (1999) *apud* Da Ros (2002), nos anos de 1989 e 1997, houve uma redução no número de assentamentos, durante a gestão Itamar Franco houve um pequeno crescimento e retornando as desapropriações no governo de FHC.

Durante o governo FHC, estabeleceu-se a política de priorizar regiões em que havia vazios demográficos, por exemplo, a região sul do RS, a região da campanha gaúcha, também conhecida como a região da pecuária extensiva (DA ROS, 2002, p.39).

Desta forma, ocorreu um grande contingente da criação de assentamentos na chamada metade sul do RS, com atores vindos da região norte do estado. Isso ocorreu tendo em vista o processo de exclusão social e fundiária, pois as terras no norte já estavam ocupadas predominantemente pela agricultura familiar.

Segundo dados da Superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Rio Grande do Sul (INCRA RS), a partir do ano de 2003, com a nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), passou-se a organizar os assentamentos por Núcleos Operacionais (NO's). Teve-se por finalidade melhorar e efetivar as políticas públicas aos beneficiários da reforma agrária, sendo que, atualmente no RS eles são atendidos pela Política Nacional de Assistência Técnica, Social e Ambiental (ATES), ou seja, são 11.011 famílias assentadas, segundo dados da ATES 2010, de todo o Estado e nas diversas regiões, chegando a um total de 20 NO's.

2.4 Breve histórico de São Gabriel (RS): a “Terra dos Marechais”

Em 1750, situa-se o marco histórico de surgimento da cidade de São Gabriel, juntamente com o surgimento das primeiras estâncias jesuíticas dos Sete Povos das Missões. Nesse mesmo ano, foi assinado o muito conhecido Tratado de Madrid, a partir do qual ficava estabelecido que o território, dentro do qual se situava o município gabrielense, passaria a pertencer a Portugal.

No dia 10 de fevereiro de 1756, ocorreu a Batalha do Caiboaté, na qual índios guaranis lutavam contra forças luso-espanholas, e foi durante essa batalha que morreu o líder indígena Sepé Tiarajú (atualmente, considerado por muitos um santo

popular). No local onde Sepé morreu foi erguido um monumento póstumo, uma cruz de Lorena de madeira, que era o símbolo dos padres Jesuítas nas Missões. Após a morte do líder indígena, aproximou-se o final da Guerra Guaranítica (como era conhecido o conflito entre os indígenas dos Sete Povos das Missões e as forças de Portugal e Espanha).

Atualmente, a cruz de madeira foi substituída por outra de cimento e a 20 km da cidade existe um monumento póstumo para homenagear aqueles que morreram durante a batalha. Nesse sentido:

O local da batalha de Caiboaté, situado no distrito de Tiarajú, localidade de Caiboaté Grande. Os índios guaranis habitantes dos Sete Povos, comandados pelo cacique Nicolau Nenguiru, enfrentaram as forças luso-espanholas na Coxilha do Caiboaté, no dia 10 de fevereiro de 1756 e foram dizimados. No local, situado a 20 km da cidade, existe um monumento de forma piramidal, construído de pedras. Existe, também uma cruz de cimento que substituiu a cruz original de madeira aí colocada no dia 07 de março de 1756 pelo Padre Miguel Mayrá quando veio sepultar os mortos. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL, 2012).

Devido a esses conflitos a demarcação do município apenas ocorreu no ano de 1784. Em 1800, o espanhol Félix de Azara (Figura 5) funda São Gabriel e a batiza com o nome de São Gabriel do Batovi. Acredita-se que o nome de São Gabriel tenha sido uma simbólica homenagem a Gabriel de Avilez y del Ferro, que seria o Vice-rei do Prata.

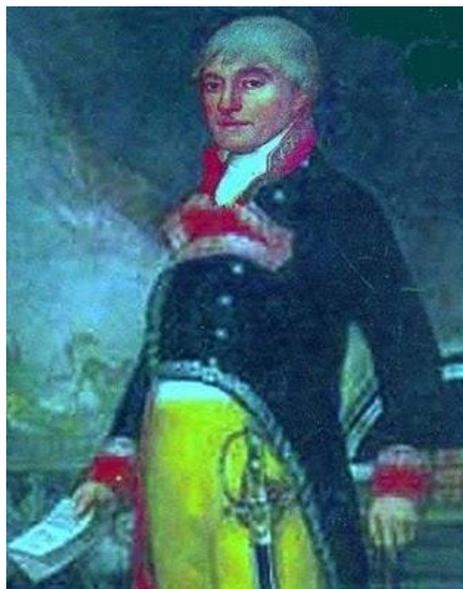


Figura 5: Dom Félix de Azara, fundador de São Gabriel (RS).
Fonte: <<http://historiadesaogabriel.blogspot.com.br>>.

Em 1819, em Montevideo, foram assinados os limites da fronteira, que incorporava definitivamente São Gabriel ao Brasil. Durante a Revolução Farroupilha (mais precisamente no ano de 1840), São Gabriel foi eleita como sede do governo da República Rio Grandense. Seis anos depois, o imperador Dom Pedro II, em visita a povoação de São Gabriel, reconhece-a como vila e instala a câmara de vereadores no município. Mais tarde também seria local de concentração da Guarda Nacional. De acordo com dados do *site* CityBrazil (2011):

São Gabriel foi centro importante durante a Revolução Farroupilha (1835-1845); chegou a ser Capital da República Riograndense e base de operações do exército legalista, sob o comando do general Luís Alves de Lima e Silva, Barão de Caxias. Em 13 de janeiro de 1846, recebeu a visita do Imperador D. Pedro II. Por ocasião da guerra de 1851-52, provocada pelos ditadores do Uruguai e da Argentina, o Duque de Caxias fez do Município ponto de concentração dos diversos corpos da Guarda Nacional.

Somente em 1859, durante a presidência de Joaquim Antônio Fernandes Leão, foi elevada a condição de cidade. Durante a Revolução Federalista (1893), aconteceu a Batalha do Cerro do Ouro liderada por Gaspar Silveira Martins e Gumercindo Saraiva contra o governo de Júlio de Castilhos. Esse combate ficou conhecido como um dos mais sangrentos durante o conflito, onde mais de 200 combatentes foram mortos.

Localizada no distrito do Cerro do Ouro. Também conhecida como Combate do Salso por ter ocorrido às margens do Arroio do Salso, aconteceu em agosto de 1893, durante a Revolução chefiada por Gaspar Silveira Martins e Gumercindo Saraiva contra o governo de Júlio de Castilhos, constituindo-se num dos mais sangrentos combates desta revolução. No alto da coxilha existe um monumento constituído de um obelisco de cimento armado e, na parte de baixo, existem doze postes de cimento armado, interligados por grossas correntes de ferro, guardando um quadrado onde estão sepultados mais de 200 combatentes mortos nesse sangrento combate.

Devido aos fatos acima citados, São Gabriel tem sua história ligada aos conflitos, batalhas e às armas. Mais tarde, a cidade ficou conhecida como “Terra dos Marechais”, uma vez que o município apresentou várias personalidades que se destacaram historicamente por suas atuações militares e políticas, entre eles o ex Presidente de República Hermes Rodrigues da Fonseca, o comandante na 2ª Guerra Mundial, o Marechal Mascarenhas de Moraes e o Coronel José Plácido de Castro (Figura 6).



Figura 6: Marechal Hermes da Fonseca, Marechal Mascarenhas de Moraes e Coronel José Plácido de Castro (direita para a esquerda)

Fonte: <<http://www.6becmb.eb.mil.br/saogabriel.htm>>.

O Coronel José Plácido de Castro foi desbravador, conquistou e governou o Acre, tendo como fato marcante durante seu governo o impedimento de que multinacionais inglesas se apropriassem dos seringais que estavam no seu território. De acordo com o *site* da Prefeitura de São Gabriel:

O município de São Gabriel é historicamente ligado às armas, Terra dos Marechais como é chamada, já que lá nasceram os Marechais João Propício Mena Barreto, Fábio Patrício de Azambuja, o Presidente da República Hermes Rodrigues da Fonseca e João Batista Mascarenhas de Moraes, o comandante da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial, durante as batalhas na Itália”. Outros militares gabrielenses fizeram parte da história nacional, como o Coronel José Plácido de Castro, o desbravador que conquistou o Acre (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL, 2012).

Conjuntamente com a vocação militar, pacificamente conviveu as artes e a Poesia. Na cidade também nasceram Alcides Maia, que foi o primeiro gaúcho a ser admitido na Academia Brasileira de Letras e o Padre Leonel Franca (teólogo) fundador da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC RJ).

2.5 Os dois lados da disputa pela terra: a conquista do assentamento

O município de São Gabriel localiza-se na região da Campanha Gaúcha. O termo “Campanha” também traz a tona sua origem militar, e no passado os mesmos

militares que deveriam defender o “Continente de São Pedro”, também eram designados para ocupar a terra da “Campanha” ou “Fronteira” gaúcha.

Foram justamente os detentores de patentes militares, os chamados a ocupar esse ambiente, que passava a ser incorporado pela Coroa Portuguesa no início do século XIX. Assim, é na troca metabólica entre o ambiente determinado e os sujeitos que irão reproduzir-se socialmente no mesmo, que se buscou encontrar uma ontologia da sociedade e do espaço regional da Campanha Gaúcha (SANTOS, 2012, p.39).

E por que esse fato é tão relevante para que se possa entender a organização do espaço rural em São Gabriel? Porque a terra também é sinônimo de poder. E as relações sociais, conflitos, mediações e trocas estão interligadas à propriedade da terra, por esse motivo, lutar pela terra sempre gera um conflito.

A partir do entendimento da história do município, marcada desde o início por batalhas e conflitos, é que se percebe o atual desenvolvimento da cidade, onde ainda prevalece a disputa pela terra, hoje entre os grandes latifundiários e os assentados do MST.

Portanto, é nesta visão ontológica, de uma sociedade e um espaço marcado por sistemas hierárquicos de poder, conflitos e desigualdades sociais que se estruturam em torno da ocupação, apropriação e uso do espaço fronteiriço, que se compreende o universo no qual “A terra dos Marechais” está inserida. Universo onde a terra e o gado converteram-se em fontes de acumulação de riqueza para uma parcela minoritária da sociedade, mas o qual era composto, ao mesmo tempo, por uma pluralidade de sujeitos que se reproduziam de diferentes formas na fronteira em movimento, ainda que de maneira subalterna. (SANTOS 2012, p 41)

No meio rural, a propriedade da terra é utilizada para que os interesses sejam definidos, ora pode satisfazer às necessidades de uma população, através do plantio que servirá de alimento, ora poderá apenas significar o status de quem a possui, não cumprindo sua função social.

Quando a terra é transformada em propriedade privada, tornando-se mercadoria, também é condicionada a ser uma forma de acumulação de capital. O quanto vale a terra não diz respeito apenas a que atividade produtiva será ali realizada, mas também estabelece a quem essa terra pertence, ou seja, para muitos o fator mais preocupante não é o que será produzido no local, mas possuir, ser proprietário da terra em questão.

Por esse motivo, para muitos latifundiários, a ocupação de terras improdutivas ou públicas ainda gera um desconforto, pois há uma ação contra-hegemônica

quando um pequeno agricultor ou sem terra tem acesso a esse bem. Conforme Santos (2012, p. 48):

Portanto, a valorização da propriedade fundiária não teve conseqüências apenas na composição do patrimônio produtivo da elite econômica regional, mas, sobretudo, na composição da hierarquia social da região, em que os trabalhadores pobres livres e os camponeses “sem terra”, eram cada vez mais alijados da possibilidade de reprodução do espaço rural em questão.

Outrora os militares possuíam grande parte das terras que estavam localizadas em São Gabriel, dando a ela o codinome, conforme mencionado, de “Terra dos Marechais” e demarcando assim a classe dominante da região.

É nesse espaço, onde está situada a “Terra dos Marechais”, que se encontram as contradições existentes no meio rural, demonstrando assim o quanto ainda é relevante a disputa pela terra. Para Santos (2012, p. 38):

Assim, a insígnia “Terra dos Marechais” não se associa apenas ao legado das armas, mas é reveladora da força que o rural continua a exercer na constituição de uma sociedade, na qual a propriedade da terra e as múltiplas relações de poder que se produzem a partir de seu domínio, ainda são, neste início de século XXI em que a lógica do modo capitalista de produção, parece arrebatá-lo a tudo e a todos, elementos centrais para o entendimento das contradições vigentes na produção do espaço rural e na sociedade de São Gabriel.

Em São Gabriel, há luta pela terra, onde em lados opostos se encontram o MST e os grandes latifundiários, por esse motivo, quando o INCRA realizou a vistoria na fazenda Southall e a considerou improdutivo, caracterizando-a como área de interesse social, o Sindicato Rural de São Gabriel e a Federação de Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL) deram início à campanha “Vistoria Zero”.

os ruralistas formaram barreiras nas estradas com carros, caminhões, caminhonetes e máquinas agrícolas, com vistas a impedir a realização das vistorias pelos técnicos do INCRA; também realizaram manifestações em defesa da propriedade e chegaram até a agredir fisicamente os técnicos (SANTOS, A., 2012, p. 80).

Para evitar que a “Vistoria Zero”, seja de fato efetivada, o MST organizou a marcha denominada “Sepé Tiaraju”, que reuniu acampados do MST de Pântano Grande, Arroio dos Ratos, Santana do Livramento, Capão do Leão e Júlio de Castilhos. Assim, 800 famílias se dirigiram a São Gabriel pela BR 290:

Nas cidades por onde passou, a marcha Sepé Tiaraju desenvolveu várias ações, desde manifestações públicas, até o diálogo no cotidiano nas comunidades, passando por escolas e bairros das periferias, buscando demonstrar os objetivos de sua luta. Contudo, na medida em que se aproxima de São Gabriel, as tensões passaram a adquirir proporções cada vez maiores (SANTOS, 2012, p.82).

A finalidade da marcha era mostrar à população em geral a urgência que se fazia (e ainda se faz) para que seja efetuada a reforma agrária, no entanto, conforme Bastiani (2013, p 55):

Como barreira a marcha, os estancieiros e empresários rurais gabrielenses, tendo o apoio de entidades patronais e do poder executivo de São Gabriel/RS, formaram uma contra-marcha. Quando a Sepé Tiaraju se aproximava da cidade, em meados de junho, os latifundiários, como forma de impedir seu avanço, jogaram bombas e pedras sobre o acampamento montado para que os marchantes pudessem descansar e ameaçaram os integrantes do MST.

Com o exposto acima, se percebem as duas formas discordantes de interpretação sobre a necessidade de reforma agrária. Santos (2012, p. 78) revela que essa dicotomia aconteceu quando, ao entrevistar um representante da FARSUL, sua resposta revelou que “a reforma agrária é vista como algo anacrônico, não resolvendo os problemas do campo brasileiro”. Por outro lado, o membro da Direção Regional do MST, quando questionado sobre o mesmo assunto, “afirma sua existência em função de um problema que não foi resolvido na história do país, o problema da concentração fundiária”.

E é por essa razão que o MST tem realizado ocupações de propriedades (públicas/privadas) a fim de que se possa, dessa maneira, pressionar o Estado para que esse (re) pense e responda as exigências das famílias sem terras. Se antes o Estado atendia apenas à classe hegemônica rural, agora terá que atender aos trabalhadores sem terra também, mesmo que isso ocorra após lutas, ocupações e intensa busca pela transformação do rural.

Para mediar a situação estão os aparelhos do Estado (aparato judicial, legislativo, executivo e militar), que acabam sendo tensionados por ambos os lados. Conforme define Santos (2012, p.17):

[...] ao emergir a luta pela terra protagonizada pelo MST, emergiu a reação das classes dominantes na defesa de seus territórios. Os aparelhos de Estado (aparato judicial, legislativo, executivo e militar) passaram a ser tensionados por ambas as partes, instituindo-se uma conflitualidade reveladora do campo no qual a questão agrária se insere. Essa

conflitualidade instaurou-se inicialmente em torno da desapropriação da fazenda Southall, uma das grandes propriedades de São Gabriel, quando, em 2003, após a vistoria realizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), considerou-se a propriedade de 13.400 hectares como improdutiva.

De acordo com dados disponíveis no *site* “Pública”¹⁵, Oliveira e Pinheiro (2012) ressaltam que:

Em 2003, 800 famílias sem terra se deslocaram de diversos acampamentos no Estado para pressionar pela desapropriação da Fazenda Southall, na época com 13 mil hectares e uma dívida que somava R\$ 37 milhões junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a Fazenda Nacional e o Banco do Brasil

Porém, a marcha não atingiu seu destino, vários ruralistas da região resolveram interromper a marcha, realizando uma contramarcha. Os ruralistas também distribuíram um panfleto (Figura 7) defendendo a propriedade privada e, sobretudo, criminalizando o MST; ou seja, o modo de vida capitalista faz com que grande parte da sociedade insista que os sem-terras devam ser excluídos e, conseqüentemente, ao negar a eles a possibilidade de convívio social, os colocam a margem da sociedade.

¹⁵ Disponível em: <http://www.apublica.org/2012/08/anos-na-briga-por-reforma-agraria-em-sao-gabriel/>.

GABRIELENSES DIZEM NÃO À INVASÃO E A SEUS APOIADORES

Povo de São Gabriel, não permita que sua cidade tão bem conservada nesses anos, seja agora maculada pelos pés deformados e sujos da escória humana.

São Gabriel, que nunca conviveu com a miséria, terá agora que abrigar o que de pior existe no seio da sociedade. Nós não merecemos que essa massa podre, manipulada por meia dúzia de covardes que se escondem atrás de estrelinhas no peito, venham trazer o roubo, a violência, o estupro, a morte. Estes ratos precisam ser exterminados. Vai doer, mas para grandes doenças, fortes são os remédios. É preciso correr sangue para mostrarmos nossa bravura. Se queres a paz, prepara a guerra, só assim daremos exemplo ao mundo que em São Gabriel não há lugar para desocupados. Aqui é lugar de povo ordeiro, trabalhador e produtivo. Nossa cidade é de oportunidades para quem quer produzir e não há oportunidades para bêbados, ralé, vagabundos e mendigos de aluguel. Se tu, gabrielense amigo, possuis um avião agrícola, pulveriza a noite 100 litros de gasolina em vôo rasante sobre o acampamento de lona dos ratos. Sempre haverá uma vela acesa para terminar o serviço e liquidar com todos eles.

Se tu, gabrielense amigo, és proprietário de terras ao lado do acampamento, usa qualquer remédio de banhar gado na água que eles usam para beber, rato envenenado bebe mais água ainda.

Se tu, gabrielense amigo, possuis uma arma de caça calibre 22 atira de dentro do carro contra o acampamento, o mais longe possível. A bala atinge o alvo mesmo há 1200 metros de distância.

FIM AOS RATOS. VIVA O POVO GABRILENSE!

Figura 7: Panfleto distribuído por ruralistas de São Gabriel, conhecido como “Carta aos Ratos”.

Fonte: <<http://www.mst.org.br/Sao-Gabriel>>

Enquanto a marcha era impedida de passar pela cidade de São Sepé, ocorriam três atividades paralelas: a) no Supremo Tribunal Federal (STF), ocorria o processo de desapropriação da Fazenda Southall; b) em São Sepé, a Promotoria de Justiça determinava que as crianças que participavam da marcha deveriam abandoná-la; c) uma ação judicial da Prefeitura de São Gabriel determinava que a marcha fosse interrompida pois seriam impedidas manifestações do MST na cidade.

Quando o STF envia seu parecer, declara ser contrário à vistoria realizada pelo INCRA, este fato evidencia que os proprietários de terra e empresários eram protegidos pelo Estado.

Mesmo com os conflitos existentes, o MST conquistou território em São Gabriel. De acordo com dados do Coletivo de Comunicação Catarse (<http://conquistadecaiboate.blogspot.com.br/>):

Quinta-feira, 18 de dezembro de 2008. Cedo, mas não tão cedo. Partimos da cidade de São Gabriel em direção à Southall. Para lá rumavam centenas de pessoas para enfim terminar uma marcha interrompida em 2005 pela Ministra e então presidente do Supremo Tribunal Federal Ellen Gracie. Desde domingo esse grupo veio caminhando até São Gabriel desde o ponto do interrupto jurídico, o município de Santa Margarida do Sul. Hoje, completariam a jornada, descerrariam os cadeados da porteira da Southall e tomariam aquilo que sempre lhes foi de direito: a terra - a NOSSA terra!

Pronto, chegamos. Uma multidão passou a tomar os espaços do chão que, a partir de agora, deve passar a ser conhecido como o Assentamento Conquista de Caiboaté. O povo, então, conquistava enfim o chão em que Sepé Tiarajú derrubou o seu sangue, que hoje é adubo de esperanças, se transforma em solo nutritivo em que se plantará um novo futuro, uma nova realidade. Sepé caiu na Batalha de Caiboaté e retorna pelas mãos do povo, pelas suas vidas, pelas suas crianças.

Após a entrega das áreas desapropriadas, aconteceu um ato público (figura 8), com isso os assentados tiveram sua chance de agradecer a conquista dessa terra.



Figura 8: Agradecimento a comunidade de São Gabriel
 Fonte: Rafael Corrêa (<http://conquistadecaiboate.blogspot.com.br/>)
 Org: Barros, L. C. (2014)

Mesmo que a desapropriação da fazenda Southall tenha sido uma conquista, não foi encerrada a disputa pela terra nesse município, tampouco foi encerrado ali o espaço de disputa com o agronegócio.

Atualmente, a luta se amplifica, pois também se desejam melhores condições de assistências e serviços públicos. Bastiani (2013, p. 65) comenta que “os assentamentos são formados por pessoas de diversos locais. Elas deslocaram-se até São Gabriel/RS em busca não apenas de terra, mas de tudo que ela significa, subsistência, dignidade, estabilidade econômica, etc.”

2.6 A realidade das políticas públicas nos assentamentos de reforma agrária em São Gabriel

O município de São Gabriel está localizado numa das regiões mais pobres do Estado e está distante 320 km de Porto Alegre (Capital do RS). Destaca-se por sua produção de arroz, soja e gado de corte. Por esse motivo, o MST lhe afere o título de “Coração do Latifúndio”.

O MST é considerado um dos maiores movimentos sociais que dá exemplo de lutas, conquistas e busca maior dignidade para toda a sociedade brasileira, contrapondo o MST, tem-se os latifundiários, governo e elite em geral. Essa classe dominante enxerga o MST como um simples objeto que deverá ser exterminado, tendo em vista que a questão agrária e luta pela terra caminha junto com o MST.

Caldart (2004, p.35) observa que o problema central está na inversão de valores de uma sociedade capitalista, na qual a propriedade privada, o dinheiro e o poder valem mais que a vida humana e o direito de trabalhar:

Quando ações do MST relativizam esse valor e propõem uma inversão de prioridade, colocando a vida e o direito ao trabalho como anteriores ao direito à propriedade, e quando essas ações começam a ter respaldo de boa parte da sociedade, podemos pensar na possibilidade de uma *quebra de padrões culturais*, de uma mudança de conceitos, de valores, de postura diante de determinadas realidades.

Essa inversão de valores foi apresentada em São Gabriel, de acordo com dados fornecidos no *site* do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (2012), na cidade havia uma aversão aos assentados, e algumas pessoas relataram o medo que sentiam ao passear pela cidade:

Jane Fontoura, que hoje tem seu lote nas terras da antiga Southall, participou de todos os acontecimentos daquele período. Ela conta que, quando finalmente montaram o primeiro acampamento em São Gabriel, em 2006, algumas lojas colocaram nas fachadas tarjas pretas em protesto. A ameaça que passava de boca em boca era de que, se alguma pessoa circulando pela cidade fosse identificada como integrante do MST, seria linchada.

O Secretário da Agricultura de São Gabriel, Erasmo Chiappetta, relata que há antipatia dos moradores de São Gabriel pelos assentados:

Para Erasmo, “muitos dos escolhidos não entendem nada de agricultura”. A própria prefeitura queria o direito de fazer a seleção, mas “a política do governo federal atende apenas pessoas vindas de movimentos sociais”, diz. “Esse pessoal estranho que veio para cá, quem mora aqui passa e nem quer olhar pra eles. A cidade não queria que essas pessoas viessem. Mas a partir do momento que o Incra mandou, aí não houve mais resistência”. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2012)

O depoimento de Erasmo Chiappetta deixa clara a hostilidade presente em São Gabriel quanto aos assentados no município. Quando o mais importante seria que os órgãos gestores do município dessem apoio a todos os moradores da cidade e não os discriminassem, deixa-os à margem da sociedade e ainda criminaliza-os por fazerem parte do MST. Para Leff (2012, p. 102):

As demandas de transestabilização das políticas públicas de abertura de novos espaços de autogestão, de reorganização interdisciplinar do saber e de distribuição territorial das atividades produtivas questionam as práticas ideológicas, administrativas, econômicas e políticas prevalecentes.

No entanto, o pior aconteceu em agosto de 2009, quando o acampado Elton Brum foi assassinado com um tiro pelas costas por um soldado da Brigada Militar, durante a reintegração de posse da Fazenda Southall:

O Ministério Público local ofereceu denúncia contra o soldado Alexandre Curto dos Santos, por homicídio qualificado, com intenção de matar e sem dar chance de defesa à vítima. O processo ainda está em fase de instrução na Vara Criminal de São Gabriel, a cargo do juiz José Pedro de Oliveira Eckert. Aquela ocupação denunciava a morte de três crianças nos primeiros meses de assentamento na cidade, supostamente vítimas de negligência médica. Os sem-terra reivindicaram também a aplicação de recursos para infraestrutura, educação e saúde (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2012).

Mesmo após os conflitos entre fazendeiros e militantes do MST, ocorre a implantação de assentamentos da Reforma Agrária em São Gabriel. Com a intenção de desenvolver a cidade, por meio da ocupação de terras para fins da reforma agrária, mostra-se um panorama favorável à produção de alimentos nesse local. Destaca-se que a maioria dos alimentos consumidos pela população são-gabrielense vem de fora do município e somente uma família assentada consegue se manter com o que produz. Nesse sentido:

Em São Gabriel 96% dos alimentos in natura consumidos pela população é encomendado da CEASA de Porto Alegre, a 350 quilômetros de distância. Uma única família de agricultores domina a produção de hortaliças no município e entrega com regularidade seus produtos para os principais

mercados locais, além de manter uma feira no centro da cidade. Os Strider, descendentes de colonos europeus, ocupam uma área plantada de apenas 10 hectares no cinturão urbano e conseguem um alto rendimento com culturas de alimentos, principalmente alface (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2012).

Porém os assentamentos apresentam dificuldades e várias promessas de recursos não foram cumpridas (figura 9). A aposta dos assentados de São Gabriel está na produção de arroz cultivado sem agrotóxico, esse projeto já atraiu quase 60 famílias que cultivam aproximadamente 150 hectares de lavouras nos assentamentos em São Gabriel. Em seu *site* o INCRA registra que

Tais investimentos para a implantação da produção foram garantidos por projetos capitaneados pelo INCRA que garantiu R\$ 280 mil reais aos assentamentos. A produtividade está entre 70 e 140 sacas por hectare, conforme a fertilidade do solo e época de semeadura. Quem produz menos, consegue lucro de R\$ 1,3 mil em cada unidade de área. 'Vale a pena porque a Conab garante o preço', atesta o engenheiro agrônomo, que acompanha os assentados pelo programa de assistência técnica do INCRA (INCRA, 2011).

Dessa forma, consolida-se o fato de que se faz necessária a implantação de políticas públicas que favoreçam a realidade dos assentados do município, a fim de que se fortaleça a produção de alimentos e que haja a progressão da agricultura familiar da região.



Figura 9: Promessas não Cumpridas.

Fonte: < <http://apublica.org/2012/08/infografico-prometido-des-cumprido>>.

Nesse sentido, o INCRA (2011) destina significativos recursos para os assentamentos em São Gabriel, juntamente com políticas públicas de outros órgãos (Brasil Carinhoso, Brasil Sorridente, PAA, PNAES, Luz para Todos, Minha Casa Minha Vida, etc). O governo busca com esses programas melhorar as condições sociais e suprir as demandas dos assentados, e também contribuir para o desenvolvimento dos assentamentos localizados em São Gabriel.

É importante ressaltar que grande parte dos dados apresentados são referentes ao Censo Agropecuário realizado pelo IBGE no ano de 2006, que só foram publicados a partir do ano de 2008. Historicamente, diversas regiões brasileiras foram beneficiadas por políticas públicas (em meados de 1990 o MST estava presente em 23 estados do país), nesse sentido, necessita-se compreender as relações sociais, políticas e culturais de um território.

De acordo com Abramovay (2000, p.7), território pode ser entendido como:

A ideia central é que o território, mais que simples base física para as relações entre indivíduos e empresas, possui um tecido social, uma organização complexa feita por laços que vão muito além de seus atributos naturais e dos custos de transportes e de comunicações. **Um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico.**

No Brasil, há processos de intensos conflitos pela divisão de terras, que ganham maior destaque com o MST. Já no processo histórico do RS, pode-se observar que os conflitos pela divisão de terras também foram fortemente marcados com a doação de sesmarias, como já foi abordado em item anterior. De acordo com Moreira (2010, p.2):

Do litígio entre as coroas ibéricas, a doação de sesmarias surgiu como alternativa para Portugal garantir o território, aos indivíduos que da terra desejassem prosperar e defender a fronteira meridional da colônia. Somada a terra concedida pelo Império português, o varão também recebia uma patente do oficialado militar colonial.

Após a doação de sesmarias, o RS sofreu outros conflitos e divisões de terras, entre eles as charqueadas, seguido pela colonização europeia e, mais recentemente, com as conquistas de territórios pelo MST. No entanto, a metade sul do RS, onde está localizado o município de São Gabriel, sofreu grande atraso, pois com a queda da produção de charque essa parte do Estado foi esquecida.

São Gabriel é um dos municípios riograndenses com maior índice de concentração fundiária. Sua economia, alicerçada na produção agrícola, principalmente as monoculturas de soja e arroz, e a pecuária caracterizada pela produção de gado (Gráfico 01), nunca permitiu o desenvolvimento econômico local, o que resultou na formação de uma estrutura socioeconômica em que a pobreza atinge 29,96% da população¹⁶. Por essas razões, transformar o meio rural desse município tornou-se um objetivo comum aos movimentos de luta pela terra, inclusive ao MST. Na medida em que o MST fortalecia sua luta contra o latifúndio, São Gabriel ganhava visibilidade enquanto foco de resistência dos fazendeiros ruralistas.

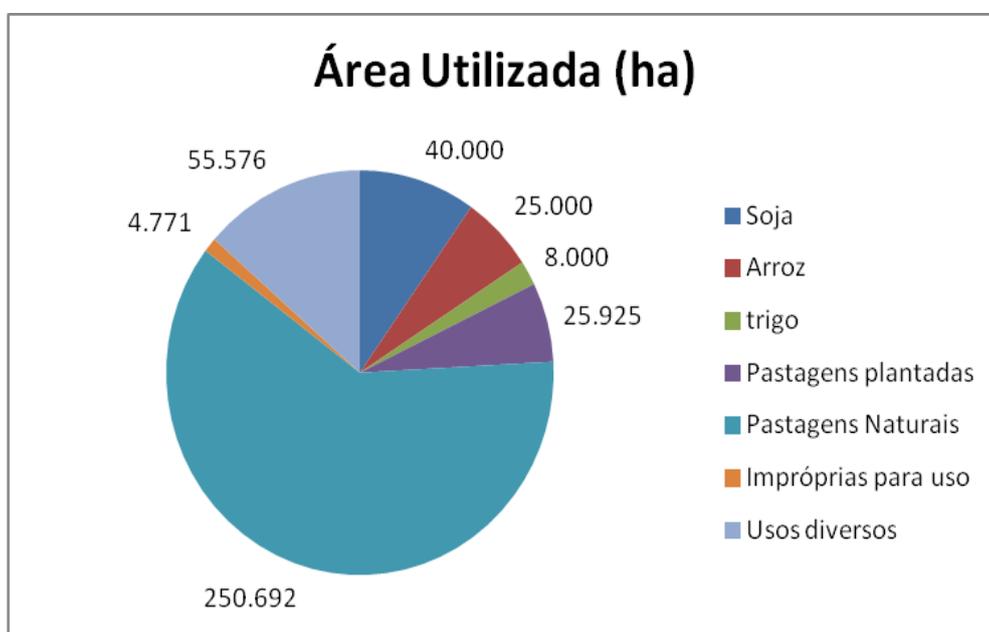


Figura 10: Gráfico demonstrativo da utilização das terras no meio rural de São Gabriel. Fonte: IBGE, Censo Agropecuário de 2006. Org.: BARROS, L.C.

Após um longo período (1990 à 2003), em que houve a realização de diversas marchas, que apresentaram intensos conflitos entre os fazendeiros de São Gabriel e os sem terras, foram instalados os primeiros assentamentos de reforma agrária vinculados ao MST no município, conforme já foi mencionado. Posteriormente a criação desses assentamentos, foram feitas muitas promessas de políticas públicas, mas o fato é que pouco foi investido no local, e a realidade é que as famílias que estão assentadas em São Gabriel sofrem pela pobreza e pela desigualdade. Cabe

¹⁶ IBGE *Mapa de pobreza e desigualdade*. 2003.

ressaltar a distinção entre pobreza e desigualdade proposta por Layrargues (2009, p.12):

Pobreza é uma coisa, desigualdade é outra. Apesar de a pobreza representar uma dimensão da desigualdade – a econômica -, a desigualdade não é só econômica, como estamos acostumados a perceber no senso comum e na maioria dos estudos mais divulgados sobre a desigualdade. A desigualdade multifacetada e pode se revelar em inúmeras manifestações sociais, como no acesso ou falta dele aos serviços públicos básicos, como educação, saúde, transporte, água e saneamento; na questão étnica e de gênero; na ocupação de postos de trabalho e cargos de direção.

São Gabriel possui atualmente oito assentamentos (ver tabela 3) de reforma agrária em fase de implantação.

Tabela 3: Assentamentos em São Gabriel.

Projeto de Assentamento	Número de Famílias em 2011
Madre Terra	63
Conquista do Caiboaté	207
Zambeze	34
Itaguaçu	81
Cristo Rei	59
Novo Rumo	5
União Pela Terra	24
Guajuviras	5

Org: BARROS, L. C. (2013)

Fonte: INCRA, 2011.

O governo federal repassa uma quantia significativa de recursos econômicos para a efetivação de políticas públicas para que a região possa se desenvolver. Todavia, esses assentamentos apresentam inúmeras dificuldades, pois estão em locais onde existem mais demandas do que as políticas públicas existentes possam suprir, fazendo com que as famílias assentadas não tenham condições dignas, no mínimo necessárias, à sobrevivência.

Desde a invasão, em 1500, o Brasil é ocupado e dominado por aqueles que estão em situação de privilégio, antes a doação de sesmarias, hoje grandes

latifúndios. Luta e resistência são recorrentes e intensificados, pois de um lado há famílias sem terra que buscam um local adequado para sua sobrevivência e de outro os proprietários de terras que defendem suas terras.

O meio rural é palco de conflitos, visto que ainda se sustenta em um modelo que controla a agricultura, onde há grandes propriedades, pouca força de trabalho, intensa mecanização e exportação.

A luta pela terra e Reforma Agrária ocorre assim, para que sejam corrigidos fatos históricos, como a expulsão dos camponeses do meio rural e a desigualdade social que perdura até hoje.

Sabe-se que o governo busca, através de alguns programas de políticas públicas, melhorar as condições sociais dos assentamentos de reforma agrária, incluindo os que estão localizados em São Gabriel. Todavia, essas políticas públicas não são suficientes para cobrirem as demandas encontradas nos assentamentos, fazendo com que diversas famílias ainda se encontrem em condições precárias de vida.

Como o problema dos resíduos sólidos é um ponto específico entre as diversas demandas, pretende-se que a Educação Ambiental seja mediadora do conflito causado pelos impactos socioambientais provocados pelos resíduos sólidos no assentamento Conquista do Caiboaté, afim de que se possa mudar hábitos e atitudes errôneas inseridos no meio rural.

Para tanto, a sensibilização ambiental será o ponto de partida para que os problemas causados pelos resíduos sólidos no assentamento sejam observados. Esse processo levará à conscientização dos assentados, pois ao perceberem como se dá o descarte dos resíduos poderão problematizar a realidade. Desta forma, será através da práxis que os assentados tomarão posição frente aos fatos e de fato ocorrerá o desenvolvimento rural sustentável.

CAPÍTULO 3

EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO MODO DE MINIMIZAR OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS PROVOCADOS PELO INADEQUADO DESCARTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS NOS ASSENTAMENTOS

“A teoria sem a prática vira 'verbalismo', assim como a prática sem teoria, vira ativismo. No entanto, quando se une a prática com a teoria tem-se a práxis, a ação criadora e modificadora da realidade” Paulo Freire

No primeiro capítulo, foram trabalhados como os resíduos sólidos orgânicos e inorgânicos poderão ser utilizados e seu descarte correto, sempre levando em consideração sua composição, para que assim possa ter a destinação final adequada. Nesse capítulo, abordou-se também como a modernização conservadora levou ao aumento de resíduos sólidos no meio rural.

O segundo capítulo traz um resgate histórico sobre a reforma agrária no Brasil, o surgimento do MST e a instalação dos assentamentos de reforma agrária em São Gabriel (RS). A realidade dos assentamentos destaca-se entre as demais quando se avalia a importância de políticas públicas nas demandas dos moradores do local.

O presente capítulo objetiva discutir como a Educação Ambiental poderá auxiliar na mudança de hábitos que estão inseridos no cotidiano da população do meio rural. Para isso, será abordada a sensibilização ambiental como passo inicial que poderá levar à conscientização. No entanto, a conscientização não ocorre de forma imediata, ela passa pela tomada de consciência, que é um ato individual.

A conscientização de fato acontece quando há a problematização da realidade, assim, entende-se que é um processo coletivo, pois envolve o outro ao considerar a historicidade dos fatos. É através da práxis (ação e interação) que haverá a tomada de posição frente aos fatos.

Se a sensibilização ambiental levar à conscientização e, a partir desse ponto, à práxis, a realidade dos sujeitos do campo poderá ser modificada através de atitudes, como o descarte correto dos resíduos sólidos no meio rural.

Nesse sentido, a Educação do Campo e a Educação Ambiental serão de suma importância nas contribuições para um desenvolvimento rural sustentável¹⁷.

Entende-se que a Educação do Campo, ao trabalhar a temática socioambiental, política e econômica, valoriza a população rural, enfatizando a realidade concreta dos atores sociais ali inseridos.

Desta forma, será utilizada a Educação Ambiental crítica, transformadora e emancipatória, conceituada por Loureiro (2012, p.88-89) por considerar a historicidade dos sujeitos e predispor-se à negação dos padrões sociais estabelecidos, almejar a autonomia e a liberdade dos agentes sociais e, ainda, por visar a mais radical mudança societária do padrão civilizatório.

3.1 Sensibilização e educação ambiental

A sensibilização ambiental tornou-se muito importante para a sociedade, pois seu objetivo é alterar hábitos e expressões que estão inseridos equivocadamente no cotidiano, possibilitando o aprofundamento em questões mais amplas que permeiam a Educação Ambiental Crítica. De uma maneira geral, entende-se que o ato de sensibilizar busca atingir uma predisposição para modificar costumes. Assim, a sensibilização ambiental apresenta-se como ferramenta fundamental para a mudança de comportamento e de interação socioambiental. Loureiro (2012, p. 119) define:

Sensibilização: um dos conceitos mais utilizados e ao mesmo tempo mais imprecisos que existem na Educação. Para uns refere-se tornar sensível pela emoção; para outros se refere a um processo inicial de transmissão de informações que faça com que o outro fique mais atento acerca de algo; outros tantos generalizam como qualquer processo que resulte em apropriação pelos sentidos, o que envolve transmissão, construção e compreensão de informações. Na Educação Ambiental normalmente se utiliza nos dois primeiros sentidos, mas sem que haja muita clareza das implicações disso. Enfim, é um conceito que se for utilizado como objetivo exige que quem o escolheu diga claramente o que se pretende com isso.

¹⁷ Conceituada no decorrer do Capítulo por Caporal e Costabeber.

Entende-se, de forma sintetizada, que a sensibilização ocorre a partir do momento em que se reconhece um problema, sendo o processo inicial que pode levar (ou não) à conscientização. Para Freire (1980, p.26)

Num primeiro momento a realidade não se dá aos homens como objeto cognoscível por sua consciência crítica. Noutros termos, na aproximação espontânea que o homem faz do mundo, a posição normal fundamental não é uma posição crítica, mas uma posição ingênua. A esse nível espontâneo, o homem ao aproximar-se da realidade faz simplesmente a experiência da realidade na qual ele está e procura. Esta tomada de consciência não é ainda a conscientização, porque esta consiste no desenvolvimento crítico da tomada de consciência.

Nota-se que entre a sensibilização e a conscientização, há a tomada de consciência. No dicionário Aurélio¹⁸, consciência é definida como:

Consciência: s.f. Conhecimento, noção do que se passa em nós: ter consciência de seus deveres. / Percepção mais ou menos clara dos fenômenos que nos informam a respeito da nossa própria existência: perder a consciência. / Sentimento do dever, moralidade: um homem sem consciência. / Mecânica Placa de apoio no peito, utilizada por operários que trabalham com broca em madeira ou metal. // Liberdade de consciência, direito de gozar de liberdade completa em matéria religiosa, moral, política etc. / &151; Loc. adv. Em consciência, segundo as regras de uma estrita probidade; francamente.

Assim, percebe-se que consciência é um ato “individual”. Contudo, individual não quer dizer que a realidade como os fatos se apresentam não é pensada e/ou questionada. Ao contrário, os atos realizados tem um sentido objetivo, são carregados de historicidade, cultura e significados. Para Freire (1979, p. 15):

Uma das características do homem é que somente ele é homem. Somente ele é capaz de tomar distância frente ao mundo. Somente o homem pode distanciar-se do objeto para admirá-lo. Objetivando ou admirando – admirar se toma aqui no sentido filosófico – os homens são capazes de agir conscientemente sobre a realidade objetivada. É precisamente isto, a “práxis humana”, a unidade indissolúvel entre minha ação e minha reflexão sobre o mundo.

Freire (1979, p.16) ainda ressalta que “a conscientização é, neste sentido, um teste de realidade”. No entanto, o que é conscientização? Loureiro (2012, p. 111) define conscientização como:

Conscientização¹⁹: processo de tomada de consciência (do eu e do mundo) por meio do diálogo, problematização da realidade, reflexão, conhecimento

¹⁸ Dicionário Aurélio online: <<http://www.dicionariodoaurelio.com/Consciencia.html>>.

¹⁹ Grifo do autor.

e intervenção nas condições existentes. Não há conscientização de um para o outro, mas entre pessoas que interagem e atuam na realidade. A consciência é que se refere a individualidade.

Freire (1979, p. 15) afirma que para ocorrer à conscientização é necessário que seja ultrapassada “a esfera espontânea de apreensão da realidade” e, dessa forma, chegar-se-á à esfera crítica em que a realidade se dá de forma aceitável, em que o homem tomará posição frente aos fatos. Esse ato de ação e interação é também conhecido como práxis, conceituada por Loureiro (2012, p.117) como:

Práxis²⁰: pode ser entendida como atividade intencionada que revela o humano como ser social e autoprodutivo – ser que é produto e criação de sua atividade no mundo e em sociedade. É ato, ação e interação. É pela práxis que a espécie se torna gênero humano, assim, junto às suas objetivações primárias de ação transformadora da natureza (trabalho), o ser social se realiza nas objetivações (materiais e simbólicas) da ciência, da arte, da filosofia, da religião, entre outros processos comunicacionais e interativos que permitem a produção da cultura.

Assim, pode-se dizer que através da sensibilização ambiental chega-se à práxis. Ressalta-se que não se acredita que o ato de sensibilizar possa se dar de forma “bancária”. Freire (2006) define que “Educação bancária” é o modelo tradicional de educação, em que não há superação das contradições vigentes, aonde é depositado/transferido valores ao outro. Assim, o educador seria o depositante e o educando o depositário. Nessa perspectiva o educador apenas passaria seu conhecimento e não haveria a problematização e construção do saber. Loureiro (2012, p. 32) ressalta que esse é um equívoco não aceito na Educação Ambiental.

Esse tipo de processo educativo acarreta dominação e uma concepção linear e unidirecional de consciência (de quem não a tem para quem a tem), estabelecendo dicotomias inaceitáveis em Educação Ambiental, do tipo: (1) professor educa, aluno é educado; (2) educador é o que sabe, educando, o que não sabe; (3) educador é o que define as escolhas, educando segue a prescrição; (4) educador é o que define o conteúdo programático, o educando se acomoda a ele; e (5) educador é o sujeito do processo, educando é o objeto. (LOUREIRO 2012, p.32).

A Educação Ambiental deve lidar com todos os aspectos da vida do ser humano, como um sujeito em construção que possa estar consciente de seu tempo e das exigências de seu espaço. Para Oliveira (1999, p. 62):

²⁰ Grifo do autor.

A Educação Ambiental deve proporcionar ao homem a oportunidade de conhecer-se como cidadão; estimular, propiciando ao outro, a mesma condição; reconhecer no mundo o mundo de todos, caracterizar o tempo e o espaço de todos como sendo os mesmos; admitir que as gerações futuras devam ter a qualidade de vida que merecem. Para isso, é necessário que se julguem os homens iguais, em tempo e lugar, com as mesmas necessidades essenciais e referências que permitam, na consciência e responsabilidade das alternativas das posturas, as relações ambientais que indiquem a atuação de um sujeito realmente ético, no meio em que vive.

Porém, para que isso se estabeleça, é necessária a incorporação de outras dimensões desconsideradas na Educação Ambiental. Loureiro (2012, p.85), abordando o que considera um esclarecimento conceitual de suma importância para educadores e educadoras ambientais, afirma que as atitudes são um sistema de verdades e valores que o sujeito forma a partir de suas atividades no mundo, e os comportamentos, por sua vez, são ações objetivas no mundo, o momento final do processo. Dessa forma, ao constatar os fracassos da Educação Ambiental de abordagem comportamentalista e sustentar a tese de uma Educação Ambiental Crítica, Emancipatória e Transformadora, Loureiro (2012, p.86) afirma que:

Logo, se desejamos uma educação ambiental que mude atitudes e comportamentos, e não apenas este último, devemos compreender como são os ambientes de vida, qual a posição social ocupada pelos diferentes grupos e classes, como estes produzem, organizam-se e geram cultura, bem como as implicações ambientais disso, para que uma mudança possa ser objetivada. Sem que as condições sejam alteradas ou, pelo menos, problematizadas no processo de adoção de novos comportamentos, é difícil que novas atitudes aconteçam.

Para que a Educação Ambiental seja de fato crítica, transformadora e emancipatória, por exemplo, pode-se trabalhar a valorização do meio rural e dos sujeitos que a compõem, de modo que não sejam feitas comparações nas quais o meio urbano sempre se sobressaia, pois a relação dos sujeitos do campo com o meio ambiente será efetivamente sustentável quando houver a superação de dicotomias como: rural/urbano; crescimento econômico/sustentabilidade, para Leff (2012, p 61):

Desta forma, além das oposições entre crescimento econômico, conservação ecológica e preservação do ambiente, ou entre desenvolvimento urbano e rural, promovem-se novas economias sustentáveis, baseadas no potencial produtivo dos sistemas ecológicos, nos valores culturais e numa gestão participativa das comunidades para um desenvolvimento endógeno autodeterminado.

De acordo com Leff (2012, p 57), o conceito de ambiente penetra nas esferas da consciência e do conhecimento, no campo da ação política e na construção de uma nova economia, inscrevendo-se nas grandes mudanças do nosso tempo. Desta forma, a realidade dos sujeitos do campo deve ser considerada como ponto de partida para a sensibilização ambiental, de forma que atinjam a mudança de atitudes que estão equivocadamente implantadas em seu meio.

3.2 Educação ambiental crítica transformadora e emancipatória

O termo Educação Ambiental é composto por um substantivo e um adjetivo, pertence ao campo da Educação e ao campo Ambiental. Layrargues (2004, p.7) define como:

Enquanto o substantivo Educação confere a essência do vocábulo “Educação Ambiental”, definindo os próprios fazeres pedagógicos necessários a esta prática educativa, o adjetivo Ambiental anuncia o contexto desta prática educativa, ou seja, o enquadramento motivador da ação pedagógica.

Frente à crise ambiental atual, o adjetivo ambiental é utilizado para reforçar uma característica que se contrapõe ao modelo tradicional de Educação, assim, ao reconhecer sua identidade, também estão sendo reconhecidas preocupações com a cultura, história e relações sociais. Para Caporlingua (2012, p. 61-62):

Considerada como um processo de reconhecimento de valores e clarificação de conceitos, a Educação Ambiental objetiva o desenvolvimento das habilidades e modifica as atitudes em relação ao meio, para que sejam entendidas e apreciadas as relações entre os seres humanos, suas culturas e seus meios biofísicos.

Delimitar a Educação Ambiental torna-se importante, visto que esta pode apresentar-se de diferentes formas, tanto em aspectos sociológicos, políticos e econômicos ou mesmo relativo ao espaço onde ela acontece, ou seja, em espaços formais ou informais. Loureiro (2003, p.38) elucida, no mesmo sentido exposto acima, quando discorre sobre o modo conservador de alguns projetos de coleta seletiva trabalhados em escolas:

No campo da Educação Ambiental, exemplo clássico de que ela em si não é garantia de transformação efetiva, mas pode ser também a reprodução de um viés conservador de educação e sociedade, são alguns dos programas de coleta seletiva de lixo em escolas. Partem de um pressuposto equivocado: o de que o lixo sempre é o problema principal para a comunidade escolar, e em grande medida acabam, intencionalmente ou não, reproduzindo uma Educação Ambiental voltada para a reciclagem, sem discutir a relação produção-consumo-cultura.

Assim, pode-se dizer que “fazer” Educação Ambiental tornou-se algo impreciso quando não se identifica e fundamenta seu posicionamento político-pedagógico. Para Layrargues (2004, p.8), ao se falar de Educação Ambiental, precisa-se de uma apresentação formal:

O fato é que designar diferentemente esse fazer educativo voltado à questão ambiental, convencionalmente intitulado de “Educação Ambiental”, também estabelece outras identidades, enunciadas no próprio nome, carregadas de significados, embora não sejam completamente auto-evidentes. Dado a novidade do fenômeno, elas, por si só, tem pouco a dizer. Seus sentidos só aparecem por inteiro na oportunidade do seu reconhecimento proporcionado por uma apresentação formal.

Deste modo, torna-se necessário especificar a Educação Ambiental abordada nesse trabalho, denominada Educação Ambiental Crítica, Transformadora e Emancipatória. Definida por Loureiro (2008, 2004 apud LOUREIRO, 2012 p. 88-89,):

-*Crítica* – por situar historicamente e no contexto de cada formação socioeconômica as relações sociais na natureza e estabelecer como premissa a permanente possibilidade de negação e superação das verdades estabelecidas e das condições existentes, por meio da ação organizada dos grupos sociais e de conhecimentos produzidos na práxis;
 - *Emancipatória* – ao almejar a autonomia e a liberdade dos agentes sociais pela intervenção transformadora das relações de dominação, opressão e expropriação material;
 - *Transformadora* – por visar a mais radical mudança societária, do padrão civilizatório, por meio do simultâneo movimento de transformação subjetiva e das condições objetivas.

Por isso, destaca-se que a Educação Ambiental aqui abordada afirma a Educação quanto práxis social, tendo como finalidade a participação ativa de pessoas e grupos sociais que buscam a construção de uma sociedade pautada por novos patamares civilizacionais e societários distintos dos atuais (LOUREIRO, 2004, p.90).

Por entender que o homem é um ser social, que modifica o meio em que está inserido de forma reflexiva, questionando-se, e por ele é modificado, diz-se que ele atua na sociedade de forma crítica.

Esse é um aspecto crucial para entendermos a educação. Não nos educamos abstratamente, mas na atividade humana coletiva, mediada pelo mundo (natureza), com sujeitos localizados histórica e espacialmente. Ter clareza disso é fundamental para atuarmos em Educação Ambiental, não a partir do discurso genérico de que todos nós somos igualmente vítimas do processo de degradação ambiental e de que todos nós atuamos livre e racionalmente sob condições objetivas iguais. Educar para transformar é agir conscientemente em processos sociais que se constituem conflitivamente por atores sociais que possuem projetos distintos de sociedade, que se apropriam material e simbolicamente da natureza de modo desigual. (LOUREIRO 2003, p. 42)

A Educação Ambiental, então, visa à emancipação dos sujeitos através do pensamento crítico aplicado à educação. Para Loureiro (2003, p.18):

No Brasil, estes ideais foram constitutivos da educação popular que rompe com uma visão de educação tecnicista, difusora e repassadora de conhecimentos, convocando a educação a assumir a mediação na construção social de conhecimentos implicados na vida dos sujeitos. Paulo Freire, uma das referências fundadoras do pensamento crítico na educação brasileira insiste, em toda sua obra, na defesa da educação como formação de sujeitos sociais emancipados, isto é, autores de sua própria história.

Neste enfoque, o homem é visto como um ser em construção, em constante mudança, e assim poderá conhecer e transformar a realidade para, futuramente, modificar a sociedade. Esse processo não se dá de forma imediata, inicia com a sensibilização, fato já abordado anteriormente. Loureiro (2003, p. 40) ressalta que a educação possui limites, não sendo possível realizar uma práxis educativa sem relacioná-la com o seu contexto histórico:

Contudo, nunca é demais ressaltar que a ação transformadora da educação possui limites, ou seja, não é suficiente em si realizar uma práxis educativa cidadã, participativa e revolucionária, se isso não se relacionar diretamente com outras esferas da vida. É idealismo ingênuo e simplista creditar à educação a "salvação do planeta". Por ser um processo de aprendizagem com o outro e pelo outro, mediado pelo mundo, e, portanto, algo intrínseco à realização da natureza humana, é fundamental e primordial, contudo, sua centralidade só ganha concretude à medida que a entendemos no seu movimento de definição e objetivação na história. Por outro lado, é mecanicismo estruturalista vulgar subdimensionar a ação humana nas estruturas sociais, como se fossemos passivos e totalmente sobre determinados por estas, o que seria a negação do sujeito histórico e da práxis, portanto, do próprio sentido que a educação assume na conformação do cidadão.

Para além de definir o conceito de Educação Ambiental, faz-se necessário delimitar os problemas peculiares do grupo social participante da pesquisa, pois são estes que serão trabalhados em sua comunidade, tendo em vista a transformação

da realidade através de um processo emancipatório. Pelas especificidades dos grupos, pode-se compreender como estes percebem e interagem no ambiente e, desta forma, entender sua história e seu modo de ação frente aos fatos.

Ao seguir uma perspectiva de Educação Ambiental Transformadora, parte-se do pressuposto que os grupos sociais que apresentam maior vulnerabilidade socioambiental são os mesmos que precisam ter popularizado o acesso à informação, pois assim será possível perceber as contradições da sociedade. Loureiro (2003, p.51) destaca que:

Por estado de vulnerabilidade socioambiental, entendemos a situação de grupos específicos que se encontram: (1) em maior grau de dependência direta dos recursos naturais para produzir, trabalhar e melhorar as condições objetivas de vida; (2) excluídos do acesso aos bens públicos socialmente produzidos, e (3) ausentes de participação legítima em processos decisórios no que se refere à definição de políticas públicas que interferem na qualidade do ambiente em que se vive.

Com o intuito de que os sujeitos sejam críticos, a Educação Ambiental tem por finalidade apresentar a realidade de forma plena, sem que sejam desconhecidos e naturalizados os problemas estruturais da sociedade, pois não podem ser escondidas as desigualdades ou sustentar os padrões estabelecidos pelas classes dominantes. Por contestar esses eventos, a Educação Ambiental busca que os sujeitos sejam capazes de agir de forma consciente na história.

Assim, quando os programas de Educação Ambiental são pautados em ações comportamentalistas, sendo estas dissociadas da historicidade dos sujeitos, leva-se ao entendimento de que os problemas ambientais são separados das ações humanas. Para Loureiro (2003, p. 51) essa perspectiva gera a reprodução da desigualdade.

O risco político desta perspectiva é a reprodução da desigualdade social e da injustiça ambiental por intermédio de projetos e ações concebidos pelas elites intelectuais e governantes, apresentados como a expressão do que é melhor para o conjunto da sociedade. Estes se justificam em pretensos consensos definidos a priori, visto que para esta perspectiva, a realidade é objetiva, compreensível exclusivamente à luz do conhecimento científico e o risco igual para todos. (LOUREIRO 2003, p. 51-52)

Na Educação Ambiental crítica, só é possível que exista um consenso e esse se revela através do reconhecimento da heterogeneidade, não sendo plausível acreditar que a realidade se dá de forma homogênea. Desta forma, assume-se que a crise ambiental não atinge a todos da mesma maneira, pois as bases da

sociedade são desiguais. Percebe-se esse fato quando se observa a conjuntura social, econômica, cultural e política. A percepção dos sujeitos se dá de maneira distinta, pois os homens são constituídos de formas diferentes. Nesse sentido:

A estratégia ancorada na noção de justiça ambiental, por sua vez, identifica a desigual exposição ao risco como resultado de uma lógica que faz que a acumulação de riqueza se realize tendo por base a penalização ambiental dos mais despossuídos. A operação dessa lógica estaria associada ao funcionamento do mercado de terras, cuja "ação de coordenação" faz que práticas danosas se situem em áreas desvalorizadas, assim como à ausência de políticas que limitem a ação desse mercado. Tal segmentação socioterritorial tem se aprofundado com a globalização dos mercados e a abertura comercial - a saber, com a maior liberdade de movimento e deslocalização dos capitais, queda do custo de relocalização e incremento do poder de exercício da chantagem locacional pelos capitais, que podem usar a carência de empregos e de receitas públicas como condição de força para impor práticas poluentes e regressão dos direitos sociais. (ACSELRAD, 2010, p.110).

As desigualdades a que são expostas algumas populações marginais e movimentos sociais demonstram o quanto esse assunto deverá ser debatido, pois através do reconhecimento e da compreensão de que as relações não ocorrem de forma igual, torna-se evidente que se faz urgente a necessidade de adotar políticas públicas que busquem o bem coletivo, de forma inclusiva, democrática e sustentável. Através da consolidação da percepção de que os bens naturais são bens de uso comum e fazem parte de um processo social em que se reconhecem identidades políticas, de participação e de construção de uma nova sociedade.

3.3 Educação ambiental e educação do campo: contribuições para um desenvolvimento rural sustentável

A Educação Ambiental ganhou força quando os problemas ambientais começaram a chamar atenção mundialmente e fez-se necessário desenvolver atividades que os minimizassem. Da mesma forma, afirma-se que a educação que envolve os sujeitos do campo ganhou atenção recentemente e tanto a Educação Ambiental quanto a Educação do Campo²¹ buscam o desenvolvimento rural

²¹ A expressão Educação do Campo passou a ser utilizada a partir da I Conferencia Nacional por uma Educação Básica do Campo realizada em 1998 em Luziânia – Go. (PINHEIRO, 2011 p.1).

sustentável. De acordo com Costabeber e Caporal (2012, p.3), o conceito de desenvolvimento rural sustentável (DRS) não apresenta um consenso, no entanto, para esses autores, o termo é estudado de acordo com os princípios da Agroecologia:

[...] defendemos o DRS como um processo gradual de mudança que encerra em sua construção e trajetória a consolidação de processos educativos e participativos que envolvem as populações rurais, conformando uma estratégia impulsionadora de dinâmicas sócio-econômicas mais ajustadas ao imperativo ambiental, aos objetivos de equidade e aos pressupostos de solidariedade intra e intergeracional.

A Educação do Campo traz, em seu entendimento, a análise da temática socioambiental, econômica e política, visto que uma grande quantidade de estudantes e de camponeses é marginalizada pelas classes hegemonicamente dominantes. A elite dominante cria projetos voltados para a Educação do Campo nos mesmos moldes criados para a Educação Urbana, desconsiderando que entre as duas há uma grande diferença nas condições e necessidades concretas vividas pelos dois atores sociais, e também ignorando que a população rural possui representações simbólicas que são contestadas pela população urbana. Pinheiro (2011, p. 1) destaca que a ausência de Políticas Públicas provoca um atraso na Educação do Campo:

De forma que, a educação do campo tem se caracterizado como um espaço de precariedade por descasos, especialmente pela ausência de políticas públicas para as populações que lá residem. Essa situação tem repercutido nesta realidade social, na ausência de estradas apropriadas para escoamento da produção; na falta de atendimento adequado à saúde; na falta de assistência técnica; no não acesso à educação básica e superior de qualidade, entre outros.

Para acabar com esse contrassenso, começou a se pensar uma Educação do Campo preocupada com as relações sociais, culturais, habitacionais, buscando a construção de uma memória coletiva, resgatando o pertencimento ao grupo social em que está inserido, seja em acampamentos ou em assentamentos, e que contraponham ao modelo cartesiano que, basicamente, prepara o estudante para o trabalho. Para Pinheiro (2011, p. 2):

Em relação à educação do campo, é pertinente ressaltar que a concepção de educação que vem sendo empregada pela cultura dominante e elitista, não tem favorecido satisfatoriamente para combater o analfabetismo, elevar a escolaridade dos sujeitos, sua cultura e seu padrão de vida. Há ainda

insatisfação, ocasionada pelo acesso tardio a escola que na maioria das vezes, nas regiões mais pobres do Brasil, são oferecidas sem condições de oportunizar saberes para a criança, o adolescente, os jovens e adultos devido à precariedade de investimentos dessa política pública. Isso representa, sem dúvida, uma das maiores dívidas históricas para com as populações do campo.

Em acampamentos e assentamentos, a educação vem sendo realizada de maneiras diferentes, conforme as possibilidades conjunturais e de infraestrutura existente no local. Atualmente, com o apoio do Estado e de universidades, o movimento, que busca uma melhor educação do campo, ganhou força. No entanto, Ferreira e Brandão (2011, p. 12) mencionam que alguns cuidados devem ser tomados quando se trata do Estado:

Este está atento às formas de organização e pressões dos movimentos sociais para Educação do Campo, apropriando-se aos poucos das táticas e metodologias que deram certo, reorganizando-as de acordo com seus interesses, devolvendo à sociedade organizada em doses homeopáticas e com alto grau de distorção.

Através de lutas organizadas, os trabalhadores do campo resistem às situações de dominação pelas classes hegemônicas, fazendo com que o Estado implemente cada vez mais políticas públicas voltadas para a Educação do Campo, que tragam em sua práxis uma formação política em que os sujeitos possam ser informados sobre seus direitos e que através da conscientização²² possam ser críticos de sua realidade.

Com a crise ambiental atual nos espaços urbanos e rurais aumenta a necessidade de olharmos para a degradação ambiental sobre o enfoque da Educação Ambiental e da Educação do Campo, principalmente porque as duas trazem sob a ótica da Educação a mudança do olhar do sujeito buscando a transformação da realidade. De acordo com Alvarenga (2006):

Ao investigar como as reflexões e ações coletivas, destinadas à construção de uma escola socialmente significativa para trabalhadores rurais (a educação do campo – sob referencial freireano), podem colaborar no processo de formação docente, vimos que a interdisciplinariedade e a Educação Ambiental são exigências para a compreensão e intervenção na realidade cotidiana da escola do campo.

²² Para Cecílio de Lora “O termo tem hoje uma densidade e especificidade bem precisas, exatas. Não pode ser manuseado frivolamente. Não se pode falar de “conscientizar” como se este fato fosse simplesmente descarregar sobre os demais o peso de um saber descomprometido, para induzir a novas formas de alienação”.

As ações individuais e/ou as ações coletivas, que buscam apenas atender interesses hegemônicos, não fazem parte da Educação Ambiental, pois ela só é encontrada quando a realidade individual dos sujeitos envolvidos é considerada e as ações coletivas levem a um processo de mobilização, reflexão e ação. Assim, pode-se afirmar que esses processos podem incentivar desencadeamentos no intuito de viabilizar a construção e a descoberta do conhecimento.

CAPÍTULO 4

EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA TRATAR OS RESÍDUOS SÓLIDOS A PARTIR DOS SABERES DAS MULHERES ASSENTADAS

“Então, eu acho que Educação Ambiental deveria ser um debate, o ‘Pai Nosso’ de cada família, né... todos os dias fazer essa prática ou lembrar.”

Entrevistada A1

Para atingir os objetivos propostos com esse trabalho, optou-se pela pesquisa qualitativa. Triviños (1987, p. 117) destaca que, a partir da década de 70, na América Latina, houve um crescente interesse pelos aspectos qualitativos na educação. A pesquisa qualitativa pode ter apoio quantitativo, porém acredita-se que os fenômenos humanos não devem ser investigados apenas pela quantidade, pois ocorrem mudanças nas sociedades e, com isso, há também transformações nas pessoas. Para Triviños (1987, p. 117):

Verdadeiramente, essa postura quantificadora manifesta dos processos educativos que se apresentava livre, como se não estivesse sujeita a nenhuma expressão teórica determinada, estava dando resposta, em forma consciente ou não, a uma dimensão positivista da explicação dos fenômenos sociais.

Acredita-se que a pesquisa qualitativa implica em uma visão compartilhada dos fatos e locais que se constituem nos objetos de estudo, pois é a partir do convívio que se pode atribuir um verdadeiro significado a realidade, uma vez que os sujeitos da pesquisa participam ativamente das transformações sociais. Assim, para atingir os dois primeiros objetivos específicos, foi realizada pesquisa teórica bibliográfica e documental, de modo a elaborar a fundamentação teórica para a análise do terceiro e último objetivo.

Fez-se a pesquisa documental em dados de fontes secundárias de órgãos como IBGE, MDA, MPA, INCRA e Prefeitura de São Gabriel para constatar a situação do aterro sanitário, como é feita a coleta dos resíduos sólidos no interior do município, quais as práticas que estão sendo adotadas para a melhoria socioambiental e como estão associadas ao desenvolvimento rural sustentável. Ainda foi feita investigação a respeito dos assentamentos do município de São

Gabriel, dentro do contexto histórico em que se situa a luta pela terra.

A pesquisa bibliográfica efetuada foi para compreender a importância da Educação Ambiental para uma sociedade rural sustentável, a partir da mudança da realidade através da sensibilização e da conscientização da sociedade em espaços formais e não formais.

Para atingir o último objetivo específico, utilizou-se a abordagem metodológica qualitativa do tipo estudo de caso, e como técnica de pesquisa qualitativa a entrevista semiestruturada. Por fim, como técnica de análise dos dados obtidos nas entrevistas, a análise de discurso.

4.1 – Contar o caminho das trilhas compartilhadas

A pesquisa qualitativa, compreende os diferentes fenômenos presentes na realidade estudada, podendo ser melhor definida por Strauss; Corbin (p.12, 2002²³)

Com o termo “pesquisa qualitativa”, compreendemos qualquer tipo de pesquisa que produz resultados que não podem ser alcançados por meio de procedimentos estatísticos ou outros meios de quantificação. Pode tratar-se de uma investigação sobre a vida das pessoas, as experiências, comportamentos, emoções e sentimentos, bem como o funcionamento organizacional, os movimentos sociais, os fenômenos culturais e a interação entre as nações.

O meio rural é constituído por indivíduos que interagem entre si e com o meio onde estão inseridos, para a melhor compreensão e pela menor distorção da realidade pretende-se, com a abordagem qualitativa, o aprofundamento e a descrição do fenômeno social existente, conforme Bastiani (2014, p.19):

A pesquisa qualitativa parte do princípio de que os fenômenos humanos não podem ser investigados somente através da quantidade, já que as pessoas são dotadas de razão e ação e como tais, estão em constantes transformações, seja através dos tempos, seja nas mudanças cotidianas a que estão inseridas.

O estudo de caso realizado nessa dissertação diz respeito aos resíduos sólidos no meio rural, particularmente, no assentamento Conquista do Caiboaté,

²³ Tradução da pesquisadora.

formado por militantes do MST. Lüdke e André (1986, p.17) afirmam que “o caso é sempre bem delimitado, devendo ter seus contornos claramente definidos no desenrolar do estudo. O caso pode ser similar a outros, mas é ao mesmo tempo distinto, pois tem um interesse próprio, singular”.

O estudo de caso foi realizado observando suas sete características, conforme Lüdke e André (1986) destacam:

a) Os estudos de caso visam à descoberta: durante a realização do trabalho surgem novas fontes de informação e pesquisa, e cabe ao pesquisador incorporá-las (ou não) no trabalho.

Essa característica se fundamenta no pressuposto de que o conhecimento não é algo acabado, mas uma construção que se faz e refaz constantemente. Assim sendo, o pesquisador estará sempre buscando novas respostas e novas indagações no desenvolvimento do seu trabalho (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p.18).

Nesse caso, durante a escrita houve a pesquisa em dados secundários (IBGE, site da Prefeitura de São Gabriel, etc), que foram confirmados e aprofundados durante e após a realização das entrevistas.

b) Enfatizam a interpretação de um contexto: considerando o contexto em que se situam os assentamentos de reforma agrária vinculados ao MST, no município de São Gabriel, percebe-se que a problemática dos resíduos sólidos é desconsiderada pelo poder público que deveria fiscalizar o descarte. Nesse sentido:

Um princípio básico desse tipo de estudo é que, para uma apreensão mais completa do objeto, é preciso levar em conta o contexto em que ele se situa. Assim, para compreender melhor a manifestação geral de um problema, as ações, as percepções, os comportamentos e as interações das pessoas devem ser relacionadas à situação específica onde ocorrem ou à problemática determinada a que estão ligadas (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p.18-19).

c) Buscam retratar a realidade de forma completa e profunda: a luta pelo local do assentamento, o conflito entre ruralistas e assentados e como os assentados lutam para conseguir condições de permanecerem no local, configuram o exemplo dessa característica. Para as autoras Lüdke; André (1986, p.19), isso ocorre quando “o pesquisador procura revelar a multiplicidade de dimensões presentes numa determinada situação ou problema, focalizando-o como um todo.

d) Os estudos de caso usam uma variedade de fontes de informação: para a realização deste trabalho, buscou-se aprofundamento em livros, sites, blogs,

fotos, entrevistas, entre outros. Essa busca constante por informações relevantes foi feita com o propósito de que, após cruzar a informações, fossem adquiridos novos dados relevantes ao trabalho. Lüdke; André (1986, p.19) afirmam que “ao desenvolver o estudo de caso, o pesquisador recorre a uma variedade de dados, coletados em diferentes momentos, em situações variadas e com uma variedade de tipos de informantes.”

e) Revelam experiência vicária e permitem generalizações naturalísticas:

de acordo com as autoras Lüdke; André (1986, p.19), o pesquisador procura relatar as suas experiências durante o estudo de modo que o leitor ou usuário possa fazer as suas “generalizações naturalísticas”; assim, após a pesquisa documental realizada, pode-se constatar como o problema dos resíduos sólidos é encarado dentro do assentamento Conquista do Caiboaté, sejam eles pelos olhares dos moradores da comunidade.

f) Procuram representar os diferentes e às vezes conflitantes pontos de vista presentes numa situação social: a realidade entre os assentados e os ruralistas de São Gabriel foram pontos de vista várias vezes mencionados nesse trabalho, fazendo com que essa característica apresentada pelas autoras fosse contemplada no decorrer da pesquisa:

O pressuposto que fundamenta essa orientação é o de que a realidade pode ser vista sob diferentes perspectivas, não havendo uma única que seja a mais verdadeira. Assim, são dados vários elementos para que o leitor possa chegar às suas próprias conclusões e decisões, além, evidentemente, das conclusões do próprio investigador (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p.20).

g) Os relatos do estudo de caso utilizam uma linguagem e uma forma mais acessível do que os outros relatórios de pesquisa:

Os dados do estudo de caso podem ser apresentados numa variedade de formas, tais como dramatizações, desenhos, fotografias, colagens, slides, discussões, mesas-redondas etc. Os relatos escritos apresentam, geralmente, um estilo informal, narrativo, ilustrado por figuras de linguagem, citações, exemplos e descrições. (LUDKE; ANDRÉ;1986, p.20).

Assim, os relatos aqui descritos apresentaram fontes, fotos, tabelas, etc, com o intuito de que se pudesse transmitir de forma clara a proposta de pesquisa. Deste modo, após a escolha da abordagem metodológica qualitativa de estudo de caso, foi necessário, para a efetivação da coleta de dados, optar-se por uma técnica de

pesquisa qualitativa, que foi a entrevista semiestruturada, pois, de acordo ainda com Lüdke; André (1986, p.33):

Mais do que outros instrumentos de pesquisa, que em geral estabelecem uma relação hierárquica entre o pesquisador e o pesquisado, como a observação unidirecional, por exemplo, ou na aplicação de questionários ou de técnicas projetivas, na entrevista a relação que se cria é de interação, havendo uma atmosfera de influência recíproca entre quem pergunta e quem responde.

Desta forma, buscou-se, com a realização das entrevistas, uma troca mútua, em que as entrevistadas acabaram por mencionar fatos pessoais para justificarem suas respostas, em contrapartida, foi garantido a elas seu anonimato.

Os dados obtidos foram registrados de duas maneiras: as entrevistas foram gravadas e foram realizadas anotações enquanto ocorria a entrevista, para que ao final não fosse perdido nenhum dado relevante ao trabalho²⁴. Após, houve a transcrição das entrevistas.

As entrevistas se mostram um instrumento importante de coleta de dados, pois a fala de cada entrevistado revela o ponto de partida dele: seja sua história de vida, sua cultura ou seu ponto de vista de determinada situação. A fala revela o que o entrevistado pensa e (re) pensa sobre cada pergunta, mostrando assim sua compreensão sobre o assunto.

A escolha dos entrevistados levou em consideração que homens e mulheres que vivem e trabalham no meio rural assumem diferentes funções no dia-a-dia, sejam elas o trabalho no campo ou o cuidado da casa, crianças, animais, etc.

Nota-se que, mesmo que já seja trabalhado nos acampamentos e assentamentos vinculados ao MST, ainda há o machismo no meio rural, onde se atribui às mulheres o cuidado da casa e dos filhos. Tendo em vista a mudança dessa realidade, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) busca através de assessores de ATES trabalhar essa questão, conforme dados disponíveis no site do MDA (2014):

A invisibilidade do trabalho das mulheres e a divisão sexual do trabalho têm sido compreendidas pelo serviço tradicional de assistência técnica, como natural. A atuação da Assessoria Técnica Sócio-Ambiental (Ates), nos assentamentos rurais, procura romper com a noção de representação única da família, compreendida a partir do chefe, logo, pelo homem. A família

²⁴ As entrevistas foram realizadas durante o inverno de 2013 (16.08.2013), como as condições climáticas não eram favoráveis, e a entrada da casa de uma entrevistada estava obstruída pelo barro, a entrevista foi realizada no portão de sua residência.

passa a ser compreendida a partir da participação de todos os seus membros (mulheres e homens). Reconhece-se os novos arranjos sociais de família, inclusive com as mulheres chefes de família.

Há também que se ressaltar que os programas do governo, por reconhecerem a relação de gênero existente, buscam garantir às mulheres o direito de titularidade conjunta da terra (caso essas sejam casadas ou em união estável), como forma de garantir que elas assumam seus espaços:

A titularidade da terra nos lotes de assentamentos constituídos por casais em situação de casamento ou de união estável é conjunta, ou seja, em nome do homem e da mulher. Essa é uma regra obrigatória e vale também para os Títulos de Concessão Real de Uso. Essa garantia permite à mulher usufruir a renda e os benefícios econômicos e sociais. Em caso de separação, as mulheres têm direitos (MDA, 2014).

Logo, reconhecendo que as mulheres ocupam o papel de trabalhadoras rurais e também de chefe de família, e pelos fatos justificados acima, foram escolhidas três mulheres da comunidade do assentamento para serem entrevistadas.

Destaca-se que o fato das mulheres serem donas de seus lotes não exclui o machismo que ainda está impregnado em nossa cultura. No entanto, o machismo não é algo que será abordado nesse trabalho, apenas foi citado esse tema para justificar a escolha dos atores envolvidos na pesquisa.

A tabela 4 apresenta como as entrevistadas serão identificadas no decorrer do trabalho.

Tabela 4: Descrição dos sujeitos entrevistados durante a pesquisa.

ENTREVISTADAS	
A1	Assentada desde 2008. Possui lote localizado perto da estrada que liga o assentamento à cidade de São Gabriel.
A2	Assentada desde 2008. Possui lote localizado no centro do assentamento.
A3	Assentada desde 2009. Possui lote localizado na parte mais distante da estrada que liga o assentamento à cidade de São Gabriel.

Fonte: Barros, L.C. (2014).

A técnica qualitativa usada para a análise das entrevistas foi a análise textual discursiva que, de acordo com Moraes; Galiazzi (2006, p.118), pode ser compreendida como um processo no qual os textos são inicialmente separados em unidades de significados, os quais poderão, por si próprios, produzir outros conjuntos advindos das interlocuções, empírica ou teórica, e também das interpretações realizadas pelo pesquisador. Moraes; Galiazzi (2006, p. 118) ainda acrescentam que:

Neste movimento de interpretação do significado atribuído pelo autor exercita-se a apropriação das palavras de outras vozes para compreender melhor o texto. Depois da realização desta unitarização, que precisa ser feita com intensidade e profundidade, passa-se a fazer a articulação de significados semelhantes em um processo denominado de categorização. Neste processo reúnem-se as unidades de significado semelhantes, podendo gerar vários níveis de categorias de análise. A análise textual discursiva tem no exercício da escrita seu fundamento enquanto ferramenta mediadora na produção de significados e por isso, em processos recursivos, a análise se desloca do empírico para a abstração teórica, que só pode ser alcançada se o pesquisador fizer um movimento intenso de interpretação e produção de argumentos. Este processo todo gera meta-textos analíticos que irão compor os textos interpretativos.

A análise textual discursiva trabalha com informações em forma de textos. Para a realização da análise dos textos é feita a desconstrução, após a reconstrução dos textos e discursos e a partir dessa reconstrução emerge um novo entendimento do que já foi estudado (Figura 11).

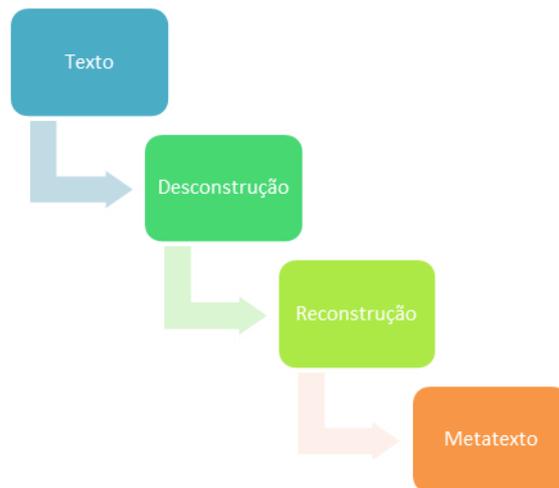


Figura 11: Desconstrução e Reconstrução da Análise Textual Discursiva
Org: Barros, L.C. (2013)

O processo analítico encaminha a construção de uma estrutura para um novo texto, capaz de sintetizar os principais elementos e dimensões que podem ser lidos nos textos submetidos à análise (MORAES, 2005, p. 87). Assim, ao isolar e identificar o enunciado dos textos que serão analisados, surgem categorias e ocorre a produção de novos textos. Os textos que serão submetidos à análise são chamados de “corpus” e na pesquisa se constitui das entrevistas realizadas com as assentadas.

Toda análise textual concretiza-se a partir de um conjunto de documentos denominado corpus. Esse conjunto representa as informações da pesquisa e para a obtenção de resultados válidos e confiáveis, requer uma seleção e delimitação rigorosa (MORAES, 2003, p.194).

O “corpus” do trabalho é representado pelas diferentes vozes sobre o que foi investigado e cabe ao pesquisador tomar cuidado durante sua interpretação, pois deverá manter-se alinhado aos seus referenciais teóricos.

Assim, assume-se que toda leitura de um texto é uma interpretação. Não há possibilidade de uma leitura objetiva e neutra. O pesquisador precisa assumir sua própria leitura, influenciada por suas teorias e ideias. Fazer análises qualitativas de materiais textuais requer assumir interpretações dos enunciados dos discursos a partir dos quais os textos são produzidos, tendo consciência de que isso sempre envolve a própria subjetividade (MORAES, 2005, p.88).

Segundo Moraes (2003, p. 191), a análise textual poderá ser feita a partir de quatro focos, em que os três primeiros são elementos principais e compõem um ciclo (Figura 12).

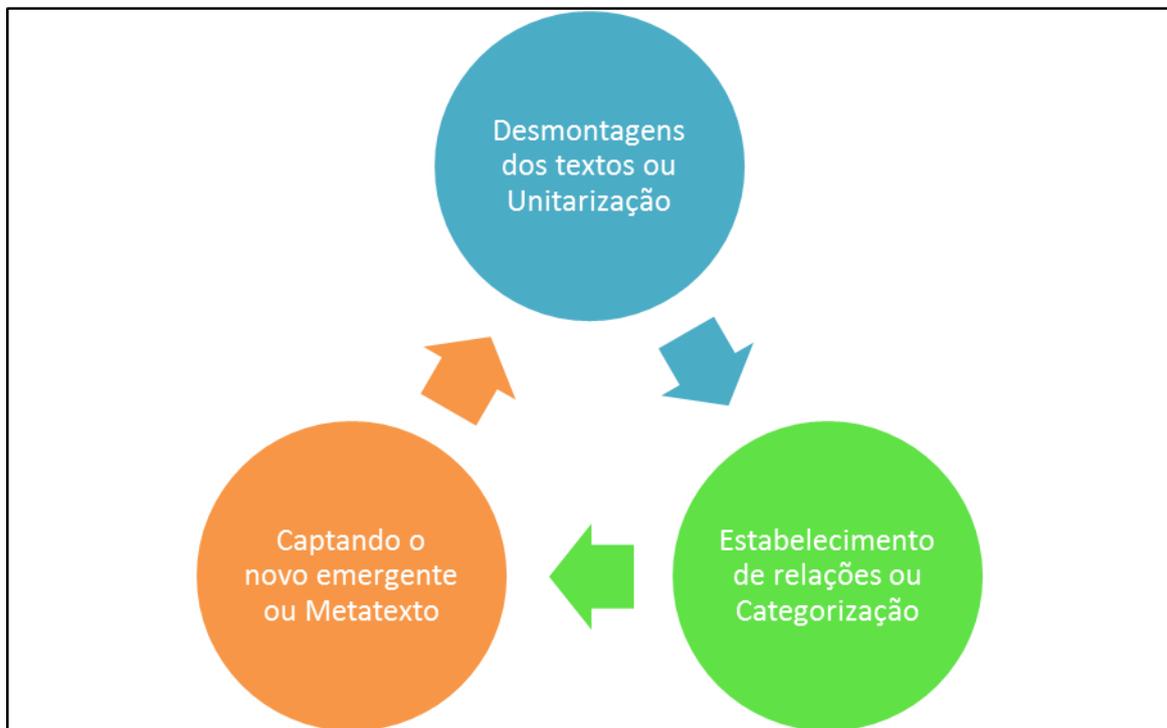


Figura12: Ciclo da Análise Textual Discursiva
Org.: Barros, L.C (2014)

Para o autor o último foco a ser trabalhado, refere-se a um processo auto-organizado, do qual emergem novas compreensões (MORAES, 2003, p. 192). A unitarização consiste na desmontagem dos textos, em que ao serem examinados recebem um significado, mas para isso os textos necessitam ser desmontados, desconstruídos, assim, ao serem analisados recebem um novo sentido de acordo com o que foi investigado. De acordo com Moraes (2003, p. 195):

A desconstrução e unitarização do corpus consiste num processo de desmontagem ou desintegração dos textos, destacando seus elementos constituintes. Implica colocar o foco nos detalhes e nas partes

componentes, um processo de divisão que toda análise implica. Com essa fragmentação ou desconstrução dos textos, pretende-se conseguir perceber os sentidos dos textos em diferentes limites de seus pormenores, ainda que compreendendo que um limite final e absoluto nunca é atingido. É o próprio pesquisador que decide em que medida fragmentará seus textos, podendo daí resultar unidades de análise de maior ou menor amplitude.

Após a construção das unidades, inicia-se a categorização. A categorização é um processo em que serão comparadas as unidades, levando assim ao agrupamento dos elementos que são semelhantes.

A categorização é um processo de comparação constante entre as unidades definidas no momento inicial da análise, levando a agrupamentos de elementos semelhantes. Conjuntos de elementos de significação próximos constituem as categorias (MORAES; GALIAZZI, 2007, p. 22).

Realizados os processos anteriores, dá-se início à construção de metatextos, os quais explanam os sentidos que foram obtidos através das categorias. Para Moraes; Galiuzzi (2007, p. 32):

Os metatextos são constituídos de descrição e interpretação, representando o conjunto um modo de teorização sobre os fenômenos investigados. A qualidade dos textos resultantes das análises não depende apenas de sua validade e confiabilidade, mas é, também, consequência do fato de o pesquisador assumir-se autor de seus argumentos.

As principais categorias apresentadas serão interpretadas e teorizadas. A interpretação faz parte da subjetividade do pesquisador, sofrendo interferências teóricas de textos que foram analisados durante o processo de pesquisa, mantendo-se sempre fiel às informações obtidas pelos atores da pesquisa. O quadro a seguir (Figura 13) refere-se como foram organizados os processos de unitarização e categorização.

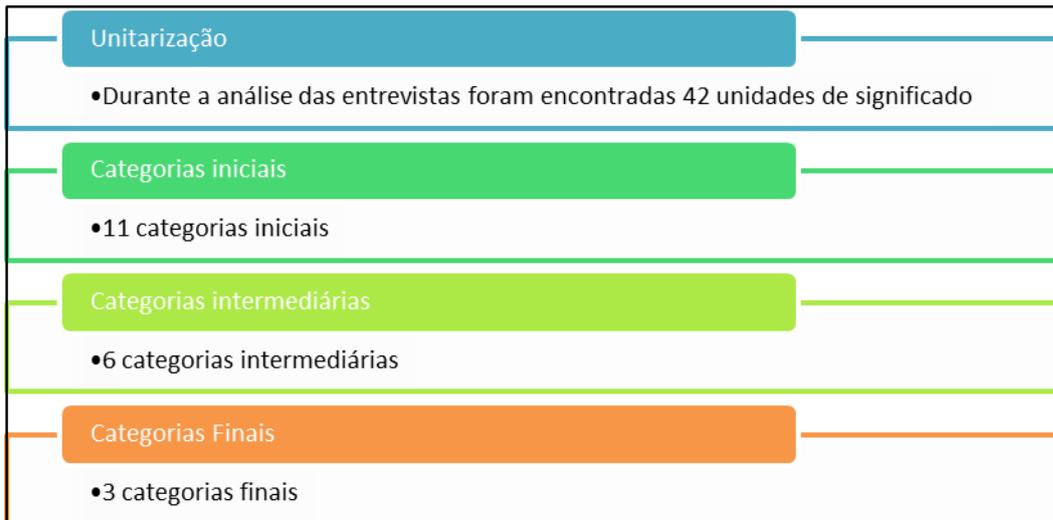


Figura13: Análise Textual Discursiva
Org: Barros, L.C (2014)

Após a análise do “corpus”, desconstrução, interpretação, unitarização e categorização desenvolveu-se o processo de auto-organização de reconstrução, em que as compreensões realizadas em todas as fases do processo de análise textual discursiva foram validadas em uma nova escrita, de forma clara e a fim de validar os fenômenos investigados, emergiram três metatextos expostos a seguir (Figura 14):



Figura14: Metatexto
Org: Barros, L.C (2014)

4.2 Sentir, saber e fazer na emergência das compreensões das mulheres assentadas no município de São Gabriel

Posteriormente ao processo de unitarização, categorização e reconstrução do “corpus”, deu-se início a construção de três metatextos expostos a seguir.

O primeiro metatexto, intitulado “Sensibilização e conscientização ambiental”, abordará a forma como as mulheres assentadas percebem o meio onde estão inseridas, como poderá ser trabalhado o tema de resíduos sólidos no assentamento e se realizam a separação de lixo e resíduos sólidos. Através de suas falas, fica evidente que estas práticas poderiam ser alteradas com o processo inicial de sensibilização, sejam elas realizadas através de palestras ou reuniões.

O segundo metatexto, “Resíduos sólidos orgânicos e inorgânicos: separação, descarte, coleta e responsabilidade”, destaca como as entrevistadas percebem os impactos negativos causados pelos resíduos sólidos, a forma que realizam a separação dos resíduos, práticas inadequadas de descarte e como a falta de coleta influencia no seu cotidiano, uma vez que as entidades responsáveis pela gestão do assentamento não estão realizando a gestão de resíduos sólidos no local.

Para finalizar, o metatexto “A história e realidade do assentamento: preocupação e a luta por direitos”, revela a história do assentamento sob o ponto de vista das mulheres assentadas, trazendo um resgate histórico do tempo do acampamento até quando foram assentadas, da disputa pela terra e o modo como eram vistas pelos moradores e fazendeiros de São Gabriel. Também abordará a forma de relacionamento entre acampados e assentados com a Prefeitura Municipal de São Gabriel e como a Educação Ambiental poderá ser incorporada no local para que práticas inadequadas de resíduos sólidos sejam modificadas no cotidiano dos moradores do assentamento.

4.2.1 Sensibilização e conscientização ambiental

A sensibilização, já definida anteriormente em outro capítulo, é o processo inicial que leva à conscientização. A sensibilização poderá ser feita através de

palestras, reuniões, conversas e por materiais didáticos, enfim, de diversas maneiras, desde que atinjam o objetivo final que é chamar a atenção para o problema exposto. As entrevistadas mencionaram que reuniões com o grupo de assentados seriam importantes para esse processo inicial de sensibilização e que essa seria uma maneira de levar à conscientização do grupo, para que fossem alterados alguns hábitos que ainda estão incorporados dentro do assentamento. A pergunta “Como poderia ser trabalhado o tema de resíduos sólidos dentro do assentamento?” foi respondida de tal forma pelas entrevistadas A1 e A2.

“Acho que poderia ser através de **reuniões** das Coordenações, com as mulheres como já foi feito uma vez, foi feito uma única vez. Acho que também nas escolas, nas **reuniões** de pais seria importante, se bem que na “reunião de pais” com as mães, né?! Dificilmente vai algum pai. E que as crianças pudessem tá junto pra poder também tomar **consciência** da importância do separar, de saber que dano faz, porque eles vão ser os continuadores depois, aqui, né... as raiz velha se vão e fica os [e faz referência às crianças presentes no local da entrevista]...” (Entrevistada A1)

“Acredito que seja com algumas **reunião de conscientização** das pessoas porque tem gente que sabe, que entende, todo mundo eu acredito que sabe um pouco, mas precisa de alguém pra orientar, na verdade. Até nós também, eu também. O meu guri ele fez, ele estudou o Técnico em Ecologia, essas coisas assim, ele passava muita coisa pra nós mas a gente acaba não fazendo.” (Entrevistada A2)

A credibilidade da sensibilização é efetiva quando acontece de forma democrática, superando os padrões clássicos da educação, que Freire (2006) definiu como “educação bancária”. Nesse processo não haverá o rigor do educador/educando.

A Educação Ambiental não ocorre quando há a transferência de informações, ela se consolida quando o outro é reconhecido em sua totalidade, uma vez que as relações socioambientais são estabelecidas de acordo com a perspectiva de ação frente à crise ambiental em vigor, sendo assim, adquire-se (ou não) práticas sustentáveis e responsáveis.

Como os homens tomam suas decisões de acordo com sua experiência de vida (sua história e cultura, entre outras), pode-se dizer que estes estão conscientes de seus atos.

No entanto, essa tomada de consciência nem sempre se apresenta de forma crítica (Freire, 1980, p.26), muitas vezes a ação ocorre quando os hábitos estão de

tal forma inseridos no cotidiano, que acontece de maneira automática, mostrando a realidade de forma ingênua.

A entrevistada A1, quando questionada sobre se realiza a separação de resíduos sólidos e lixo em sua residência, deixa claro em sua resposta que faz a separação, no entanto destaca que o faz sem pensar em “consciência ambiental”, reafirmando o que foi exposto acima.

“Eu faço, né? Naturalmente, sem nem pensar em **CONSCIÊNCIA AMBIENTAL**, porque como tem os bicho pra alimentar e tudo vira comida dos bicho então, tipo, se uma abóbora ali estraga vai pra lavagem, se descasca vai também pra lavagem, ou vai pra comida dos cachorros, ou vai pra horta ou vai pra o pé de uma planta ou enfim... sabe que tudo apodrece, né?” (Entrevista com a A1)

O processo de conscientização envolve desvendar a realidade para que se possa olhar o objeto, com a finalidade de que este possa ser avaliado. Esse processo também inclui o ato de ação-reflexão, para que seja possível transformar a realidade.

Como a conscientização não se dá de forma individualizada, envolve o outro, considerando sua historicidade, faz com que os seres humanos se assumam como sujeitos críticos da situação, através de seus atos e reflexões. É através destes atos que se julga repensar o modelo vigente.

Se a sociedade como um todo mudar seus hábitos e atitudes, por outros mais adequados às limitações ambientais, em relação aos resíduos sólidos, haverá uma diminuição dos problemas ambientais.

Desta forma, a Educação Ambiental não estará limitada a transmitir conhecimento, ela será o ponto de partida ao trazer questionamentos, sensibilizando através da crítica aos padrões hegemônicos, da mesma forma que estará possibilitando uma mudança na sociedade.

Pode-se dizer que a questão ambiental não se resume somente ao que se entende por ecológico (LAYRARGUES, 2009, p.26), mas, sobretudo, busca a valorização da diversidade cultural, étnica, de modo que todos os cidadãos participem de projetos que venham a atender e transformar o local em que vivem. Desta forma, serão atendidas as necessidades das comunidades e os atores envolvidos buscarão procedimentos mais eficientes para resolverem suas diferentes identidades culturais.

Ao trabalharmos a problemática ambiental, há que se pensar na transformação do conhecimento, pois os problemas ambientais estão interligados e são complexos, necessitando que exista entres eles uma articulação para que se facilite sua compreensão.

Nesse sentido, a verdadeira Educação Ambiental pertence à comunidade, parte dela e a ela retorna, caso contrário estaria oprimindo e não educando. Compreende-se que no campo existem diferentes pessoas, com identidades próprias, mas também com uma identidade comum por pertencerem ao MST, como pode-se perceber quanto aos assentados que buscam a melhoria das condições de vida no assentamento.

4.2.2 Resíduos sólidos orgânicos e inorgânicos: separação, descarte, coleta e responsabilidade

Os resíduos podem ser orgânicos e inorgânicos, o primeiro poderá ser utilizado como forma de adubo e, dessa forma, retornará a natureza. Santos e Monteiro (2004, p.84) destacam que a compostagem é importante, pois diminui os riscos de que os alimentos sejam contaminados e que ao final, além de ser um meio de enriquecer o solo, diminui a contaminação do meio ambiente.

O resíduo inorgânico, ou resíduo sólido, por ter sua composição química e física diferenciada, demora mais tempo para ser degradado e, por ficar mais tempo disponível na natureza, aumenta o índice de poluição do meio ambiente.

Os mesmos resíduos sólidos encontrados na cidade estão presentes no meio rural, no entanto, não há coleta seletiva e com isso aumentam as possibilidades de descarte indevido. Com a pergunta “Você acha que o resíduo causa algum impacto negativo, qual?”, a entrevistada A2, destaca essa questão:

“Sim, na verdade eu acho os mais, né... eu acredito que os mais ruins possíveis, na verdade. Porque vários resíduos que aqui a gente tem, porque não tem onde colocar, né? Na verdade, se fosse mais controlada que nem na cidade que tem coleta, aqui não tem, né. Aí a gente larga. Na verdade, eu... quando nós chegamos aqui nós tinha, nós viemos com essa carga do acampamento de nós fazer corretamente as coisas aqui, disseram que ia vir um caminhão aqui tirar e daí foi acumulando aquele monte de

coisa, aí eu queimei tudo. Não tem como deixar, né? Na verdade é coisa errada, mas a gente é obrigado a fazer.” **(Entrevistada A2)**

Como pode-se perceber, no assentamento Conquista do Caiboaté não passa o caminhão de coleta e a separação entre o lixo e resíduos sólidos é realizada de forma natural e espontânea. Os resíduos orgânicos são utilizados como adubo em hortas, canteiros ou servem de alimentação para animais. Já o resíduo sólido não recebe descarte correto, pois como não há meios para que esses resíduos sejam retirados do local, esses são descartados de maneira imprópria. Quando questionada sobre a diferença entre resíduos sólidos e lixo, fica evidente que a entrevistada A1 sabe e faz a distinção entre os dois e em sua resposta já evidencia como faz o descarte final de ambos.

“A diferença entre lixo e resíduo sólido... lixo quase não sai aqui, né? Porque casca de batata, abóbora, folha vai pros “porco” ou vai pros canteiro da horta, né? Então, não... costado das plantas, enfim... E o resíduo sólido que é o problema, né? porque não tem a coleta, aí a gente vai juntando, vai pondo num buraco, vai pondo fogo, vai queimando. Mas o... esse... orgânico tudo vira adubo ou vira comida de porco.” **(Entrevistada A1)**

Através das respostas das assentadas, percebe-se que a prática mais comum no assentamento é fazer um buraco onde são depositados os resíduos sólidos.

“E esse descarte dos resíduos... eu junto e vou queimando, tem um buraco, aí eu vou queimando junto com papel higiênico do banheiro, com...frasco de azeite, lata de inseticida, lata de sardinha, enlatados, essas coisas que a gente compra de vez em quando, então vai indo pro buraco ali e vou queimando.” **(Entrevistada A1)**

“Garrafas e coisas são queimados. O que não presta é jogado no buraco.” **(Entrevistada A3)**

A preocupação com pilhas e baterias também é algo preocupante para as assentadas, sabendo que esses resíduos tem descarte em local específico, elas não os queimam juntamente com o restante dos resíduos e procuram meios para que estes recebam sua destinação correta.

“Aí quando é bateria, né... esses dias mesmo tinha duas baterias aí andavam pra lá e pra cá, pra lá e pra cá. E como as crianças vem aqui, os netinhos... eu... até dei pra senhora que é lá da rodoviária, que limpa os banheiros, ela disse que lá perto da casa dela tinha uma loja que coletava e não tinha nenhum lixo assim na cidade pra colocar aquelas baterias de celular velho. O celular eu dei pras crianças brincar e depois...”

... Pilha também, antes de ter luz, eu usava pilha na lanterna. A gente usava bastante lanterna, né? No rádio... também tinha que ficar levando pra cidade, aí eu colocava nos lixo lá... Agora com a luz, até a bateria recarrega na luz, né. Então, “não tem mais...” **(Entrevistada A1)**

A PNRS (Lei nº 12.305/2010) em seus objetivos prevê a visão sistêmica da gestão de resíduos sólidos, em que deverão ser considerados o ambiente, cultura, saúde pública e variáveis sociais e econômicas. E ainda posterga que a responsabilidade pelos resíduos sólidos se dará de forma compartilhada.

Ainda que não tenha sido trabalhada a PNRS com as moradoras do assentamento, elas demonstram em suas falas que almejam que seja compartilhada a responsabilidade dos resíduos sólidos produzidos dentro do assentamento, para todas as assentadas entrevistadas a melhor forma de realizar a coleta e o descarte dos resíduos sólidos produzidos dentro do assentamento ocorreria se passasse o caminhão de coleta de lixo. As entrevistadas A1 e A2 ainda destacam que algum morador do local deveria ser responsável pela coleta, para que o lixo não ficasse exposto, e que também fossem dadas orientações aos assentados, mostrando quais seriam as formas adequadas de separação e destinação correta.

“Melhor forma seria a coleta. Alguém se responsabilizar por essa coleta, né. Porque cada um fica dando um jeito e nem todos dão o jeito certo, né. Aí é interessante que esses resíduos sólidos, pelo menos uma vez por mês, passasse dentro do assentamento, ou até na porteira que fosse, na estrada lá, que desse num dia “xis”, porque a gente chega em algumas casas e tem pilha no entorno, tem... isso seria o ideal, né... mas o ideal e o real...” **(Entrevistada A1)**

“Eu acredito que, olhando pelo assentamento, eu acredito que teria que ter mais... como vou dizer... mais orientação pras pessoas e teria que passar, na verdade, pelo menos uma vez por mês, uma coisa assim... um caminhão pra levar. Porque não adianta, a gente junta e aí acaba queimando, né, porque não tem como deixar.” **(Entrevistada A2)**

“Passe o caminhão, assim não fica atirado por aí.” **(Entrevistada A3)**

Barbosa e Furtado (2008, p.63) destacam que a coleta seletiva é uma forma de recolhimento de materiais que já foram separados, podendo ser reutilizados e reciclados. A necessidade de que a coleta seja concretizada, também remete ao fato de que as assentadas dependem da terra para sobreviver. Afinal, é da terra que elas tiram seu alimento e sua renda. As entrevistadas revelam em suas falas que, ao depositarem os resíduos sólidos em locais impróprios dentro do assentamento, também comprometem a terra e, por fim, os alimentos que produzem nos seus lotes.

A pergunta “Quais os impactos socioambientais que os resíduos podem causar?” foi respondida de tal forma pelas entrevistada A2:

“Não sei se é isso que vou responder, mas eu acredito que seja poluindo as nascentes de... mata, né, e essas coisas que de repente a gente come, alguma coisa assim já fica poluindo e de repente já fica poluído e já contamina pelo próprio lixo que a gente larga por aí.” (**Entrevistada A2**)

A última pergunta realizada nas entrevistas foi a opinião das assentadas sobre como as entidades responsáveis pela gestão dos assentamentos (INCRA, Prefeitura, etc) veem a questão dos resíduos sólidos dentro do assentamento Conquista do Caiboaté, mostrou-se que essas entidades não estão preocupadas com esse tema.

“Tche, se eu te falar aí qualquer coisa eu vou mentir porque na verdade, eu desde que eu vim pra cá nunca ouvi falar, ou que falavam isso aqui pra nós, nunca ouvi mesmo. Imagina, nem caminhão. E eu to desde o comecinho aqui, nunca saí daqui. Só uma vez que veio um rapaz do INCRA fazer uma entrevista comigo e que perguntou o que eu fazia do lixo e coisa... mas... só... nunca vieram aqui fazer nada.” (**Entrevistada A2**)

“Ninguém se preocupa. Ninguém se preocupa, mesmo. E aí no contrato de ATES tem uma parte que prevê, mas tudo tem metas, tem horas, né. Então pra isso se tu fizer um contrato de um ano, fizer uma palestra por ano tá de bom tamanho. E é um assunto bem importante que tinha que ter mais, ser mais contínuo, doses homeopáticas, seguidas até curar. Aí a cura seria essa consciência ambiental. Na verdade, nós não temos, mas não temos, mesmo. Fizemos essa separação, enfim, mas por conta da necessidade de alimentar os animais com as sobras.” (**Entrevistada A1**)

Conclui-se dessa forma que, embora exista a preocupação com os resíduos sólidos por parte dos assentados, o mesmo não acontece por parte das entidades que são responsáveis por gerenciar os assentamentos. A promessa pontual de que passaria o caminhão de coleta, ocorreu quando os assentados ainda estavam acampados, no entanto, isso de fato nunca aconteceu. Após a separação dos resíduos, restou aos assentados a prática incorreta: fazer um buraco, depositar os resíduos e queimá-los.

Assim, a realidade dos assentamentos em São Gabriel, mais especificamente no assentamento Conquista do Caiboaté, demonstra que há falta de interesse da administração estadual e municipal em promover políticas públicas que procurem resolver a gestão e disposição final dos resíduos sólidos.

4.2.3 A história e realidade do assentamento: preocupação com o local e a luta por direitos

O assentamento Conquista do Caiboaté possui aproximadamente cinco mil hectares e possui 225 (duzentos e vinte e cinco) lotes, onde vivem 190 (cento e noventa) famílias.

A história do assentamento começou em 2003, quando o MST organizou a marcha chamada de “Sepé Tiaraju”, que reuniu famílias de diversos acampamentos do RS que tinham por objetivo chegar a São Gabriel. Santos (2012, p.82) ressalta que por onde a marcha passava os militantes realizavam manifestações que tinham como finalidade demonstrar a luta pela terra. Mas, conforme se aproximavam de São Gabriel, a tensão aumentava.

As famílias chegaram a São Gabriel em 2003 e ficaram acampadas próximas à entrada da cidade, ali passaram por inúmeras dificuldades, uma delas foi a não aceitação dos moradores do local, muitas vezes foram agredidos fisicamente.

“16 de agosto de 2003 nós chegamos com a marcha aqui em São Gabriel, nós saímos em junho de Pantano, 9 de junho. Nós chegamos 16 de agosto aqui. E aí nós ficamos ali um periodinho, né... mas aí coçado da mutuca, não podia ninguém sair, era um presídio a céu aberto, né. Ninguém podia sair pra lado nenhum porque os caras davam pau em nós, tinha que sair de galera, assim de grupo, se não rolava um pauzão em mulher, homem, qualquer um. Principalmente os homens, né?” (Entrevistada A1)

Para tentar dar continuidade a marcha sem que sofressem alguma represália, houve a tentativa de compra de uma pequena parte de terra em São Gabriel, desta forma, as famílias poderiam ficar em um local seguro. Porém, após a compra existiu um problema que eles não esperavam e o contrato foi desfeito.

“Isso foi em agosto, né?... aí o pessoal tentando comprar... o pessoal de fora tentando comprar lá e arrendar, né. Longe de se passar por sem terra, aí conseguiram uma lá perto da... lá perto da Zambeze, aí era de herdeiros, era uma chacinha assim, né ...e o único que fez o contrato de compra e venda, né, aí até deram um sinal pra ele, que até hoje o cara não devolveu, aí com contrato, né... saímos em caminhada pra ir pra lá. Mas nós só ia caminhar só um pouco. Aí nós ficamos num barranco ali, não... aí nós fomos pra esse espaço, aí os outros herdeiros deram uma pressão no coitado, e aí ele desfez o negócio. Só que ele já tinha gastado o dinheiro, aí os outros foram lá, e davam tiro por cima e não sei o que, e incomodavam.” (Entrevistada A1)

Originalmente a área total possuía 25 hectares e foi deixada para 5 herdeiros. A parte de terra que havia sido comprada foi de um dos herdeiros e possuía 5 hectares. Com o contrato desfeito e o conflito entre os herdeiros, os militantes precisaram deixar o local.

“E aí nós tivemos que sair, aí nós pegamos e saímos de lá, 19 de dezembro, e aí vinha vindo, nós vinha vindo pra cidade, e nós ficamos no barranco lá do Bar da Lagoa, ali. E nós ficamos quatro anos acampados ali, ... de 2003 até 2007... E nós tinha que fazer muita resistência pra permanecer ali. Pense no que esses fazendeiros incomodavam! Botavam veneno nas águas onde nos fazíamos cacimba. A gente tinha que fazer resistência pra permanecer ali, tipo... trincheira, assim... com pedaços de pau e coisa, assim...” (Entrevistada A1)

Como haviam sido impedidos de entrar na cidade, os latifundiários organizados procuravam manter os militantes em condições precárias de sobrevivência, foi nesse momento que a “Carta aos Ratos” foi distribuída na cidade.

“Nós tivemos que fazer resistência pra poder permanecer num barranco, que loucura. Se nós viéssemos pra cidade, Deus o livre!, os filhos de fazendeiros, os fazendeiros ... quebravam e davam no pau..... quebravam e davam no pau... no supermercado em qualquer lugar!” (Entrevistada A1)

Os problemas encontrados não se resumiam apenas a não aceitação dos sem terras pelos fazendeiros, embora existissem inúmeras demandas, a Prefeitura Municipal de São Gabriel tampouco oferecia abertura para que fosse criado espaço para alguma reivindicação.

“Nunca nenhum sem terra teve o desaforo de entrar na Prefeitura. E a vez que entrou, em 2009, foi o pessoal que tinha ficado no acampamento, que não tinha sido assentado, entrou e tomaram até choque. Homem, mulher e criança, tudo entrou pra pauleira! Sabe, aqueles choquezinho? Não tinham experimentado em ninguém, os primeiros a experimentar aquilo, aqui no Rio Grande do Sul, fomos nós, porque entramos na Prefeitura, pra reivindicar escola pros assentamento. E era pro pessoal dos assentamentos e pro pessoal do acampamento.” (Entrevistada A1)

Esses fatos históricos apresentados acima demonstram a luta dos assentados para conquistarem seu lote e entender como se configuram a realidade do assentamento e as relações que existem em seu território. Abramovay (2000, p.7) define território como “uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico”.

São Gabriel possui um dos maiores índices de concentração fundiária do Rio Grande do Sul, tendo a base de sua economia na produção de monoculturas (arroz, soja) e na pecuária (gado), fatores importantes no que se refere à estagnação do desenvolvimento local, aproximadamente 30% da população vive em condições de pobreza. Como citado em outro capítulo, a distinção entre pobreza e desigualdade feita por Layrargues (2009, p.12) aponta que a pobreza se refere a questões econômicas, enquanto a desigualdade se revela de diferentes maneiras, entre elas o acesso à serviços públicos básicos (educação, saúde, transporte) nas questões de gênero e étnicas, ocupação de postos de trabalho e cargos de direção. Pela fala da entrevistada A2, pode-se perceber que os assentamentos também apresentam condições de desigualdade, uma vez que há grande dificuldade para esses sujeitos verem supridas as suas demandas.

“Um limitante grande aqui é não cruzar o caminhão, né?
É uma coisa essencial...
E preciso também. É bem complicado. Agora que começou a entrar transporte escolar, né, que Deus o livre! Que luta pra entrar um ônibus aqui pra pegar essas crianças. Imagina um caminhão do lixo...” (Entrevistada A2)

Anteriormente à criação do assentamento existiram inúmeras promessas de políticas públicas que beneficiassem os assentamentos e que fortalecessem o progresso da agricultura familiar na região. Porém, o atraso e descaso com que foram tratados os assentamentos levam os assentados a adotarem práticas inadequadas não somente ao que se refere aos resíduos sólidos, mas também ao uso do solo.

“Principalmente também esses de agrotóxico, né... a gente não usa aqui mas o secante não dá pra negar, chega uma hora que tu vai lá que é mais prático, né. Tá em cima da hora de plantar, tu vai lá e mete o secante, depois tu vai lá... Não precisa de tantas horas de máquinas. Até pelo custo, né? Tipo, o ideal seria tu pegar o bozinho ir lá e lavar que não judia tanto a terra, esterca ali e já fica, mas aí tu não tem, tu tem que pagar a hora/máquina e no começo fica muito difícil, né? E aí quando a terra tá meia bruta, porque criavam mais animais por aqui, essas áreas de várzea eram... aí tu vai lavar, tu vai depois disca, então é tempo de hora/máquina. Aí se tu vai de secante, geralmente aqui ninguém planta grandes lavouras, são pedaços pequenos. Então tu vai lá e desseca, depois manda passar uma grade e tá pronto pra plantar, né?” (Entrevistada A1)

Quando a entrevistada A1 foi questionada sobre o que ela entendia por Educação Ambiental seu entendimento vai a frente de sua resposta, demonstrando

também a importância de ser incorporada a Educação Ambiental no assentamento Conquista do Caiboaté, para que sejam alteradas práticas e atitudes incorporadas no cotidiano dos moradores do local, pois os hábitos ali inseridos prejudicam a terra.

“Educação Ambiental eu acho que é cada família, ou cada pessoa... cada família porque todos independente de... tamanho da “X”²⁵ ou do tamanho do “Y”²⁶, enfim... é... pudesse ter essa consciência, né de que esses resíduos aí fazem mal pra natureza, agridem a terra e contaminam. Podem contaminar até os alimentos que a gente planta, né. De repente começa a colocar pilha envolta da casa, bateria aí chove vai na horta... daqui a pouco tu tá comendo uma alface com algum prejuízo.

Então eu acho que Educação Ambiental deveria ser um debate, o “Pai Nosso” de cada família, né... todos os dias fazer essa prática ou lembrar, enfim... mas as pessoas até por ignorância, por falta de clareza... não, fazem por mal, não, nem se dão conta, né, então eu acho que esse assunto aí é um assunto que tem que tá bem mais presente. Imagina, tudo vem da terra.” (Entrevistada A1)

Nesse sentido, se a Educação Ambiental fizesse parte do cotidiano dos assentados e se de fato fossem introduzidas políticas públicas que buscassem modificar as condições sociais e viessem a diminuir as solicitações dos assentados, o meio rural seria modificado, levando os assentados a sua autonomia.

Bastiani (2013, p. 65) salienta que atualmente a luta se amplia, pois os assentados buscam melhores condições de assistências e serviços públicos, pois as diversas famílias que participaram da marcha Sepé Tiarajú, ao se deslocarem até São Gabriel, tinham anseios que iam além da terra, almejavam também tudo o que a terra denota para eles, por exemplo, estabilidade econômica, dignidade e subsistência.

Desta forma, entende-se que a valorização da história dos assentados, desde o tempo do acampamento até o momento atual, em que esses já estão efetivamente residindo em seus lotes, deverá ser valorizada, para que ao final se obtenha a Educação Ambiental de forma crítica, transformadora e emancipatória.

²⁵ Referindo-se a criança que estava presente no local.

²⁶ Referindo-se ao adolescente presente no local. O nome das pessoas citadas foi substituído para que não houvesse a identificação da entrevistada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Quem ocupa o trono, tem culpa. Quem oculta um crime, também. Quem duvida da vida, tem culpa. Quem evita a dúvida, também tem.”

(Engenheiros do Hawaii)

O homem é resultado de sua historicidade e para que suas atitudes sejam analisadas corretamente, faz-se necessário entender sua cultura, seu ambiente e as mudanças que ocorreram com o passar do tempo.

A produção de materiais faz parte da vida do homem que, a fim de atender suas necessidades, transforma a matéria disponível do ambiente em objetos. A cada material gerado há como resultado resíduo produzido.

Com o modo de produção capitalista houve o aumento da produção e do consumo. Pode-se perceber que há o incentivo para que o consumo seja ampliado, visto as enormes ofertas de produtos que apresentam as mesmas características e finalidade, porém diferem na marca e modelo. Os resíduos gerados durante os processos de produção e consumo retornam a natureza como resíduos. No entanto, a natureza (solo, água, etc.) não consegue ter seu tempo de recomposição completo e, a partir disso, acontecem impactos socioambientais.

No meio urbano, o sistema de coleta de resíduos ocorre diariamente, enquanto no meio rural, quem define se ocorrerá ou não a coleta é a Prefeitura do município.

No município de São Gabriel, a coleta seletiva no meio urbano está consolidada, o horário em que o caminhão que recolhe os resíduos passará nas ruas da cidade é informado através do *site* da empresa que realiza a coleta e através do programa “Coleta Online”, podem-se monitorar os caminhões de lixo pela internet. Esse sistema evita que o lixo seja espalhado pelos animais, que assim podem vir a sujar as calçadas. Após a coleta, os resíduos são destinados ao Aterro Sanitário de São Gabriel.

O Aterro foi instalado afastado do centro urbano do município, pois além de possuir características importantes, como o controle de riscos de contaminação do solo, água e ar, o local está próximo de áreas que possuem o maior número de fluxo de transporte dos resíduos coletados no município. O afastamento também foi

considerado, pois permite que a população seja poupada de maus odores, desconforto visual, entre outros.

Já no meio rural, há o Projeto “Lixo Rural”, que conta com a participação de alunos da URCAMP, Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente de São Gabriel. Esse fato é relevante, pois os resíduos produzidos no meio rural são iguais aos produzidos no meio urbano, diferem na quantidade, pois a maioria da população do município mora no centro urbano, mas no que se referem às características (físicas e químicas) dos resíduos são iguais.

No entanto, embora exista a campanha sobre os resíduos no meio rural, não há a coleta desse material, e os moradores do local são os responsáveis pela destinação final dos mesmos.

O Assentamento Conquista do Caiboaté, está localizado no interior do município de São Gabriel, possuindo aproximadamente 5 mil hectares, onde residem 190 famílias e abriga-se 225 lotes. Devido à falta de políticas públicas direcionadas aos resíduos sólidos e pelo afastamento do assentamento, não há coleta de resíduos sólidos no local.

Desta forma, fica claro que os resíduos orgânicos não apresentam problemas quanto ao descarte, pois são utilizados como alimento para os animais e adubo em hortas e canteiros. Os resíduos inorgânicos consistem em um problema pontual dentro do assentamento, pois, ao não terem uma destinação final correta, são acumulados nas residências.

Assim, a falta de coleta de resíduos sólidos faz com que práticas incorretas sejam incorporadas diariamente dentro do assentamento, por não terem onde descartar esse material, os moradores cavam um buraco onde queimam os resíduos, um agravante para que isso ocorra, justifica-se pelo fato de que a Prefeitura não envia um caminhão de coleta para o assentamento. Não restando outra alternativa aos moradores do local, além de enterrar e queimarem os resíduos, eles criam um problema que interferem em sua realidade, pois os danos causados pela queima geram impactos sociais e ambientais.

Para que a destinação final dos resíduos sólidos produzidos dentro do assentamento seja efetivamente correta, os resíduos deveriam ser separados conforme suas características, após, reciclados ou reutilizados e, por fim, receberiam como destino final o aterro sanitário.

Sabe-se que com a Revolução Verde houve o aumento de tecnologia, adubos químicos e agrotóxicos no meio rural. Esse processo é relevante, pois não só ocorreu o aumento de resíduos sólidos, como também houve a expulsão dos trabalhadores camponeses que, por se verem privados de condições de trabalho, foram viver no meio urbano.

Com a modernização do campo ocorreu também a concentração da posse da terra no Brasil, o que ocasionou a desigualdade de renda, exploração do trabalho em pequenas propriedades e um decréscimo na qualidade de vida dos camponeses.

Os fatos citados acima exemplificam um processo histórico ocorrido no século XX, porém a exploração de terras brasileiras ocorre desde sua invasão em 1500, quando foi ocupado por aqueles que apresentavam uma posição de destaque em Portugal.

O caminho percorrido historicamente entre a doação de sesmarias até os atuais latifúndios, mostram também um movimento de resistência e luta daqueles que sempre ficaram à margem desse processo.

Assim, a disputa pela terra traz, intrinsecamente, um conflito que dura até hoje, em que se encontram as famílias com pouca ou sem terra de um lado e os latifundiários de outro. Por apresentar-se como um campo de conflitos, onde grandes proprietários de terras controlam a agricultura, o meio rural é um palco de disputas pela terra, onde a luta pela reforma agrária ocorre.

As políticas públicas apresentadas pelo governo buscam a melhoria de condições sociais dos assentamentos de reforma agrária, no entanto, não se fazem suficientes e muitas famílias ainda se encontram em situações precárias de vida. Uma das demandas encontradas nos assentamentos se refere aos resíduos sólidos, desta forma, busca-se que a Educação Ambiental seja mediadora nessa questão, para que se possam modificar hábitos e atitudes errôneas que se apresentam no meio rural.

Como forma de alterar essas práticas inadequadas de destinação final dos resíduos, a sensibilização se torna um método eficaz, pois através da problematização e reflexão, os assentados poderão tomar consciência dos problemas ambientais causados pelos resíduos. A sensibilização aliada a Educação Ambiental atuam como mediadoras dos problemas causados pelos resíduos e a forma como os assentados realizam o descarte, ao proporem práticas corretas e

adequadas de gestão dos resíduos sólidos, de forma que o meio ambiente seja preservado e que melhorem as condições de vida da população rural.

Como mediadora dos problemas relacionados à destinação final de resíduos sólidos, a Educação Ambiental é de suma importância, pois é através dela que problemas socioambientais recorrentes no assentamento Conquista do Caiboaté poderão ser alterados, visto que a mudança de hábitos tem como finalidade a melhor qualidade de vida. E assim, através da práxis, haverá a posição crítica frente aos fatos e acontecerá o desenvolvimento rural sustentável.

Quanto às entrevistas realizadas junto às mulheres assentadas que fazem parte da comunidade do assentamento, mostraram-se bastante esclarecedoras quanto ao que se refere ao descarte de resíduos sólidos, pois assim se pode perceber o quanto a preocupação com a terra, alimentos e animais está presente no local.

Considerando a história do Assentamento, contada por elas, percebe-se que a trajetória de luta para conquistar o local onde hoje estão assentadas, ocorreu de forma exaltada, pois a população de São Gabriel, desde o princípio, foi contra a chegada dos militantes do MST. Desconhece-se o ponto de partida para que os moradores do local fossem contra a chegada dos militantes, mas pode-se levantar hipóteses para que isso tenha ocorrido: seja por conhecerem a história do MST vista pelo lado da mídia, que várias vezes manipula e mostra os militantes como criminosos, ou por desconhecerem de fato as bandeiras pelas quais o MST defende, ou enfim, por desconhecerem a trajetória de cada família que estava presente no enfrentamento e que desejava sua posse de terra. O que levou a população a querer afastar os assentados é uma incógnita, no entanto, aconteceu de forma tão forte e brutal que levou a alguns a envenenarem a água dos acampados e a morte de Elton Brum. Fatos que não ficaram apenas marcados na história de São Gabriel, mas também na história do MST.

Conquistar o lote e o transporte para as crianças chegarem até a escola foram tarefas árduas para os assentados, e que demoraram a acontecer. Da mesma forma acontece com a coleta dos resíduos sólidos, que entra em pauta, mas não chega a ser debatida com as entidades responsáveis pela gestão do assentamento.

Também destaca-se o fato de que a queima dos resíduos acontece, pois não há outra opção além dessa, ou seja, ao acumular os resíduos na espera de que passe o caminhão, estariam causando danos ao ambiente e a saúde de suas

famílias, pois com o aumento dos resíduos também aumentariam micro e macro vetores, animais que se alimentam de resíduos e roedores.

Assim, entende-se que o MST é lugar de formação, “movimento”, onde os sujeitos que estão envolvidos nesse processo participam de uma história que não é centrada em atitudes individuais e sim coletivas.

Ao entrevistar três mulheres de diferentes famílias, que embora morem no mesmo assentamento encontram-se em locais distantes, pode-se perceber que estes três olhares diferentes apontaram os mesmos problemas e a mesma solução.

Os sem-terra possuem atitudes de separar o lixo dos resíduos sólidos diariamente e fazem isso, sobretudo, pois precisam alimentar seus animais e também porque a Educação Ambiental está presente em sua subjetividade. Assim realidades distintas apontam para a mesma finalidade.

Os problemas causados pelos resíduos sólidos dentro do assentamento poderiam ser resolvidos caso os sem terras contassem com o apoio das entidades que gerenciam o assentamento. Com a ajuda dessas entidades poderia ser reivindicado junto a Prefeitura Municipal de São Gabriel, que o caminhão de coleta dos resíduos passasse dentro do assentamento a cada 15 (quinze) dias, o que garantiria a destinação final adequada aos resíduos sólidos.

Para finalizar, destaca-se que o trabalho apresenta-se como de grande relevância, no sentido de que esse pode ser utilizado como mais uma ferramenta de reivindicação para a melhoria da qualidade de vida do público assentado no município de São Gabriel, ou seja, poderá ser apresentado às entidades que gerenciam o assentamento (INCRA, Prefeitura, etc.), bem como às demais entidades que desenvolvem ou executam políticas públicas que envolvem o mesmo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, v. 4, n. 2, abr./jun. 2000.

ACKCELRUD, I. **O que todo cidadão precisa saber sobre a reforma agrária: A luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Global, 1987.

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos avançados**, v. 24, n. 68, p.103-119, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v24n68/10.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10.004: Resíduos sólidos: classificação**. Rio de Janeiro, 1987.

ALVARENGA, A, M. et al. **Educação Ambiental e a formação do professor da escola do campo**. V Congresso Ibero-ameriano de Educação Ambiental, 2006, Joinville. Anais eletrônicos... Joinville, 2006. Disponível em:<http://www.viberoea.org.br/index.php?secao=secoes.php&sc=125&sub=MCwz&url=_selecionadosfinal1.htm>. Acesso em: 05 ago. 2006.

BALEM, T.; SILVEIRA, P. R. C.. **A Erosão Cultural Alimentar: processo de insegurança alimentar na agricultura familiar**. In: Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural,. 2005. Anais... Santa Maria, UFSM, 2005. Disponível em: www.ufsm.br/desenvolvimentorural. Acesso em: 06 mai., 2014.

BRASIL. Lei Nº 12.305, de 2 de Agosto de 2010. Política Nacional de Gestão de Resíduos Sólidos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 2 ago. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acesso em: 1 nov. 2010.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais?**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BAMBERG, A. V. **A experiência do grupo de cooperação e produção raízes da terra como instrumento de planejamento: estudo de caso do assentamento Madre Terra em São Gabriel**. 2011. 40 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

BASTIANI, T. M. **Rompendo as cercas da Educação Burguesa: A luta pela construção de uma Escola no Assentamento Madre Terra, São Gabriel/RS. 2013. 173f.** Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

BARBOSA, E. A; FURTADO, D. A. Manejo de Resíduos Sólidos. In: **Gestão Integrada de Recursos Hídricos**. 1ª Ed. Campina Grande: Gráfica Agenda, 2008.

6º BATALHÃO DE ENGENHARIA E COMBATE. **Gabrielenses que fizeram a história**. Disponível em: <<http://www.6becmb.eb.mil.br/saogabriel.htm>> Acesso em: abr. 2014.

BIOÉORGÂNICO. Certificações. **A certificação é sua garantia de segurança**. Disponível em: < <http://www.bioorganicos.com.br/certificacoes>> Acesso abril de 2014.

BRASIL. Instrução normativa n. 007 de 17 de maio de 1999. Dispõe sobre normas para a produção de produtos orgânicos vegetais e animais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo Brasília, DF, 17 mai. 1999. Disponível em: <http://www.ibd.com.br/legislação>. Acesso em: 21 abr.2014.

BRASIL. **Instrução** normativa n. 006 de 10 de janeiro de 2002. Certificação e inspeção da produção orgânica. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo Brasília, DF, 10 jan.2002.. Disponível em:< <http://www.ibd.com.br>>. Acesso em: 21 abr. de 2014.

BRASIL. **Projeto de Lei 659-A de 06 de dezembro de 2000**. Dispõe sobre a agricultura orgânica, altera os dispositivos da Lei nº 7802, de 11 de julho de 1989 e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo Brasília, DF, 6 dez.1999. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.ibd.com.br/legislação>>. Acesso em: 21 de abr. 2014.

CAMACHO, R. S. A produção do espaço e do território: as relações de trabalho subordinadas ao modo de produção capitalista. **Entre-Lugar**, Dourados, MS, ano 1, n. 1, p. 73-98, 2010. Disponível em <<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/entrelugar/article/viewFile/613/409>>. Acesso em: set. 2012.

CAMPOS, C.S.S.; MEDEIROS, R.M.V. Avanços e contradições da produção orgânica nos assentamentos: O caso do arroz na região metropolitana de Porto Alegre. In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária – “Territórios em disputa: Os

desafios da Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro”, 2012. Uberlândia. Anais eletrônicos. Uberlândia: UFU. Disponível em <http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/gts/1480_1.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2013.

CAPORLINGUA, V. H. **A Consciência Ambiental dos Juizes nas Sentenças Transformadoras**. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

CARVALHO, D. **Lixo no meio rural: produção consciente e solução inteligente**. Disponível em:< <http://biourcamp.blogspot.com.br/2009/09/lixo-no-meio-rural-producao-consciente.html>>. Acesso em: 07 set. 2012.

CARVALHO, I. C. M. **A Invenção Ecológica**: Narrativas e trajetórias da Educação Ambiental no Brasil. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

CATARSE. Coletivo de Comunicação. Conquista do Caiboaté. **A conquista do Caiboaté**. Disponível em:<<http://conquistadecaiboate.blogspot.com.br/>> Acesso em : abr. 2014

CAVALCANTE, M. B. O papel da Educação Ambiental na era do desenvolvimento (in)sustentável. **Revista**, n. 36. Disponível em: <<http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=1018&class=02>>. Acesso em: 5 mai. 2012..

CITYBRAZIL. São Gabriel. **A história da cidade**. Disponível em: < <http://www.citybrazil.com.br/rs/saogabriel/historia-da-cidade>> Acesso em: 14 abr.. 2014.

COOPERATIVA CATARSE. **Assentados no fim do mundo**. Disponível em: <<http://apublica.org/2012/08/assentados-fim-mundo/>>. Acesso em: 17 out. 2012.

COSTABEBER, J. A.; CAPORAL, F. R. “Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável”. In: Vela, Hugo. (Org.): Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável no Mercosul. Santa Maria: Editora da UFSM/Pallotti, 2003..

DA ROS, C. A. O MST, os assentamentos e a construção de novas dinâmicas sociais no campo. Ruralidades. CPDA/UFRJ, Rio de Janeiro, n.4, p. 50, out.2002.

FERNANDES, B. M. Boletim da Luta: . NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. 2008. Faculdade de Ciência e tecnologia.. Disponível em: < www.fct.unesp.br/nera 1>. Acesso em: 15 set. 2012.

FERRANTE, V. L. S. B.; WHITAKER, D. C.A. (Orgs.) **Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Brasília: MDA; São Paulo: Uniará, 2008.

_____. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I. M. (Orgs.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela/Paz e Terra, 2004. p. 27-64.

FERNANDES, V. **Massacre de Corumbiara**. Disponível em:< <http://www.cut.org.br/ponto-de-vista/artigos/4713/massacre-de-corumbiara-17-anos-de-injustica>>. Acesso em: 12 de nov. 2012.

FERREIRA, F. J; BRANDÃO, E. C. **Educação do campo: um olhar histórico, uma realidade concreta**. Revista Eletrônica de Educação. Ano V. n.. 09, jul./dez. 2011. Disponível em <http://www.unifil.br/portal/arquivos/publicacoes/paginas/2012/1/413_546_publipg.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2013.

FIDELES, N. **As novas facetas da violência no campo**. Jornal Sem Terra. Disponível em: <www.mst.org.br/book/export/html>. Acesso em: 15 set. 2012.

FREIRE, P. **Conscientização: Teoria e prática da libertação: Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo, SP. Ed. Cortez e Moraes, 1979.

FREIRE, P. **Conscientização: Teoria e prática da libertação: Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. 3^a Ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. 33 ed. São Paulo: Paz e Terra; 2006.

FURRIELA, R.B.; Educação para o consumo sustentável, IN: **Ciclo de palestras sobre meio ambiente**. Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC ; SEF, 2001.

FURTADO, R.; FURTADO, E. **A intervenção participativa dos atores (INPA):** uma metodologia de capacitação para o desenvolvimento local sustentável. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 2000.

GRAZIANO DA SILVA, J. F. **O que é Questão Agrária?** Edição 18. Editora Brasiliense, 1980. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/biblioteca/artigos/O%20Que%20e%20Questao%20Agraria%20-%20Graziano%20da%20Silva.pdf>. Acesso em 18 de março de 2014.

GRITTI, S.M. **Educação rural e capitalismo no campo.** Passo Fundo: UPF, 2003.

HASS, J. M. **As diferenciações e transformações sócio-territoriais no espaço agrário das missões.** 2008. 163f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.

INCRA/FAO. **Guia metodológico: diagnóstico de sistemas agrários.** Brasília: INCRA/FAO - Projeto de Cooperação Técnica, 1999..

JARDIM, N. S. et al. **Lixo Municipal:** Manual de Gerenciamento integrado. São Paulo: IPT: CEMPRE, 1995.

KEN, R. **Massacre de Eldorado dos Carajás.** Disponível em: <<http://historica.com.br/hoje-na-historia/massacre-de-eldorado-dos-carajas>>. Acesso em: 12 de nov. 2012.

KOLLINT, E. J.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. et al. **Educação do campo:** identidade e políticas públicas. Por uma educação do campo. Petrópolis: Vozes, s/d. LAYRARGUES. P. P. Educação ambiental com compromisso social: o desafio da superação das desigualdades. In: **Repensar a Educação Ambiental: um olhar crítico.** São Paulo: Editora Cortez. 2009.

LERNER, M. **Origem Histórica do MST,** 2009. Disponível em: <<http://www.cagronomia.com.br/content/ABAAAfU4AH/trabalho-mst>>. Acesso em: 12 de nov. 2012.

LEFF, E. **Saber Ambiental sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** Petrópolis, RJ. 9ª Ed. Editora Vozes, 2012. LOUREIRO, C.F.B. Premissas teóricas para uma educação ambiental transformadora. **Ambiente e Educação,** Rio Grande, v. 8, p 37-54, 2003.

LOUREIRO, C.F.B. **Sustentabilidade e Educação: um olhar da ecologia política**. São Paulo: Editora Cortez, 2012.

LÜDKE, M; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MATOS, K. S. A. L.; al. **Experiências e diálogos em educação do campo**. Fortaleza: UFC, 2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Direito da Mulher**. Disponível em <http://portal.mda.gov.br/portal/dpmr/institucional/Direito_da_mulher_%C3%A0_terra>. Acesso em: 16 mai. 2014.

MINISTÉRIO do Meio Ambiente. **Identidades da educação ambiental brasileira**. Philippe Pomier Layrargues (coord.). – Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

MORAES, R; Uma tempestade de luz: A compreensão possibilitada pela Análise Textual Discursiva. A storm of light: comprehension made possible by discursive textual analysis. **Ciência & Educação**, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v9n2/04.pdf>> .Acesso em: 16 mai. 2014.

MORAES, R. GALIAZZI, M. C. Análise Textual Discursiva: Processo Reconstutivo de Múltiplas Faces. **Ciência & Educação** , v. 12, n. 1, p. 117-128, 2006. Disponível em <www.scielo.br/pdf/ciedu/v12n1/08.pdf>. Acesso em 26 mai. 2013.

MORAES, R. GALIAZZI, M. C. **Análise Textual Discursiva**. Ijuí: Unijuí, 2007.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Nossa História**. Disponível em:< <http://www.mst.org.br/node/7702> >. Acesso em: 12 nov. 2012.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra. **São Gabriel**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/Sao-Gabriel>>. Acesso em: 21 nov.2012

NAVARRO et al. Pequena história dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento. In: Medeiros, L. S. LEITE, S. (Orgs.) izado por Leonilde Servolo de e Sérgio Leite **A formação dos assentamentos no Brasil. Processos sociais e políticas públicas**..Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/UFRGS/CPDA,1999.

NELSON, P. MOSOLINO, I. **A Questão da Terra no Brasil**. Informações obtidas através de consulta realizada na internet. Adaptado pelos autores da Folha de São Paulo nas datas 24/08/1995 e 18/04/1996.

OLIVEIRA, A.S.D. **Resíduos culturais**. Rio Grande: Edição Independente, 1999.

OLIVEIRA, A; PINHEIRO, J. **Anos na briga por reforma agrária**. Disponível em: <<http://www.apublica.org/2012/08/anos-na-briga-por-reforma-agraria-em-sao-gabriel/>>. Acesso em: 27 de mai. 2013

PALMEIRA, M. Modernização, Estado e Questão agrária. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, Vol. 3, nº 7, p. 87-108, 1989.

PINHEIRO, Alberto. E. **Desenvolvimento de Atividades do Programa de ATES o Núcleo Operacional São Gabriel: Um olhar sobre o Trabalho de Assessoria em Assentamentos de Reforma Agrária**.2011. 47f. Monografia (Curso de Agronomia)- Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

PINHEIRO, M.S.D. **A concepção de educação do campo no cenário das políticas públicas da sociedade brasileira**. Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos915/educacao-campo-politicas/educacao-campo-politicas.shtml>>. Acesso em: 21 mai. 2013.

Ponencia, V. S. M. A reestruturação territorial através de assentamentos rurais: o caso do município de Tupanciretã RS / BRASIL.In: VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural, Porto de Galinhas, 2010. **Anais...** Porto de Galinhas:, 2010.

PÚBLICA. Agência de Reportagem e Jornalismo investigativo. **Prometido e o (dês) cumprido**. Disponível em: <<http://apublica.org/2012/08/infografico-prometido-des-cumprido/>>. Acesso em: 21nov. 2012.

ROTH, B. W. **Tópicos em Educação Ambiental**: recortes didáticos sobre o meio Ambiente. Santa Maria: Pallotti, 1996.

RUSCHENSKY, A. “Agroecologia e reforma agrária: Integração possível, educação necessária”. In: RUSCHENSKY, A. (ORG). **Educação ambiental: abordagens múltiplas**. Porto Alegre: Penso, 2002.

SANTOS. A. L. M. **O emergir de um novo território camponês: conquistas e transformações nos domínios do latifúndio – O caso de São Gabriel – RS**.

2012. 200 f. Dissertação (Mestrado em Geografia).-Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2012.

SANTOS, J. E; SATO, M. **A contribuição da Educação Ambiental à esperança de Pandora.** São Carlos: RiMa, 2006.

SANTOS, G. C; MONTEIRO, M. Sistema Orgânico de Produção de Alimentos. **Alim. Nutr.**, Araraquara, v.15, n.1, p. 73-86, 2004. Disponível em: < <http://serv-bib.fcfar.unesp.br/seer/index.php/alimentos/article/viewFile/59/76> >. Acesso em: 21abr. 2014.

SILVA, S. M.; ROHLFS, D. B. **Contribuição da Coleta Seletiva e da Reciclagem para a redução de resíduos sólidos urbanos.** Disponível em: < <http://www.cpgls.ucg.br/7mostra/Artigos/SAUDE%20E%20BIOLOGICAS/CONTRIBUIC%C3%87%C3%83O%20DA%20COLETA%20SELETIVA%20E%20DA%20RECICLAGEM%20PARA%20REDU%C3%87%C3%83O%20DE%20RES%20DUOS%20S%C3%93LIDOS%20URBANOS%5B1%5D.pdf>>. Acesso em: 27 de mai. 2013.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Bases de la investigación cualitativa: técnicas y procedimientos para desarrollar la teoría fundamentada.** Antioquia: Editorial Universidad de Antioquia, 2002.

TRIVIÑOS, A. N. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

VYGOTSKY, L.S. **Pensamento e linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 1991.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL. **Nossa história.** Disponível em:< <http://www.saogabriel.rs.gov.br/portal/index.php?Conteudo=historia>>. Acesso em: 14 set. 2012.

ZANTA, V. M; FERREIRA, C. F. A. Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos Urbanos. In: CASTILHOS Jr, A.B. (Cord). **Resíduos Sólidos Urbanos: Aterro Sustentável para municípios de pequeno porte.** Rio de Janeiro: ABES, RIMA, 2003., p.1-16

ZARNOTT, A. V.; ABBADY, L. E.; CHIES, J. J.; DALBIANCO, V. P.; NEUMANN, P. S. **A política de extensão rural para os assentamentos da reforma agrária: uma análise da ATES no Rio Grande do Sul.** In: III Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais, 2009, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

APÊNDICE

Roteiro de entrevista com assentados

ENTREVISTA
Entrevistado:
Data:
Ano em que foi assentado:

- 1) Você sabe se passa o caminhão de coleta de resíduos dentro do assentamento? Quais os dias?
- 2) Você acha que o resíduo causa algum impacto negativo, qual?
- 3) Para você, existe alguma diferença entre lixo e resíduos sólidos?
- 4) Você faz a separação de resíduos sólidos e lixo em sua residência?
- 5) Como é realizado o descarte de resíduos sólidos por você?
- 6) Você já participou de alguma atividade que abordasse a importância da separação, reciclagem e/ou descarte de resíduos sólidos?
- 7) Qual seria a melhor forma de realizar a coleta e o descarte dos resíduos sólidos que foram produzidos dentro do assentamento?
- 8) Para você, o que é Educação Ambiental?
- 9) Como poderia se trabalhado o tema de resíduos sólidos dentro do assentamento?
- 10) Quais os impactos socioambientais que os resíduos sólidos podem causar?
- 11) Na sua opinião, como o tema de resíduos sólidos é visto pelas demais entidades responsáveis pela gestão dos assentamentos (Prefeitura, INCRA, etc)?